



# ATA DA 25<sup>a</sup>. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 19 DE NOVEMBRO DE 2024

#### ATA Nº. 29 / 2024

### ÍNDICE

1.	ABERTURA DA REUNIÃO
2.	ORDEM DE TRABALHOS
3.	PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA
3.1.	SR <sup>a</sup> . PRESIDENTE DA A.M.
3.2.	APROVAÇÃO DE ATAS
3.2.1	ATA DA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS
	REALIZADA A TRINTA DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO – ATA
	NÚMERO VINTE E QUATRO, DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO
3.2.1.1.	VOTAÇÃO
3.2.2.	ATA DA VIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
	MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A QUINZE DE OUTUBRO DE DOIS MIL E
	VINTE E QUATRO – ATA NÚMERO VINTE E CINCO, DE DOIS MIL E VINTE E
	QUATRO
3.2.2.1.	VOTAÇÃO
3.3.	SR <sup>a</sup> . PRESIDENTE DA A.M.
3.4.	SR <sup>a</sup> . DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS)
3.5.	SR. DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE (IN-OV)
3.6.	SR. DEPUTADO JORGE PRACANA (PSD)
3.7.	SRª. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO)
3.8.	SR <sup>a</sup> . PRESIDENTE DA A.M.
3.9.	SRª. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO)

3.10.	VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE CELESTE CAEIRO, APRESENTADO
	PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PS
3.10.1	SR <sup>a</sup> . PRESIDENTE DA A.M.
3.10.2.	SR <sup>a</sup> . DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS)
3.10.3.	SR <sup>a</sup> . DEPUTADA ABABELA BRITO (IL)
3.10.4.	SR <sup>a</sup> . DEPUTADA ANA SÍLVIA MARQUES (PAN)
3.10.5.	SR. DEPUTADO CARLOS COUTINHO (CDU)
3.10.6.	SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH)
3.10.7.	SR <sup>a</sup> . PRESIDENTE DA A.M.
3.10.8.	SR <sup>a</sup> . DEPUTADA PAULA NETO (IN-OV)
3.10.9.	SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH)
3.10.10.	SR <sup>a</sup> . PRESIDENTE DA A.M.
3.10.11.	SR. DEPUTADO JOÃO VIEGAS (IN-OV)
3.10.12.	SR. DEPUTADO JORGE PRACANA (PSD)
3.10.13.	SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH)
3.10.14.	SR <sup>a</sup> . PRESIDENTE DA A.M.
3.10.15.	SR <sup>a</sup> . DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS)
3.10.16.	VOTAÇÃO
3.11.	VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE ANA MARIA BORJA SANTOS,
	APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PSD
3.11.1.	SR <sup>a</sup> . PRESIDENTE DA A.M.
3.11.2.	SR <sup>a</sup> . DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS)
3.11.3.	SR. DEPUTADO CARLOS COUTINHO (CDU)
3.11.4.	SR <sup>a</sup> . PRESIDENTE DA A.M.
3.11.5.	SR. DEPUTADO JORGE PRACANA (PSD)





3.11.6.	VOTAÇÃO
3.12.	VOTO DE LOUVOR A TODOS OS PORTUGUESES AFRO-DESCENDENTES DE
	DESTAQUE NACIONAL E INTERNACIONAL, APRESENTADO PELO GRUPO
	POLÍTICO MUNICIPAL DO CH
3.12.1.	SR. DEPUTADO JOÃO VIEGAS (IN-OV)
3.12.2.	SR. DEPUTADO JORGE PRACANA (PSD)
3.12.3.	SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH)
3.12.4.	SR <sup>a</sup> . DEPUTADA CELINA MENDONÇA (IN-OV)
3.12.5.	SR. DEPUTADO JORGE PRACANA (PSD)
3.12.6.	SRª. DEPUTADA CELESTE DÂMASO (IN-OV)
3.12.7.	SR. DEPUTADO INIGO PEREIRA (PRESIDENTE DA U.F. CARNAXIDE E QUEIJAS)
3.12.8.	SR <sup>a</sup> . DEPUTADA ANABELA BRITO (IL)
3.12.9.	SR <sup>a</sup> . PRESIDENTE DA A.M.
3.12.10.	SR. DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE (IN-OV)
3.12.11.	SR <sup>a</sup> . DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS)
3.12.12.	SR <sup>a</sup> . PRESIDENTE DA A.M.
3.12.13.	SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH)
3.12.14.	VOTAÇÃO
3.12.14.1.	SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH) - DECLARAÇÃO DE VOTO
3.12.14.2.	SR. DEPUTADO TOMÁS PEREIRA (EO) - DECLARAÇÃO DE VOTO
3.12.14.3.	SRª. DEPUTADA ANA SÍLVIA MARQUES (PAN) - DECLARAÇÃO DE VOTO
3.13.	SR. DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE (IN-OV)
3.14.	SR. DEPUTADO ANÍBAL GUERREIRO (CDU)
3.15.	SRª. DEPUTADA SÓNIA GONÇALVES (PSD)
3.16.	SR <sup>a</sup> . DEPUTADA CAROLINA TOMÉ (IN-OV)

- 3.17. SR. DEPUTADO ACÁCIO OLIVEIRA (IN-OV)
- 3.18. SR<sup>a</sup>. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO)
- 3.19. SR<sup>a</sup>. PRESIDENTE DA A.M.
- 3.20. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.
- 3.21. SR<sup>a</sup>. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO)
- 3.22. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.
- 4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA
- 4.1. APRECIAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 1003/2024 GMA RELATIVA À OEIRAS

  VIVA GESTÃO DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS E DESPORTIVOS, E.M. –

  RELATÓRIOS DO 1.º E 2.º TRIMESTRE E 1.º SEMESTRE DE 2024 APRECIADA
- 4.2. APRECIAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 1004/2024 GMA RELATIVA ÀS ÁGUAS

  DO TEJO ATLÂNTICO, S.A. RELATÓRIO E CONTAS DE 2023 COM RELATÓRIO E

  PARECER DO CONSELHO FISCAL E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS 
  APRECIADA
- 4.3. APRECIAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 1005/2024 GMA RELATIVA ÀS ÁGUAS

  DO TEJO ATLÂNTICO, S.A. PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2024

   APRECIADA
- 4.4. APRECIAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 1011/2024 GMA RELATIVA À PARQUES

  TEJO, E.M. RELATÓRIOS DO 2.º TRIMESTRE E 1.º SEMESTRE DE 2024 
  APRECIADA
- 4.5. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 1027/2024 DMAG/DFP/DPOC
   RELATIVA AO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS SINGULARES
   (IRS) PARA 2025
- 4.5.1. VOTAÇÃO
- 4.5.1.1. SR. DEPUTADO JORGE RATO (PS)





- 4.6. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 1028/2024 DMAG/DFP/DPOC RELATIVA AO LANÇAMENTO DE DERRAMA RELATIVA AO ANO DE 2024 A SER COBRADA EM 2025
- 4.6.1. VOTAÇÃO
- 4.7. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 1029/2024 DMAG/DFP/DPOC RELATIVA À TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP)
- 4.7.1. VOTAÇÃO
- 4.8. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 1030/2024 DMAG/DFP/DPOC
   RELATIVA AO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) RESPEITANTE AO
   ANO DE 2024 A LIQUIDAR EM 2025
- 4.8.1. VOTAÇÃO
- 4.8.1.1. SR. DEPUTADO JORGE RATO (PS) DECLARAÇÃO DE VOTO
- 5. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO
- 6. SR<sup>a</sup>. PRESIDENTE DA A.M.
- 7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO



VOTAÇÃO:	abca	نطنه	ded
a 14-0	1-20	225	
GRUPOS POLÍTICOS MUNICIPAIS	S	N	A
IN-OV	13		
PS	4		
PSD	2		
EO	3		
CDU	4		
IL	-		
СН	-		
PAN	3		
INOVAR ALGES	3		
INOVAR BARCARENA	-		-
INOVAR CARNAXIDE QUEIJAS	-		
INOVAR OEIRAS 2006 ARCOS	3		
INOVAR PORTO	1		

ATA DA 25°. SESSÃO EXTRAORDINARIA DA ASSEMBLEIA	INOVAR BARCARENA		
MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 19 DE NOVEMBRO DE	DALITANO I	-	
	INOVAR PORTO SALVO	3	
ATA N°. 29 / 2024	S=A FAVOR + N=CC	NIRA .	A=ABS (EN
Aos dezanove dias do mês de novembro de dois mil e vinte e qua	tro, no A	udit	ório
Municipal, sito no Edificio da Biblioteca Municipal de Oeiras, reuniu a Assemb	leia Mun	icipa	al de
Oeiras sob a Presidência da Senhora Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodri	gues de (	Oliv	eira,
tendo como Primeiro Secretário o Senhor Rui Pedro Gersão Lapa Miller	e como	Segu	ındo
Secretário o Senhor Nuno Miguel de Oliveira Custódio			
1. ABERTURA DA REUNIÃO			
Pelas quinze horas e quarenta minutos, a Senhora Presidente de	clarou in	icia	da a
Vigésima Quinta Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeira	s, proced	ende	o de
imediato à chamada, tendo sido verificada a presença de trinta e dois Deputa	dos Mun	icipa	ais e
cinco Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia (Elisabete Maria de Oliveira M	1ota Rodi	igue	es de
Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini N	/Ioita, Rui	i Ma	nuel
Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godi	nho Mont	tezo	, Rui
Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingo	os Ferreir	a Pe	reira
dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascin	nento Mo	endo	nça,
António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Maria Carolina Cand	eias Tom	é, D	iogo
Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Acácio Silva de Oliveira, Maria Celesto	Gouveia	ı Saı	raiva
Ferreira Dâmaso, Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manue	el Damas	Ma	rtins
Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe, Ricardo Correia Fernandes	des, Jorge	Ma	muel
Madeiras Silva Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Miguel Martins Galvão			
da Cruz Bugalho, Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado	) Ferreira	, To	omás

Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira, Carlos Alberto de Sousa Coutinho, Anibal José
Gonçalves Guerreiro, Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito, Francisco O'Neill
Marques, Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques, João Manuel d'Oliveira Antunes,
Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Maria Madalena
Pereira da Silva Castro e Dinis Penela Antunes) desta Assembleia Municipal
Os Senhores Deputados Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Diana
Leonor Alves Gonçalves, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira e Isabel Cristina Gomes dos Santos
Silva Lourenço, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Sílvia Maria Mota dos Santos,
do Partido Socialista e João Rafael Marques Santos, da Coligação Democrática Unitária, pediram
a sua substituição, tendo sido substituídos pelos Senhores Deputados Maria Carolina Candeias
Tomé, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Acácio Silva de Oliveira e Maria Celeste
Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Ricardo
Correia Fernandes, do Partido Socialista e Aníbal José Gonçalves Guerreiro, da Coligação
Democrática Unitária
Faltou a Senhora Deputada Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, do Grupo Político
Municipal Isaltino Inovar Oeiras, tendo a Mesa justificado a respetiva falta
Representaram a Câmara Municipal de Oeiras o Senhor Presidente Isaltino Afonso
Morais, o Senhor Vice-Presidente Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves e os
Senhores Vereadores Pedro Manuel Freire Patacho, Ana Filipa Laborinho da Fonseca, Teresa
Alexandra de Matos Santos Simões Vaz de Bacelar, Susana Isabel Costa Duarte e Nuno Ricardo
Ribeiro de Almeida Neto
2. ORDEM DE TRABALHOS
Foi estabelecida para a presente reunião a seguinte Ordem de Trabalhos:
1. Apreciação da Proposta CMO N.º 1003/2024 - GMA - relativa à Oeiras Viva - Gestão de
Equipamentos Culturais e Desportivos, E.M. – Relatórios do 1.º e 2.º Trimestre e 1.º Semestre de





2024;
2. Apreciação da Proposta CMO N.º 1004/2024 - GMA - relativa às Águas do Tejo Atlântico,
S.A. – Relatório e Contas de 2023 com Relatório e Parecer do Conselho Fiscal e Certificação Legal
de Contas;
3. Apreciação da Proposta CMO N.º 1005/2024 - GMA - relativa às Águas do Tejo Atlântico,
S.A. – Plano de Atividades e Orçamento para 2024;
4. Apreciação da Proposta CMO N.º 1011/2024 - GMA - relativa à Parques Tejo, E.M
Relatórios do 2.º Trimestre e 1.º Semestre de 2024;
5. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 1027/2024 - DMAG/DFP/DPOC - relativa ao
Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) para 2025;
6. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 1028/2024 - DMAG/DFP/DPOC - relativa ao
Lançamento de Derrama relativa ao ano de 2024 a ser cobrada em 2025;
7. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 1029/2024 – DMAG/DFP/DPOC – relativa à Taxa
Municipal dos Direitos de Passagem (TMDP);
8. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 1030/2024 - DMAG/DFP/DPOC - relativa ao
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) respeitante ao ano de 2024 a liquidar em 2025
3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA
3.1. A Senhora Presidente da A.M. iniciou a Sessão dizendo o seguinte:
"Ora então caros colegas e público que nos acompanha, vamos poder dar início à nossa
reunião. Já temos o Senhor Presidente da Câmara e, como tal, eu vou pedir que seja feita a
chamada
Muito obrigada. Vamos então começar os trabalhos com a aprovação de atas."
3.2. APROVAÇÃO DE ATAS
3.2.1. Ata da Quarta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, realizada a trinta
de setembro de dois mil e vinte e quatro – Ata número vinte e quatro, de dois mil e vinte e

quatro -----

3.2.1.1. VOTAÇÃO -----

-----A Senhora Presidente da A.M. submeteu à votação esta Ata, a qual foi aprovada por unanimidade com trinta votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balção Vicente. António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Ouintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Maria Carolina Candeias Tomé, Acácio Silva de Oliveira e Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso), dois do Partido Socialista (Jorge Manuel Damas Martins Rato e Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe), dois do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana e Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves) três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), um da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho), um do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes). ----------Os Senhores Deputados António Maria Passos Rosa Lopes da Costa e Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura e Ricardo Correia Fernandes, do Partido Socialista, Miguel





Martins Galvão da Cruz Bugalho, do Partido Social Democrata, Aníbal José Gonçalves Guerreiro, da Coligação Democrática Unitária e Francisco O'Neill Marques, do Partido Chega, não votaram esta Ata, uma vez que não estiveram presentes na reunião a que a mesma diz respeito. ------3.2.2. Ata da Vigésima Primeira Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, realizada a quinze de outubro de dois mil e vinte e quatro — Ata número vinte e cinco, de dois 3.2.2.1. VOTAÇÃO---------- A Senhora Presidente da A.M. submeteu à votação esta Ata, a qual foi aprovada por unanimidade com trinta votos a favor, sendo catorze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Maria Carolina Candeias Tomé, Acácio Silva de Oliveira e Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe), dois do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho) três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), um da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho), um do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanio da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos

Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto
Salvo (Dinis Penela Antunes)
Os Senhores Deputados António Pita de Meireles Pistacchini Moita, António Maria
Passos Rosa Lopes da Costa e Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, do Grupo Político
Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Ricardo Correia Fernandes, do Partido Socialista, Jorge Manuel
Madeiras Silva Pracana, do Partido Social Democrata, Aníbal José Gonçalves Guerreiro, da
Coligação Democrática Unitária e João Manuel d'Oliveira Antunes, do Grupo Político Municipal
Inovar União Algés não votaram esta Ata, uma vez que não estiveram presentes na reunião a que
a mesma diz respeito
3.3. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
Caeiro. Um é do Evoluir Oeiras e o outro do Partido Socialista. Ambos votos de pesar. E eu
perguntava se os proponentes não querem fundir estas duas propostas
Senhora Deputada, faça favor."
3.4. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) referiu o seguinte:
"Senhora Presidente, para dizer que da nossa parte estamos disponíveis para fazer essa
fusão, mas só o poderemos fazer depois desta reunião, portanto, teríamos que perceber como é que
seria, teríamos que ouvir as restantes bancadas, para podermos depois apresentar uma proposta
aliás, como já foi feito pelo Deputado António Balcão Vicente (IN-OV) quando também fez uma
fusão de uma proposta com a Deputada Sílvia Marques do PAN."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
3.5. O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) referiu o seguinte:
Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores, colaboradoras da Assembleia, munícipes





----- Eu tinha intenção de propor ao PS que o Grupo do IN-OV subscrevesse a proposta que eles apresentaram. Embora tendo o mesmo tema e tendo o mesmo objetivo, são duas propostas substancialmente diferentes. Uma caracterizada pela simplicidade, e sempre ouvi dizer que na simplicidade é que está a beleza, a outra por um texto extraordinariamente rebuscado, e que nomeadamente cita e transcreve grande parte de um artigo que foi publicado no jornal o Público no dia vinte e seis de abril deste ano, e que foi novamente publicado também no Público, salvo erro há três ou quatro dias, não sei se no dia catorze, se no dia quinze, pelo menos foi nessa altura que eu o li. Eu sugeria ao Grupo Evoluir que sendo o mesmo objetivo e sendo uma das propostas caracterizada por uma simplicidade extrema, que se optasse por votarmos exclusivamente a proposta do PS. ---------- Disse, Senhora Presidente." ------------ A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:----------- "Muito obrigada. ------------ Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD), faça favor."-----3.6. O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) interveio e disse o seguinte:---------- "Muito obrigado, Senhora Presidente. Cumprimento-a si e na sua pessoa a Mesa, os demais interveniente e aqueles que nos estão acompanhando nesta Sessão. ----------- Apenas para dizer o seguinte: esta senhora ou esta mulher é, de facto, um símbolo do Vinte Cinco de Abril, e até pela sua simplicidade, acho que merece uma proposta simples. De facto, nós estamos de acordo com aquilo que o Senhor Deputado António Balcão Vicente (IN-OV) referiu, sem prejuízo, naturalmente, de entendermos que a proposta apresentada pelo Evoluir também merece crédito. Agora o que eu sugeria realmente, e o PSD gostava de subscrever a proposta, porque uma proposta vinda da Assembleia Municipal terá sempre uma outra dimensão diferente daquela que se for subscrita apenas por um ou por outro grupo político e, portanto, entendo realmente que seria benéfica a fusão das duas propostas, mas dessa fusão que resultasse

uma simplicidade que está, de facto, inerente à pessoa e que está inerente à proposta apresentada
pelo PS
É essa a proposta que o PSD aqui deixa, esperando que realmente os dois proponentes
se entendam em relação à mesma e a este conceito que me parece singular e deixando cair, porque
realmente não faz grande sentido, todas aquelas citações que resultam de artigos, ou de
informações, ou de declarações da senhora. Todos nós os lemos, todos nós os ouvimos nos órgãos
de informação e parece-me, portanto, razoável que a proposta em si, fundamentalmente, vise a
pessoa que ela foi e o símbolo que ela foi para o Vinte e Cinco de Abril
Muito obrigado."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Muito obrigada
Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO), faça favor."
3.7. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) referiu o seguinte:
"Muito obrigada, Senhora Presidente. Na sua pessoa cumprimento todos os presentes
e também quem assiste a esta Assembleia presencialmente ou online
O Grupo Político Evoluir Oeiras quando decidiu escrever este voto fê-lo pela
importância da pessoa em causa e pelo simbolismo que a mesma também tem na liberdade. Nós
não sabíamos que o Partido Socialista iria apresentar um voto e, portanto, decidiu escrevê-lo e
quando o enviámos não sabíamos do mesmo, senão teríamos conversado previamente,
obviamente. Estamos disponíveis para fundir os dois votos, portanto, retirando o nosso texto e
apoiando o texto do Grupo Político do PS e que pode ser, se todos concordarem, um voto da
Assembleia Municipal
Gostaríamos, contudo, de manter o nosso ponto dois da nossa proposta, que é
comunicar este voto à família, realizando uma publicação no sítio da Assembleia Municipal e em
pelo menos um jornal diário de expansão nacional, que não está no voto do PS. E, portanto,





gostaríamos que fosse feita."
A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte:
"Está, está. Na parte de trás da página. Está no fim."
A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) prosseguiu a sua intervenção
dizendo o seguinte:
"Está? Na parte da deliberação, não vi. Muito bem
Então subscrevemos, o Grupo Político Evoluir Oeiras subscreve o voto do PS e esta
disponível para retirar o nosso voto
Muito obrigada. De qualquer forma, Senhora Presidente, nós estamos, acho que pela
primeira vez, a discutir um voto sem o ler e, portanto, acho que podiam ser lidos
Muito obrigada."
3.8. A Senhora Presidente da A.M. fez o seguinte esclarecimento:
"Não. Eu não os li precisamente porque queria ver, se o assunto é o mesmo, portanto
todos têm conhecimento dos dois votos, porque foram distribuídos por todos os membros da
Assembleia. Não foi pelo público, mas se retiramos e se todos vamos considerar um dos votos
como um voto da Assembleia, penso que não se justifica estar a ler os dois, mas se os senhores
Como? É um precedente? Claro. Pode considerar um precedente, mas é acho que me parece
lógico, de qualquer modo não tenho qualquer problema em ler. Mas gostava de saber se o Partido
Social Democrata apoia também esta posição, o IN-OV e o PAN também apoiam esta posição. A
CDU não se tinha pronunciado, portanto, eu perguntei só a quem se tinha pronunciado sobre o
apoio ou não a este voto
Eu vou passar a ler, portanto, o voto. Mas a Senhora Deputada Mónica Albuquerque
(EO) faz questão que se leia o voto apresentado pelo Grupo Evoluir?"
3.9. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) disse o seguinte:
"Para ficar em Ata, Senhora Presidente, não fazemos questão. Muito obrigada. O

importante é a homenagem à senhora.
Muito obrigada."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Muito obrigada
Então eu vou passar a ler o voto de pesar."
3.10. VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE CELESTE CAEIRO
APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PS
A Senhora Presidente da A.M. leu o Voto de Pesar mencionado em título, que a
seguir se transcreve:
dos Cravos"
Celeste Caeiro ficou conhecida devido ao seu gesto poético e generoso de oferece
cravos aos militares que ocuparam o Chiado, no dia Inicial, Inteiro e Limpo
As imagens dos soldados com cravos na ponta das espingardas, correu mundo
tornando-se um símbolo poderoso da revolução do Vinte e Cinco de abril, ex-libris do fim a
ditadura, da liberdade e da mudança pacífica para o regime democrático
Celeste Caeiro, desfilou na Avenida da Liberdade nos festejos dos cinquenta anos do
Vinte e Cinco de abril, distribuindo cravos, acompanhada da família. Este momento foi dos mais
tocantes, carregado de grande simbolismo. Marcou o desfile e as celebrações
O Partido Socialista na Assembleia Municipal de Oeiras, na sua sessão de dezanove
de novembro de dois mil e vinte e quatro, evoca a figura de Celeste Caeiro, no ano em que se
comemoram os cinquenta anos do Vinte e Cinco de abril, e propõe:
Um. A aprovação da atribuição de um topónimo, de preferência um jardim, no
Concelho de Oeiras, em homenagem a Celeste Caeiro, Senhora dos Cravos
Dois. A aprovação de um voto de pesar pelo seu falecimento, e a realização de um





minuto de silêncio em sua memória.
O presente voto deve ser remetido à família, e publicado no sítio da Assembleia
Municipal, bem como, em pelo menos, um jornal de dimensão nacional."
3.10.1. A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte:
"Portanto, neste caso em vez de dizer "o Partido Socialista", poder-se-ia dizer "a
Assembleia Municipal de Oeiras"
Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS), faça favor."
3.10.2. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) referiu o seguinte:
"Senhora Presidente, o Partido Socialista fica muito satisfeito por se ter demonstrado,
aparentemente, que o texto é consensual a todos os partidos políticos. Se assim for, se recolher o
voto de todos os partidos políticos, naturalmente que aceitamos a proposta de incorporar a própria
Assembleia Municipal. Mas houve partidos que não se pronunciaram e, como tal, a Senhora
Presidente entende que essa manifestação tem que ser recolhida para nós podermos tomar uma
decisão definitiva
Muito obrigada."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Senhora Deputada, eu só posso, compreendo e concordo consigo, mas,
provavelmente, só através do voto é que poderemos saber se todos estão de acordo
Senhora Deputada Anabela Brito (IL), faça favor."
3.10.3. A Senhora Deputada Ababela Brito (IL) referiu o seguinte:
"Boa tarde, Senhora Presidente. Cumprimento todos os presentes na sua pessoa e
aqueles que nos estão a acompanhar à distância
A Iniciativa Liberal subscreve o que foi agora exposto
Obrigada."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:

"Muito obrigada. Senhor Deputado David Ferreira (EO), faça favor. Não? Desculpe
Senhora Deputada Sílvia Marques (PAN)."
3.10.4. A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN) observou o seguinte:
"Estou parecida com o David
Boa tarde, Senhora Presidente. Primeiro cumprimentar todos os presentes e quen
assiste a esta Sessão, e para dizer que subscrevo este voto
Obrigada."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Obrigada
Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU), faça favor."
3.10.5. O Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU) referiu o seguinte:
"Boa tarde a todos. Agradecer o voto e dizer que subscrevemos em linha com a
manifestação do gabinete de imprensa do partido, que no dia quinze passado fez eco do
falecimento de Celeste Caeiro e divulgou à comunicação social a posição do partido, que está em
conformidade com tudo aquilo que os colegas desta Assembleia já disseram
Muito obrigado."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Muito obrigado
Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH), faça favor."
3.10.6. O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) observou o seguinte:
Oeiras e todos os presentes
Logicamente que o Partido Chega também louva o gesto relativamente a este voto de
pesar. Contudo, queremos aqui dizer que rezaremos em silêncio, sentados, uma Ave Maria em
homenagem às almas do purgatório que é mais útil do que estarmos aqui com a fotografia e com





o protagonismo político do PS
Disse."
3.10.7. A Senhora Presidente da A.M. interveio e disse o seguinte:
"Senhor Deputado, não estava presente na reunião em que o seu colega ficou sentado
num voto, no minuto de silêncio. Eu devo-lhe dizer que não há nada escrito que diga que as pessoas
devem estar de pé. Manda a boa educação que, em determinadas circunstâncias, a pessoa deve
estar de pé. Neste caso, por um voto de pesar não me parece que o facto de estar sentado diga
alguma coisa, a não ser falta de respeito para com a pessoa em causa. É só isso que lhe queria
deixar. Eu não estava presente e vi depois que isso tinha acontecido. Resulta que, Senhor
Deputado, eu peço-lhe e repare bem, eu peço-lhe que não mantenha essa posição que o seu colega
teve pela primeira vez nesta Assembleia, ou em qualquer outro local. Nunca vi ninguém fazer um
voto de silêncio sentado e, portanto, Senhor Deputado, é indiferente. O voto, é um sinal de respeito
o estarmos de pé, por isso peço-lhe, realmente, que não mantenha essa "inovação" nesta
Assembleia
Várias pessoas pediram a palavra. Senhora Deputada Paula Neto (IN-OV), faça favor."
3.10.8. A Senhora Deputada Paula Neto (IN-OV) referiu o seguinte:
"Muito obrigada, Senhora Presidente. Cumprimento-a si e na sua pessoa a Mesa,
Senhor Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados
Parecia não haver nada a dizer, mas depois desta intervenção, congratular, obviamente
este voto de pesar à Senhora Dona Celeste Caeiro, que graças a ela, o Vinte e Cinco de Abril ganha
o cognome da "Revolução dos Cravos". E nada morre na nossa memória, e isto é uma memória
de todo o país. Compete-nos a nós regar estes cravos todos os dias, porque como se vê e, como se
ouviu, eles podem murchar. Citava Ricardo Reis: "Segue o teu destino e rega as tuas plantas". É
uma obrigação premente continuarmos a regar estes cravos
Disse, Senhora Presidente."

A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH), faça favor."
3.10.9. O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) observou o seguinte:
"Senhora Presidente, eu não estou a fazer o mesmo procedimento do meu colega.
Estou a dizer que, como católico, eu prefiro rezar uma Ave Maria em silêncio sentado. Contudo,
se lhe faz muita aflição eu estar sentado, não há problema, eu ponho-me de pé. Agora, não me vai
proibir também de rezar, ou vai?"
3.10.10. À Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Senhor Deputado, o Senhor pode rezar aquilo que entender. Rezar é falar com Deus.
Portanto, o Senhor pode fazê-lo em silêncio, onde quiser e como quiser. Pode, Senhor Deputado,
como o Senhor entender. O Senhor faz o que entender desde que, enfim, não seja audível por todos.
Muito obrigada. Mas agradeço-lhe a sua atenção
Senhor Deputado João Viegas (IN-OV), faça favor."
3.10.11. O Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) referiu o seguinte:
"Muito obrigado, Senhora Presidente. Desde já a cumprimento a si, Doutor Miller,
Doutor Custódio, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores,
Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta e a quem nos ouve
Eu queria fazer aqui uma pequena correção teológica, que me parece que houve aqui
uma discriminação. O Senhor Deputado O'Neill (CH) disse que iria rezar pela alma da senhora
que estaria no purgatório. Em primeiro lugar, o purgatório já foi excluído teologicamente. Em
segundo lugar, rezar por alguém que está no purgatório é estar a condená-la. Não sabemos se a
senhora está no purgatório, se a senhora está no inferno, ou se a senhora está no céu. Aliás, como
bom católico, não nos compete a nós julgar. Queria só fazer esta precisão ao Senhor Deputado
O'Neill (CH), acho muito bem que reze, eu também rezo por muitas pessoas, mas, pelo menos, a
senhora merece o respeito de não ser condenada à partida a estar no purgatório. Até pode estar no





céu. Embora sendo ela, se for comunista, ateia, lembro-me de um candidato que era o Pires Veloso
que quando lhe perguntavam a sua posição religiosa, ele dizia: "Graças a Deus sou ateu". Portanto,
para ela, se calhar, até é completamente indiferente. Mas Senhor Deputado O'Neill (CH), reze por
ela, mas não é por ela estar no purgatório, porque isso não sabemos."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD), faça favor."
3.10.12. O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) observou o seguinte:
"Muito obrigado, Senhora Presidente
Depois de ouvir estas anteriores intervenções, permite-me dizer o seguinte: felizmente,
o espírito de Abril imperou nesta Assembleia, como, aliás, penso que continuará no futuro a
imperar. E daqui tenho que louvar, apesar de tudo, a posição do Evoluir que assumiu em relação
ao texto e à sua simplicidade que merece crédito, bem assim o facto do Senhor Deputado Francisco
O'Neill (CH) ter alterado, que é uma questão de bom senso e de respeito, como a Senhora
Presidente disse.
Eu não queria deixar de terminar a minha intervenção sem, no entanto, salientar uma
coisa que acho muito importante e imaginativo no bom sentido da palavra, que é o ponto um do
voto de pesar onde, curiosamente, o Partido Socialista e, neste caso a Assembleia assume que,
preferencialmente o topónimo deve ser, de facto, dado a um jardim. Não tanto a senhora em si,
mas aquilo que ela representava e aquilo que a flor representava acho que merecem este destaque,
e eu não queria deixar de o fazer
Muito obrigado."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Muito obrigada, Senhor Deputado
Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH) pretende usar da palavra? Faça favor."
2 10 12 O Sanhar Danutada Evanaisaa O'Naill Marayas (CH) referiy a sagginte:

"Só para dizer aqui ao Senhor Deputado Viegas (IN-OV) que devia ir às ações de
formação do Senhor Padre Portocarrero, em Miraflores, e talvez percebesse um bocadinho melhor
aquilo que não aprendeu, se calhar, na Universidade Católica de Lisboa, do que é o purgatório
Muito obrigado."
3.10.14. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Muito obrigada
Meus senhores, eu penso que esta Senhora Celeste Caeiro merece o nosso respeito e,
portanto, vamos acabar estes comentários
Portanto, o Partido Socialista aceita que seja um voto da Assembleia Municipal?"
3.10.15. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) disse o seguinte:
"Naturalmente."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
de silêncio respeitosamente em memória Desculpem, se não se importam, fazemos depois.
Temos outro voto de pesar."
3.10.16. VOTAÇÃO
A Senhora Presidente submeteu à votação este Voto de Pesar, o qual foi por aprovado
por unanimidade dos presentes, com trinta e sete votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político
Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira,
António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha
da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro
Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos
Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António
Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Maria Carolina Candeias Tomé, Diogo Manuel
Henrique Nobre Félix Barreto, Acácio Silva de Oliveira e Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira





Dâmaso), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Ricardo Correia Fernandes), três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e Aníbal José Gonçalves Guerreiro), um do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), ----------- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita; ----------- "DELIBERAÇÃO N.º 132/2024 ----------- VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE CELESTE CAEIRO, APRESENTADO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS---------- A Assembleia Municipal de Oeiras deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e sete votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal

Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxia
e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, evocar a figura de Celeste Caeiro, no an
em que se comemoram os Cinquenta anos do Vinte e Cinco de Abril, propondo:
Um. Aprovar a atribuição de um topónimo, de preferência um jardim, no Concelho de
Oeiras, em homenagem a Celeste Caeiro, Senhora dos Cravos
Dois. Aprovar um voto de pesar pelo seu falecimento, e a realização de um minuto c
silêncio em sua memória
Foi ainda deliberado remeter o presente voto à família, e publicado no sítio d
Assembleia Municipal, bem como, em pelo menos, um jornal de dimensão nacional
Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte d
ata."
3.11. VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE ANA MARIA BORJA SANTOS
APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PSD
A Senhora Presidente da A.M. leu o Voto de Pesar mencionado em título, que
seguir se transcreve:
Licenciada pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, iniciou a su
carreira como Economista integrando o Ministério da Economia
Mas seria na área da saúde que se destacaria profissionalmente numa carreira qu
abraçou com todo o amor e dedicação, tornando-se em dois mil e um, Presidente da Administraçã
Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo
Em dois mil e quatro, seria nomeada Presidente da Administração Regional de Saúd
da Região de Lisboa e Vale do Tejo tendo lutado contra as más condições dos vários Centros d
Saúde na Região de Lisboa impedindo o encerramento de algumas unidades
Em dois mil e cinco abraçaria o cargo de Diretora Geral de Saúde da Região de Lisbo





e Vale do Tejo
Com um percurso também dedicado à vida pública, teve uma carreira política marcada
pela transparência, pela dedicação e respeito pelos valores da social-democracia, carreira esta que
se destaca pelo desempenho do cargo de Deputada Municipal nesta casa, durante dois mandatos
e, um mandato, como membro da Assembleia de Freguesia de Algés
Com a sua morte não se perde só uma excelente gestora na área da saúde, perde-se
também uma participante ativa na vida pública do nosso concelho, mas também uma militante do
PSD em Oeiras
Era uma cidadã íntegra, trabalhadora e disponível para os outros, o que fazia de si um
ser humano exemplar
Pelo cunho que deixou na vida pública do nosso concelho e do nosso País, a
Assembleia Municipal de Oeiras manifesta o seu profundo pesar pela morte de Ana Maria Borja
Santos apresentando as mais sinceras condolências a todos quantos com ela de perto privaram,
muito concretamente à família e amigos, prestando-lhe homenagem com um minuto de silêncio.
Mais decide esta Assembleia Municipal, na sessão extraordinária de dia dezanove de
novembro de dois mil e vinte e quatro, o envio do presente voto de pesar à família enlutada e a sua
publicação no sítio institucional da mesma, bem como, num jornal de tiragem nacional."
3.11.1. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Muitos de nós nos lembramos da Ana Maria Borja Santos. Foi aqui nossa colega na
Assembleia Municipal e, realmente, ponho à vossa consideração. Quem pretende usar da palavra
sobre este voto de pesar? Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS), faça favor."
3.11.2. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) observou o seguinte:
"Muito obrigada, Senhora Presidente
Para manifestar ao Partido Social Democrata o nosso respeito total pelo percurso
pessoal, cívico, profissional e político a que a Ana Borja Santos nos habituou e dizer que é uma

perda que muito lamentamos. Oeiras está definitivamente mais pobre
Muito obrigada."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Muito obrigada
Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU)."
3.11.3. O Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU) referiu o seguinte:
"Senhora Presidente, muito obrigado
Só para manifestar que tive o privilégio de privar com a Doutora Ana Borja. E, de
facto, é uma pessoa que ilustrava bem o que era o exercício do poder local democrático. Eu estive
com ela também na Assembleia de Freguesia de Algés e aqui na Assembleia Municipal e, de facto,
recordo a figura dela com a saudade desses tempos bons que nós privámos no debate dos assuntos
do poder local
Muito obrigado."
3.11.4. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Muito obrigada, Senhor Deputado
Como disse, muitos de nós nos lembramos da Ana Maria Borja Santos. Até me lembro
do local onde ela se sentava. Eu iria dar a palavra ao Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD), se
faz favor, e depois faríamos o minuto de silêncio."
3.11.5. O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) observou o seguinte:
"Obrigado, Senhora Presidente
Em primeiro lugar, o PSD não pode deixar de agradecer aquilo que o Partido
Socialista, na voz da Senhora Deputada Alexandra Moura, e a CDU, pelo Senhor Deputado Carlos
Coutinho, as referências feitas à nossa militante do PSD, claro, Ana Maria Borja Santos, com a
qual tive também o prazer de estar nestes dois mandatos nesta Assembleia Municipal.
Infelizmente, a vida trai-nos e, consequentemente, aqui estamos uma vez mais a deliberar sobre





um voto de pesar
Era apenas isso que eu queria dizer. Obrigado."
3.11.6. VOTAÇÃO
A Senhora Presidente submeteu à votação este Voto de Pesar o qual foi aprovado por
unanimidade dos presentes, com trinta e sete votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político
Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira
António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha
da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro
Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos
Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António
Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Maria Carolina Candeias Tomé, Diogo Manuel
Henrique Nobre Félix Barreto, Acácio Silva de Oliveira e Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira
Dâmaso), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel
Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Ricardo Correia
Fernandes), três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Sónia Maria
Antas de Barros Amado Gonçalves, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho), três do Grupo
Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado
Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática
Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e Aníbal José Gonçalves Guerreiro), um do Partido
Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito), um do Partido Chega
(Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues
Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel
d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha
Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha
Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria

Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dini
Penela Antunes)
Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:
"DELIBERAÇÃO N.º 133/2024
VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE ANA MARIA BORJA
SANTOS, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PSD
A Assembleia Municipal de Oeiras deliberou por unanimidade dos presentes, con
trinta e sete votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras
quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipa
Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um d
Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inova
União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipa
Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxia
e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, manifestar o seu profundo pesar pela mort
de Ana Maria Borja Santos, apresentando as mais sinceras condolências a todos quantos com el
de perto privaram, muito concretamente à família e amigos, prestando-lhe homenagem com un
minuto de silêncio
Foi ainda deliberado enviar o presente voto de pesar à família enlutada e a su
publicação no sítio institucional da Assembleia Municipal, bem como, num jornal de tiragen
nacional
Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte de
ata."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Muito obrigada
Vamos então fazer um minuto de silêncio em memória destas duas pessoas que no





deixaram."
Foi feito um minuto de silêncio em memória de Celeste Caeiro e Ana Maria Borja
Santos
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Ora bem, temos agora uma proposta de recomendação para voto de louvor a todos o
portugueses afrodescendentes de destaque nacional e internacional."
3.12. VOTO DE LOUVOR A TODOS OS PORTUGUESES AFRO-DESCENDENTES DI
DESTAQUE NACIONAL E INTERNACIONAL, APRESENTADO PELO GRUPO
POLÍTICO MUNICIPAL DO CH
A Senhora Presidente da A.M. leu o Voto de Louvor mencionado em título, que
seguir se transcreve:
"Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Oeiras:
Considerando que:
Nas últimas semanas tem sido amplamente promovida na comunicação socia
portuguesa e em outras plataformas digitais que em Portugal existe racismo. O Partido CHEGA
afirma convictamente que em várias situações Portugal tem demonstrado, de forma inequívoca, o
valor e o reconhecimento que dedica aos seus cidadãos afrodescendentes, que representam un
grupo de orgulho e essencial da nossa identidade cultural e social
Esta proposta de voto de louvor visa celebrar a contribuição dos Portugueses
afrodescendentes que, com mérito e talento, se têm destacado nacional e internacionalmente com
especial destaque na área do desporto e da música
Relembramos por isso os excelentes exemplos que, inquestionavelmente, serven
várias gerações como inspiração:
Um) Eusébio da Silva Ferreira, Português, nascido em Moçambique - Um dos
melhores jogadores de Futebol de todos os tempos

Dois) Francis Obikwelu, Português, nascido na Nigéria - Medalha Olímpica nos cem
e duzentos metros
Três) Pedro Pichardo, Português, nascido em Cuba - Medalha Olímpica no Triplo
Salto
Quatro) Nelson Évora, Português, nascido na Costa do Marfim - Medalha Olímpica
no Triplo Salto
Apenas estes quatro a título de exemplo, mas muitos mais poderia esta proposta
referenciar
Mas também na música. Onde nos últimos quinze anos Portugal abraçou e promoveu
a dinâmica africana onde, Anselmo Ralph, CQuatro Pedro, Nelson Freitas e muitos outros
lideraram o top nacional por várias ocasiões
Também no Fado, um dos pilares da nossa identidade, onde uma das principais
referências nacional e internacional. a cantora Mariza, é Portuguesa nascida em Moçambique
Podemos afirmar que são milhares os exemplos de excecional integração na nossa
sociedade de cidadãos oriundos das mais diversas zonas do globo
O presente voto de louvor pretende reforçar a inspiração que estes ilustres cidadãos
deram, dão e darão a várias gerações. São um exemplo de esforço, trabalho e superação tão
característicos do nosso povo e da nossa Portugalidade
Concluímos que o nosso compromisso com a igualdade e o reconhecimento de todos
é mais forte do que nunca e reafirmamos que Portugal é um pais que sabe valorizar o talento e a
contribuição dos seus afrodescendentes, honrando as suas conquistas e celebrando o seu papel
fundamental na nossa sociedade, como verdadeiros embaixadores de um país moderno e
acolhedor
Por todas as razões argumentadas solicitamos a esta Assembleia Municipal a
aprovação desta nossa proposta, que após aprovação deverá ser remetida para publicação nos





seguintes meios:
Jornal oficial do concelho
Assembleia da República e respetivos grupos parlamentares
Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública."
3.12.1. O Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) fez a seguinte intervenção:
"Muito obrigado, Senhora Presidente
E permita-me, uma vez que esta Sessão está com um tom teológico, iniciar esta
intervenção com uma pequena oração: que Deus nos livre dos lobos vestidos de pele de cordeiro,
do ódio disfarçado de sorriso, da segregação disfarçada de amor e da falsidade disfarçada de amigo.
Excelentíssimos senhores deputados, o momento é muito sério
A proposta que hoje nos é apresentada pelo Chega pretende, sob a capa de um voto de
louvor, celebrar os portugueses afrodescendentes que se destacaram nacional e
internacionalmente. À primeira vista, pode parecer uma moção meritória, mas não se enganem:
esta proposta é um lobo em pele de cordeiro. Por trás de palavras que aparentam inclusão, esconde-
se um histórico de exclusão, desrespeito e discursos inflamados contra as mesmas comunidades
que agora dizem querer homenagear
Estamos a falar de um partido cujo líder, numa televisão nacional num debate com o
Presidente da República, mostrou uma fotografia do Presidente da República com uma família
africana atrás a chamá-los de "bandidos" pela cor da pele que tinham e pelo sítio onde moravam.
Aliás, por este facto, André Ventura foi condenado em primeira instância por declarações racistas
e xenófobas. André Ventura foi condenado pelo Tribunal da Relação por declarações racistas e
xenófobas. André Ventura foi condenado pelo Supremo Tribunal de Justiça por declarações
racistas e xenófobas. Não se iludam, o Chega enquanto partido é uma plataforma e um instrumento
de entrada de uma ideologia que perpetua preconceitos e promove a exclusão. E é este mesmo
partido que hoje quer apresentar-se como defensor dos afrodescendentes? A hipocrisia desta

proposta é evidente. É uma tentativa cínica de limpar a sua imagem pública enquanto continuam
a fomentar discursos que dividem, desrespeitam e segregam. Rejeitar esta proposta é mais do que
dizer não a um exercício de oportunismo político. É uma afirmação de que os verdadeiros valores
de inclusão, respeito e celebração da diversidade não podem ser usados como ferramenta de
manipulação. Os nomes de Eusébio, Pedro Pichardo, Mariza e de tantos outros merecem ser
celebrados, sim merecem, mas por quem verdadeiramente respeita as suas histórias e os seus
legados, não por quem noutras ocasiões alimenta, estigmatiza e desumaniza comunidades inteiras.
Não se esqueçam que quando foi da pandemia, este partido e o seu líder, o Chega, queriam confinar
as comunidades ciganas estritamente
Se o Chega realmente acredita no valor dos afrodescendentes, que comece por
reconhecer os erros do passado, que se retrate das suas declarações e que mude o tom do seu
discurso. Só assim poderá aspirar a ser levado a sério numa proposta como esta. Até lá, esta moção
não passa de uma tentativa de encobrir as verdadeiras intenções
E é nossa responsabilidade enquanto democratas, enquanto representantes eleitos,
desmascarar o lobo que se esconde por trás desta pele de cordeiro
Senhoras deputadas, senhores deputados, votar contra esta moção é um ato de
coerência e de respeito por aqueles que realmente merecem ser celebrados. Não podemos permitir
que discursos de exclusão sejam mascarados de inclusão. Vamos proteger os valores da igualdade,
da justiça, da dignidade, que são a verdadeira marca de uma Democracia forte, sobretudo e acima
de tudo, no Concelho de Oeiras
Muito obrigado."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD), faça favor."
3.12.2. O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) interveio e disse o seguinte:





Esta proposta surge não por uma questão de oportunidade, mas por uma questão de
oportunismo. De facto, há que ter em conta aquilo que é a posição oficial deste partido no nosso
país
E ainda que o Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH) ao subscrever, tenha, de facto,
aqui procurado, de alguma maneira, no fundo, elogiar esta nossa comunidade, e o PSD entende
que essa unidade, inclusive em Oeiras onde nós temos, de facto, uma comunidade afrodescendente
muito importante, mas curiosamente, inclusive nesta proposta, não é indicado, por exemplo, um
único afrodescendente residente ou porventura, oriundo de Oeiras. Estava-me a lembrar, não é
preciso ir muito mais longe, no Marcelino Sambé, por exemplo, e não só, exatamente. Portanto,
falta logo aqui alguma referência àquilo que é o nosso motivo de aqui todos estarmos hoje
Por outro lado, também, não se entende, a não ser na perspetiva política, porque é que
esta moção há de ser dirigida à direção nacional da Polícia de Segurança Pública. Mas o que é que
a PSP tem a ver, afinal, com uma proposta de recomendação de voto de louvor? Não faz qualquer
sentido. Agora o problema é este, e é com este problema que nós estamos confrontados. De facto,
aquilo que o Senhor Deputado Viegas (IN-OV) referiu é importante. Isto é um texto que, no seu
conteúdo nos merece, de facto, apoio. O problema é, repito, o seu oportunismo e o seu farisaísmo
no que respeita a isto, porque há uma contradição inerente no discurso e naquilo que está aqui
escrito
O PSD não pode deixar daí de retirar consequências, mas também dizer que a
comunidade afrodescendente que vive, habita, trabalha, labuta em Oeiras e que nos merece há
muitos anos os maiores créditos merece, de facto, aqui ser reconhecida e louvada. E, por isso o
PSD irá, em termos de voto, abster-se nesta moção
Disse."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Muito obrigada

Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH), faça favor."
3.12.3. O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) interveio e disse o seguinte:
sinceramente, tanto racismo na minha vida
Tal como nós agradecemos em primeira instância à recomendação de louvor que foi
aqui proposta pelo Chega há umas Assembleias atrás, relativamente à PSP e aos órgãos de polícia
criminal, que também foi aqui chumbada, só com o voto do Chega favoravelmente, e tendo em
conta que também esta proposta, nós já sabíamos que ia dar isto, porque o pastor e o carneiro aqui
dentro é sempre a mesma coisa, é sempre a "carneirada" vai tudo atrás, esta proposta também será
entregue independentemente da votação a estas entidades para memória futura
Porque eu acho que é de uma falta de educação e a Senhora Presidente há pouco
referiu, que eu seria "mal educado" se não me levantasse e eu levantei-me por uma questão de
respeito a si, eu também acho que aquilo que foi aqui testemunhado é uma falta de educação para
com o meu partido, porque não há direito de estarem a criar aqui uma imagem falsa relativamente
aos valores no partido
Foi aqui mencionado relativamente à direção nacional da Polícia de Segurança
Pública, porquê também? É muito simples, é porque há uma rede da esquerda, mais talvez da
radical, que anda a tentar doutrinar os agentes da polícia afrodescendentes contra o Chega. E para
nós tirarmos qualquer dúvida que não somos aquilo que querem parecer que somos, nós estamos
a dar conhecimento
Portanto, eu penso que isto é uma falta de vergonha total, uma falta de respeito tal,
acho que se houvesse realmente a tal Democracia de que tanto se fala, não haveria aqui estes
testemunhos banais. Aqui o Senhor João Viegas (IN-OV), palavra de honra, só diz disparates, com
todo o respeito. Senhor Deputado, Senhor Professor Doutor Deputado, com certeza. Esta é outra
também da Democracia, tudo é importante





Portanto, é isto que eu quero dizer. Isto é uma proposta de recomendação séria, é uma
proposta de recomendação que foi feita com vocação pública relativamente a destacar estas
pessoas e muitas mais, nós podíamos fazer aqui uma listagem, mas para não acontecer como
aconteceu na última Assembleia, a Senhora Presidente teve que encurtar a nossa recomendação
que era muito extensiva, conforme deve se lembrar, teve que reduzir porque o texto era muito
grande, nós também tivemos que reduzir aqui a nossa recomendação
Contudo, eu quero dizer que, para memória futura, o que se fez aqui hoje foi um
atentado contra a Democracia e, mais uma vez, tentarem manchar um partido político de direita
sério e que, sinceramente, nunca cumprimos com a justiça
Disse."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Senhora Deputada Celina Mendonça (IN-OV), faça favor."
3.12.4. A Senhora Deputada Celina Mendonça (IN-OV) referiu o seguinte:
"Boa tarde Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente, caros
Vereadores, caros Deputados, quem nos assiste online e o público presente
É evidente que a influência dos afrodescendentes em Portugal é significativa e abrange
vários aspetos da cultura portuguesa desde a gastronomia, cultura, desporto, até à música e à dança
E com o passar dos séculos, muitos africanos e seus descendentes integraram-se na sociedade
portuguesa contribuindo para a diversidade cultural que caracteriza o país hoje. Em Oeiras, os
afrodescendentes sentem-se em casa. Centenas de trabalhadores trabalham no Município de
Oeiras, desempenhando as mais diversas funções como, por exemplo, o Vice-Presidente da
Câmara, assessores, chefes de gabinete, autarcas, jardineiros, pintores, mecânicos, deputados,
deputadas, presidentes de junta, etc., etc
Sim, Portugal sabe valorizar o talento e a contribuição dos seus afrodescendentes na
nossa sociadada a nival nacional e a nival internacional

O problema é que o Chega não fomenta nada disto que está aqui escrito, pelo menos é
o que eu vejo na televisão. O que eu vejo na televisão é racismo, perseguição, expulsão, corre com
todos e mais alguns. Isto que está aqui escrito e aquilo que praticam, é exatamente o contrário.
Assim não, Partido Chega
Tenho dito."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD), faça favor."
3.12.5. O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) observou o seguinte:
seguinte: o PSD fala apenas por si, porque, naturalmente, neste caso não pode representar mais
grupos políticos nesta Assembleia e porquê? Porque o Senhor Deputado, na sua intervenção, falou
em pastores e carneiros e em "carneirada". Quero aqui dizer que o PSD não é nem pastor, nem
carneiro, e muito menos "carneirada" visto que as suas decisões são tomadas de modo próprio e
sem, de facto, ser ou estar ligado àquilo que são as decisões dos demais grupos políticos. Não
ficaria bem comigo próprio, com a minha consciência e do meu partido se não fizeste esta
intervenção, não em defesa da honra, porque a honra não foi beliscada, mas em defesa da verdade.
Muito obrigado."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Senhora Deputada Celeste Dâmaso (IN-OV), faça favor."
3.12.6. A Senhora Deputada Celeste Dâmaso (IN-OV) observou o seguinte:
Muito boa tarde Senhora Presidente, Senhor Presidente e todas as outras pessoas aqui
presentes
Eu gostava bastante que os senhores fizessem o favor de me ouvir porque eu ouvi-vos
também, e a Democracia penso que é isso. Aceito perfeitamente as coisas como elas são. Não
gostamos do Chega, tudo bem, mas o Chega existe e há que respeitar a existência deles. Por mim,





toda a gente merece uma segunda oportunidade. Eu sim, sou católica, mas, de facto, não é "blá blá
blá", sou. E por ser católica, acho que toda a gente tem direito a uma segunda oportunidade
Obrigada."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Muito obrigada
Como? Sim, sim. Não havendo Senhor Presidente da União de Freguesias de
Carnaxide e Queijas, faça favor."
3.12.7. O Senhor Deputado Inigo Pereira (Presidente da U.F. Carnaxide e Queijas) fez a
seguinte intervenção:
"Excelentíssima Presidente da Assembleia, caro Presidente, caros Vereadores, caros
Deputados
O Chega menciona aqui nesta proposta que devido ao facto de em Portugal existin
racismo, apresenta uma proposta de louvor a todos os afrodescendentes. Já foi aqui mencionado
que o Partido Chega tem outras intenções com esta proposta. Todos nós percebemos isto. Estão a
maquilhar, estão a tentar disfarçar o seu pensamento, a dimensão pequena do seu pensamento, das
suas ações. A pergunta que eu coloco é a seguinte: existe racismo apenas com a cultura
afrodescendente? O racismo só acontece com os africanos? Portugal não é um país racista, Oeiras
também não é um concelho racista, no entanto, o racismo existe. Mas tanto Portugal e
principalmente Oeiras, aposta em políticas públicas de inclusão. Portugal é um país multicultural
Oeiras é um município multicultural, e aqui em Oeiras residem pessoas de mais de sessenta
nacionalidades. Ou seja, as políticas públicas que o Município de Oeiras implementa e todas as
Juntas de Freguesia acompanham, e todos nós acompanhamos é de integração social. Não só com
as pessoas de origem africana, mas com todas. E se formos a referir, se quiser referir os países das
antigas colónias, está-se a esquecer de muitas. Mais uma vez dá aqui para dizer, para destacar que
esta recomendação só demonstra a pequena dimensão do vosso pensamento relativamente a estas

questões
E podíamos destacar, tal como foi aqui mencionado, personalidades de outras áreas,
não só na área desportiva, não só na área musical, existem várias personalidades de várias áreas e
também de várias nacionalidades, não são só de origem africana. Aqui no Município, há várias
pessoas que são de origem timorense, que também era uma antiga colónia portuguesa. O Município
tem vários colaboradores também que são de origem goesa, antiga colónia portuguesa. Do Brasil,
entre outras nacionalidades. Por isso, esta proposta é muito pouco e representa pouco. O Município
de Oeiras é muito mais que isso, até o nosso país é muito mais que isso, porque defendemos todas
as culturas e trabalhamos na inclusão de todos. Vejam só, até poderia estar aqui mencionado o
nome do nosso antigo Primeiro-ministro, que atualmente é Presidente da Comissão Europeia.
Poderia estar aqui, não está. Não sei se conhece o Nininho Vaz. O Nininho Vaz é de origem cigana.
Uma grande referência a nível musical. O Ricardo Quaresma, grande jogador de futebol, destacado
não só no país, mas também a nível internacional. Por isso, Deputado Francisco O'Neill (CH), eu
sei que se está a esforçar imenso, mas não está a conseguir. Não acerta uma
Disse."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Senhora Deputada Anabela Brito (IL), faça favor."
3.12.8. A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) referiu o seguinte:
"Obrigada, Senhora Presidente
A Iniciativa Liberal aplaude e reconhece o contributo dos atletas e artistas elencados,
mas, como é óbvio, não podemos votar favoravelmente. Parece-nos um aproveitamento político e,
inclusive, um aproveitamento realmente destes portugueses afrodescendentes para a causa do
Chega, pois tudo isto é apresentado sem qualquer contexto que suporte esta proposta de
recomendação
De qualquer forma, também dizer que, neste caso, também só estão a ser destacados





os portugueses afrodescendentes que tiveram sucesso quer nacional, quer internacionalmente. I
está-se a esquecer de todo o resto da população anónima que contribui, de facto, para o crescimento
do país
Por isso, o nosso voto será a abstenção. Obrigada."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH), o Senhor já esgotou o seu tempo d
intervenção."
O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) interveio, mas dado que
fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito
3.12.9. A Senhora Presidente da A.M. prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:
"Senhor Deputado, o Senhor terminou o seu tempo de intervenção. Não poden
ofender, ninguém ofendeu ninguém. Senhor Deputado, ninguém ofendeu ninguém. Cada um pô
a sua posição. Senhor Deputado António Vicente (IN-OV), faça favor."
3.12.10. O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) observou o seguinte:
"Muito obrigado, Senhora Presidente
Há muitos anos, havia uma frase publicitária que dizia: "Omo lava mais branco"
Posteriormente, há muito pouco tempo, havia uma outra que dizia: "O algodão não engana". D
facto, neste caso, o algodão não engana
Esta moção ou esta proposta de recomendação, peço desculpa, Senhor Deputado, pel
má classificação, é uma questão de taxionomia, peço desculpa pelo erro na classificação da su
proposta, mas dizia eu que esta proposta, pretendendo homenagear os afrodescendentes, afinal
ignora de uma forma clamorosa a grande maioria dos afrodescendentes. Onde é que nesta propost
está a gente digna das mulheres a dias que lavam as escadas dos nossos prédios? A grande maiori-
são afrodescendentes. Os operários que trabalham nas nossas fábricas. Os cientistas. A multidão
as centenas de milhares de afrodescendentes que esta proposta ignora. De facto, Senhor Deputado

do Chega, esta proposta não engana. O algodão tira-lhe toda a capa de verniz que eventualmente
pretendesse introduzir-lhe
Disse, Senhora Presidente."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Muito obrigada
Meus senhores, vamos Pediu a palavra? Faça favor. Não tinha visto."
3.12.11. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) fez a seguinte intervenção:-
Vereação, às Senhoras e Senhores Deputados e a quem nos assiste
O engenheiro do caos que está nesta Casa mostrou claramente a esta Assembleia e a
todos os deputados e deputadas como conseguiu atingir os seus objetivos. Estamos há mais de
trinta minutos a discutir um texto que envergonha esta Casa, que envergonha a Democracia e que
envergonha e deve envergonhar todos aqueles que permitiram que este debate se prolongasse desta
forma
Da nossa parte, o voto a que este partido chama de louvor não é mais do que um texto
que pretende manchar o nome e a honra dos partidos democráticos. Pretender aprovar um voto de
louvor num texto que só no título é que se usa a palavra "louvor", estando o texto carregado de
significados sem tolerância e sem inclusão, e com o uso abusivo de figuras públicas é a clara
demonstração de manipulação da atividade desta Assembleia Municipal, razão pela qual o PS não
se associa a este texto
Aliás, se o partido de extrema-direita fosse verdadeiramente cumpridor da
Constituição da República Portuguesa e demonstrasse que considera que todos os cidadãos têm a
mesma dignidade social e são iguais, não se teria abstido na votação do voto de louvor à seleção
nacional feminina de futebol, a vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte e três, não teria votado
contra o voto de congratulação ao Doutor António Costa pela sua eleição a Presidente do Conselho





Europeu a dois de julho deste ano, e neste mesmo texto teria mencionado ainda Auriol Dongmo
lançadora de peso feminino - já agora, considerada a quinta melhor do mundo em dois mil e vinte
e três - nascida nos Camarões e naturalizada portuguesa, ou Sara Tavares, de ascendência cabo-
verdiana, vencedora de um festival da canção e que recentemente faleceu
São estes bons exemplos em como a sua atuação política não considera a ascendência
o sexo, a raça, as condições políticas ou religiosas. Porque o voto apresentado agora tenta
maquilhar a sua reiterada atuação, percebendo os claros motivos eleitoralistas dos mesmos, e que
pretende ao mesmo tempo esconder o voto apresentado há quinze dias, votamos óbvia e
convictamente contra. Na política, não vale mesmo tudo
Disse."
3.12.12. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Muito obrigada
Eu tenho de dar a palavra consoante o Regimento. As pessoas quando esgotam o seu
tempo de intervenção, esgotam. Até lá, têm o direito de falar. Vamos passar à votação, penso que
já todos manifestaram as suas posições"
3.12.13. O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) interveio e disse o seguinte:
"Senhora Presidente"
A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte:
"Senhor Deputado, o Senhor já"
O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) disse o seguinte:
"Peço só Quero fazer uma Interpelação à Mesa, não posso?"
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Não, não pode. Não, não tem interpelação coisíssima nenhuma. Já usou"
O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) referiu o seguinte:
"Também não posso? Não posso fazer? É só para que constasse em Ata que não me

deixou exercer o direito de defesa da honra
Muito obrigado."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Senhor Deputado Não, não. Não foi isso que o Senhor disse. E além disso aqui
ninguém o atingiu na sua honra. Por isso, não lhe vou dar a palavra para defesa da honra, porque
o Senhor não foi atingido, ninguém aqui usou de menos consideração ou ofensas ao Senhor
Vou passar à votação desta proposta de recomendação."
3.12.14. VOTAÇÃO
A Senhora Presidente submeteu à votação este documento, o qual foi rejeitado, com
trinta e um votos contra, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras
(Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António
Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira
Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa,
Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas
Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Maria Carolina
Candeias Tomé, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Acácio Silva de Oliveira e Maria
Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves
Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito
Filipe e Ricardo Correia Fernandes), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos
Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos
Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e
Aníbal José Gonçalves Guerreiro), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia
Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João
Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina
Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo





da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias
(Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo
(Dinis Penela Antunes), com dois votos a favor, sendo um do Grupo Político Municipal Isaltino
Inovar Oeiras (Rui Pedro Gersão Lapa Miller) e um do Partido Chega (Francisco O'Neill
Marques), e com quatro abstenções, sendo três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel
Madeiras Silva Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Miguel Martins Galvão
da Cruz Bugalho) e uma do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de
Brito)
Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:
"DELIBERAÇÃO N.º 134/2024
VOTO DE LOUVOR A TODOS OS PORTUGUESES AFRO-
DESCENDENTES DE DESTAQUE NACIONAL E INTERNACIONAL, APRESENTADO
PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO CH
A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do Voto de Louvor referido
em título, o qual foi rejeitado, com trinta e um votos contra, sendo dezasseis do Grupo Político
Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Grupo Político Municipal
Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-
Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal
Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo
Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar
Porto Salvo, com dois votos a favor, sendo um do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras
e um do Partido Chega, e com quatro abstenções, sendo três do Partido Social Democrata e uma
do Partido Iniciativa Liberal
Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da
Mais foi deliberado, por unaminidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da

O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) observou o seguinte:
"Senhora Presidente, eu queria fazer uma intenção"
A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte:
uma declaração de voto? Então Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH), faça favor, para uma
declaração de voto. E depois o Senhor Tomás Perestrelo (EO)."
3.12.14.1. O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) fez a seguinte Declaração de
Voto:
"Senhora Presidente
Votámos logicamente a favor da nossa proposta, pois acreditamos naquilo que estamos
a mencionar. Queria recomendar só ali ao Senhor Deputado Balcão Vicente (IN-OV) a pasta
medicinal Couto que também "anda na boca toda a gente", uma vez que recomendou também "o
algodão não engana", portanto, compre também a pasta medicinal Couto, se calhar, fica-lhe
melhor. E relativamente ali à Senhora Deputada do PS que tanto falou mal do Chega, eu também
lhe quero dizer que daqui a dois meses, iremos nos encontrar no Tribunal de Oeiras
Muito obrigado."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
Tomás (EO), faça favor."
3.12.14.2. O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) fez a seguinte Declaração de Voto:
"Muito obrigado, Senhora Presidente
O Grupo Político Evoluir Oeiras votou contra este texto que o Chega apresentou à laia
de proposta, mas que não é uma proposta, é uma patranha e, portanto, não interviemos sequer na
discussão, porque nós não andamos a discutir patranhas que não têm absolutamente nada a ver
com o Município de Oeiras e têm apenas a ver com a agenda radical, populista, extremista do





Partido da extrema-direita em Portugal
O Chega apresentou aqui um texto à laia de louvar alguns portugueses
afrodescendentes deixando muitos outros de fora, mas, na verdade, o que o Chega propunha aqui
era um texto para tentar validar a sua agenda de que não existe racismo em Portugal. Isso consta
logo imediatamente do primeiro parágrafo da proposta do Chega, onde se vê aquilo a que o Chega
vem
E, portanto, como o Grupo Político não alinha nem em tentativas de mascarar o
racismo estrutural que existe em Portugal, nem em patranhas, que foi o que o Chega aqui trouxe
hoje, votámos naturalmente contra e não contribuímos para o debate de algo que nem sequer devia
ter sido debatido nesta Assembleia
Muito obrigado."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Senhora Deputada Sílvia Marques (PAN), faça favor,"
3.12.14.3. A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN) fez a seguinte Declaração de Voto:
"Senhora Presidente, é só para dizer que farei chegar uma declaração de voto
Obrigada."
A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN) fez chegar a seguinte Declaração
de Voto por escrito, documento que a seguir se transcreve:
"Votámos contra, porque é fundamental que, enquanto cidadãos comprometidos com
a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, rejeitemos qualquer forma de discriminação.
A luta contra o racismo e a xenofobia é uma responsabilidade de todos, e devemos trabalhar
incansavelmente para garantir que os direitos das minorias, neste caso em concreto dos
afrodescendentes sejam respeitados, que as suas vozes sejam ouvidas e que suas contribuições à
sociedade sejam reconhecidas com dignidade. O nosso voto é contra aqueles que utilizam o
racismo e a xenofobia como ferramentas de manipulação política. O nosso compromisso é com a

defesa dos direitos humanos, da dignidade e da igualdade para todos, independentemente da sua
cor, origem ou condição social. O futuro que desejamos construir é um futuro de inclusão, respeito
e prosperidade para todas as pessoas sem exceção."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Muito obrigada
Bem, meus senhores, continuando no Período Antes da Ordem do Dia e esgotados os
documentos que foram entregues na Mesa, pergunto se algum dos senhores deputados pretende
usar da palavra neste Período Antes da Ordem do Dia. Senhor Deputado António Balcão Vicente
(IN-OV), alguém mais? Deputado António Balcão Vicente (IN-OV), faça favor."
3.13. O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) interveio e disse o seguinte:
"Há temas que ciclicamente vêm ao debate a esta Assembleia, aproveitando o embalo
de alguma comunicação social que vive ao sabor das pequenas e grandes tragédias às quais dedica
uma extrema e momentânea relevância, para de imediato as esquecer mal surja novo incidente ou
trágico acontecimento que remeta o anterior para o inevitável olvido
Todos recordamos os debates e as profundas análises dos comentadores de serviço
sobre os acontecimentos que perturbaram alguns bairros na sequência da morte de Odair Moniz.
Por todo o lado, como cogumelos após as primeiras chuvas de outono, surgiram especialistas sobre
a vida e os problemas dos bairros. A grande maioria provavelmente nunca teria entrado em nenhum
deles, à semelhança de muitos grupos políticos que apenas os visitam em véspera de eleições, o
que não os impediu de dissecar ao pormenor e em abusivas generalizações, a vida e as dificuldades
das suas gentes assim transformadas em cobaias de laboratório, como se os seus moradores não
fossem gente comum, com as dificuldades e as alegrias que a todos a vida vai distribuindo não tão
equitativamente como seria desejável, é certo, por isso em Oeiras, a qualidade dos bairros
municipais são uma prioridade do Município
É aí que se localizam a grande maioria dos melhores equipamentos sociais do





Concelho. Equipamentos cuja melhoria é uma constante preocupação municipal a par da cuidada manutenção dos edificios residenciais. Também nesta questão Oeiras é diferente. É diferente distinguindo-se do panorama nacional e nós, o IN-OV sentimo-nos profundamente orgulhosos por esse facto. Mas se uma habitação com qualidade é a base estrutural para uma vida com dignidade. só por si não é o bastante. Importa é que o espaço e o ambiente em que se enquadra tenham idênticos atributos, potenciando a vida comunitária e a sociabilização dos seus moradores. É isso que permanentemente fazemos em Oeiras,---------- Como sucedeu no passado dia dezasseis com a reabilitação do polidesportivo do Bairro Vinte e Cinco de Abril, localizado na Travessa da Esperança em Linda-a-Velha, polidesportivo inaugurado em mil novecentos e oitenta e dois na sequência da construção do bairro. E lembremos que o Bairro Vinte e Cinco de Abril, à semelhança do Bairro Dezoito de Majo e do Luta Pela Casa são fruto dos antigos programas SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local) emanação da vontade popular veiculada pelas respetivas associações, que nunca é demais saudar. Após estes anos importava, naturalmente, dar novas condições a este polidesportivo. Numa primeira fase, foi instalada a iluminação e um novo relvado. Concluiu-se agora a reabilitação com os novos balneários, que vão permitir uma nova qualidade a todos os utilizadores daquele equipamento. Obra singela dirão alguns, afinal, trata-se de um simples polidesportivo para pouca gente, talvez por isso esta inauguração não tivesse merecido a presença de nenhum deputado das oposições com assento nesta Assembleia. Manifestação de indiferença relativamente à vida destes moradores em total contradição com o interesse tantas vezes aqui apregoado nestas bancadas.---------- O mesmo sucedendo, aliás, no que se refere às preocupações com a crise da habitação. É conhecido e reconhecido o acerto das políticas habitacionais que Oeiras tem desenvolvido ao longo dos anos e que, em última análise, poderá ter determinado a escolha de Oeiras para residência de alguns deputados mais recentemente moradores no Concelho. No seguimento dessas políticas realizou-se ontem o lançamento da primeira pedra em mais dois empreendimentos cuja

obra se encontra em plena execução. Trata-se por um lado do programa habitacional de Leceia na Estrada Caminho da Serra, onde estão a ser construídas neste momento noventa e seis casas, vinte e quatro das quais TUm, quarenta e oito TDois e vinte e quatro TTrês num investimento de vinte vírgula oito milhões de euros, sendo dezassete milhões financiados pelo PRR e três vírgula oito milhões suportados integralmente pela Câmara Municipal de Oeiras. Por outro lado, no programa habitacional Terra do Moinho, na Rua da Tapada do Carrascal, bem junto do Bairro dos Navegadores, onde, neste momento, estão a ser construídos dezassete apartamentos, sendo cinco TZero e doze TDois, isto num investimento de três virgula três milhões de euros, totalmente suportados pelo PRR. Os dois eventos contaram, naturalmente, com a presença do Presidente da Câmara (não poderia ser de outra maneira) e da edilidade municipal, mas também dos dirigentes e técnicos dedicados aos projetos, e com (esta já não seria tão habitual) a de sua Excelência a Senhora Secretária de Estado da Habitação, a arquiteta Patrícia Gonçalves Costa, que não se eximiu a mencionar e a enaltecer a rica experiência que nesta área obteve enquanto dirigente na Câmara Municipal de Oeiras. Assim, continua a fazer-se cidade em Oeiras, respondendo às necessidades dos oeirenses perante a indiferença dos deputados municipais das oposições, que mais uma vez primaram pela ausência nos dois eventos. -----------Disse, Senhora Presidente."------------A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----------"Muito obrigada.----------Senhor Deputado Aníbal Guerreiro (CDU), faça favor."-----3.14. O Senhor Deputado Aníbal Guerreiro (CDU) referiu o seguinte:----------"Muito obrigado, Senhora Presidente e muito boa tarde a todos. -----------Duas questões. Uma delas tem a ver com piscina de Barcarena. Muitos utentes da dita piscina nos têm colocado a falta de manutenção. Isto porquê? Porque só existe uma funcionária para manter a manutenção daquilo tudo e, de facto, é uma situação se queremos uma manutenção





com dignidade, devia ser uma coisa que devia ser revista pela própria Autarquia
Já que há pouco tempo nós falámos aqui na questão dos transportes, queria aqui coloca
uma questão, e que já há "bocadinho" isto foi tudo ao encontro, no Bairro dos Navegadores. Existe
muita gente que de manhã se levanta às cinco da manhã para ir fazer a limpeza, há muita gente, e
essas dezenas de pessoas têm grande dificuldade em transporte. Era esta a questão que devia se
revista. E mais, a partir de uma certa hora do fim do dia só tem uma carreira de hora a hora, e e
quando ela aparece
Pronto, são duas questões que acho que deviam ser revistas neste campo
Obrigado."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Obrigada
Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD), faça favor."
3.15. A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) interveio e disse o seguinte:
"Muito obrigada, Senhora Presidente. Cumprimentá-lo a si e na sua pessoa a Mesa
cumprimentar o Senhor Vice-Presidente e na sua pessoa o Executivo, os Deputados presentes, o
nosso apoio administrativo, todos os que nos assistem aqui e lá em casa
Perguntar ao Executivo, há relativamente pouco tempo, há meia dúzia de dias, o PSD
foi confrontado por alguns moradores da Avenida Vinte e Cinco de Abril, em Linda-a-Velha, com
uma situação que resultou do levantamento de umas bombas de gasolina que pertenciam à Galp e
que foram retiradas do local de onde estavam. Nesse local, neste momento, existe agora um terreno
em gravilha que está a servir de estacionamento desordenado, e que tem uns pins que impedem a
invasão do espaço contíguo às lojas. Por um lado, as lojas eram garagens e veem agora o seu acesso
bloqueado. Segundo, este local em gravilha deixa entrar alguma água (portanto, ficou permeável)
para as lojas que ficam no piso de baixo
E, portanto, perguntar à Câmara se aquele local vai ficar assim, se a Câmara já deu

algumas instruções, ou tem para aquele local pensada alguma intervenção. Se compete à Câmara
intervir naquele local, se não compete, se a Câmara já deu instruções para que aquele local, aquelas
condições sejam ultrapassadas e, portanto, o que é que está pensado para, de facto, se ultrapassarem
aquelas condições, porque deixámos de ter um local confortável para passeio de peões, para
passarmos a ter um terreno baldio que não serve de nada
Muito obrigada."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Senhora Deputada Carolina Tomé (IN-OV), faça favor."
3.16. A Senhora Deputada Carolina Tomé (IN-OV) fez a seguinte intervenção:
"Muito boa tarde a todos. Cumprimento toda a Assembleia na pessoa da Senhora
Presidente, todos os presentes e também o público que nos segue
Já hoje foi aqui falado sobre habitação e é, de facto, um tema e uma palavra que está
na ordem do dia no Concelho de Oeiras. Aproveito para falar um pouco mais sobre habitação e de
investimentos que a Câmara Municipal fez recentemente, destinados a públicos específicos como
é o caso dos jovens e dos professores
Com efeito, foram inaugurados novos apartamentos integrados no programa municipal
de habitação jovem de Oeiras tendo sido disponibilizadas casas para arrendamento para residentes
ou trabalhadores no Concelho, dentro desta faixa etária, nomeadamente até aos trinta e cinco anos
de idade. Considerando a forte especulação e inflação sobre o preço das casas em Oeiras - e não
só, um pouco por toda a Área Metropolitana de Lisboa e até por todo o país - portanto,
considerando esta inflação que se faz sentir hoje em dia, e a qual faz com que muitos jovens não
consigam nem comprar, nem arrendar a sua primeira habitação, a Câmara Municipal assume-se
como uma alternativa viável, proporcionando a oportunidade desta população mais jovem ter uma
casa para viver a um preço acessível
Foram também recuperados imóveis no núcleo histórico do Dafundo, cujo





investimento reflete o compromisso do Município de, por um lado, melhorar as condições de
habitação e, por outro lado, contribuir para a dinamização destes centros históricos
A par e passo, foram inauguradas residências destinadas a professores. Atualmente há
vinte e oito docentes do Concelho de Oeiras a beneficiar já deste apoio e prevê-se que até final do
próximo ano sejam cinquenta. Tratam-se de alojamentos com bastante qualidade e a baixo custo
cento e cinquenta euros mensais que incluem já despesas de água, gás, luz e de comunicações, e
esta é uma forma de o Executivo Municipal estar a apoiar os docentes que se deslocam para
trabalhar aqui no Concelho, oferecendo-lhes condições excecionais que se tornam desta forma
mais atrativas e contribuem para mitigar a falta de professores que se verifica atualmente nas
nossas escolas
São poucos os municípios que reúnem condições de autonomia, ou condições
financeiras para fazerem estes investimentos, dando resposta e soluções aos problemas reais das
pessoas, neste caso aos jovens e aos professores. Por isso em Oeiras, podemos dizer que há visão,
e em Oeiras há vontade política de concretização
Disse."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Obrigada
Mais algum senhor deputado pretende usar da palavra? Senhor Deputado Acácio (IN-
OV), faça favor."
3.17. O Senhor Deputado Acácio Oliveira (IN-OV) interveio e disse o seguinte:
"Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Oeiras, Doutora
Elisabete Oliveira, Senhores Secretários da Mesa da Assembleia Municipal, Excelentíssimo
Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Doutor Francisco Gonçalves, Senhores
Vereadores, Senhores Presidentes de Junta, Senhores Deputados Municipais, senhoras assistentes
da Assembleia Municipal

------A Sociedade de Instrução Musical de Porto Salvo, com sede no Largo Manuel Pereira Coentro comemorou no passado sábado, dia dezasseis de novembro, os cento e dez anos da sua fundação com a realização de uma sessão solene no salão nobre da SIMPS e contou com a presenca do Senhor Doutor Luís Afonso, chefe de departamento da Câmara Municipal de Oeiras, em substituição do Senhor Vereador Doutor Pedro Patacho por este se encontrar ausente fora do país, com a presença do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Porto Salvo, Senhor Dinis Penela Antunes, com a presença da Senhora Presidente da Associação de Andebol de Lisboa, Dona Ana Maria, com a presença de representantes do comando da PSP de Porto Salvo, com a presença dos representantes das coletividades da Freguesia, com a presença de alguns associados, bem como do público em geral.-----------A Senhora Presidente da Assembleia Geral, Doutora Ana Paula Avelino deu a palavra aos convidados, dando as boas vindas a todos os presentes. Após o uso da palavra por parte dos convidados que o quiseram fazer, seguiu-se o concerto de aniversário feito pela banda da SIMPS. orquestrado pelo seu maestro Senhor Diogo Gomes. Integrado no concerto, foi ouvida em estreia uma peça feita pelo compositor Valdemar Gomes, alusivo ao incêndio no Chiado que teve lugar em vinte e cinco de agosto de mil novecentos e oitenta e oito, tendo a peça em causa sido projetada num ecrã localizado no palco com as imagens do incêndio, com o acompanhamento da banda que tocava os sons obtidos a partir das figuras dos bombeiros, das ambulâncias, bem como todos os ruídos provenientes deste incêndio, no qual perdeu a vida um bombeiro de Castelo Branco, cujo nome foi dado a uma rua da sua terra. ------------A Sociedade de Instrução Musical de Porto Salvo foi fundada em quinze de novembro de mil novecentos e catorze, sendo detentora de um rico historial, que, por vezes, se confunde com o da terra que a viu nascer. A história da SIMPS, dispersa por vários documentos, está sobretudo gravada na memória daqueles que trabalharam e trabalham para a coletividade em prol do interesse da comunidade envolvente. Não existe, portanto, um documento único do rico historial da SIMPS.





Este tem sido o acumular das sucessivas direções que, ao longo dos anos, tem gerido a coletividade
Para tal, será muito difícil escrever a história da SIMPS, falta-nos capacidade para tanto e os dados
disponíveis estão gravados na memória dos mais antigos
A SIMPS foi fundada inicialmente sob a designação do Grupo Musical Recreativo
Portosalvense. Tomou em mil novecentos e trinta e um o nome de Grupo de Instrução Musical de
Porto Salvo. Em vinte e cinco de novembro de mil novecentos e trinta e quatro foi inaugurada a
primeira escola primária da localidade, construída pelos sócios da SIMPS com o apoio do Governo
Civil de Lisboa. Em mil novecentos e trinta e seis, durante a exposição industrial agrícola e
pecuária de Oeiras, exibiu-se o Rancho da Desfolhada, cujo poema era representativo da sociedade
e incluso na brochura. Ao longo dos anos a SIMPS tem participado em numerosos eventos, que
vão desde a inauguração da luz elétrica em Porto Salvo, à da carreira de autocarros entre Paço de
Arcos, Porto Salvo e Cacém, bem como de outros nas localidades vizinhas. Em mil novecentos e
quarenta e um foi inaugurada a atual sede com o seu salão de baile, onde atuou pela primeira vez
o conjunto da SIMPS, de nome "O Solidó"
Durante a sua existência, a SIMPS tem desenvolvido várias atividades. A música tem
sido a sua principal razão de ser, contudo, outras há que têm tido grande importância como o ténis
de mesa, o andebol e o badminton, fundados em prol de Porto Salvo e dos associados
É todo um conjunto de trabalho constante, herança dos seus fundadores e destinado às
gerações futuras em nome de Porto Salvo e da SIMPS
Tenho dito."
A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte:
"Muito obrigada, Senhor Deputado
Pergunto se mais alguém pretende usar da palavra neste Período Antes da Ordem do
Dia. Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)."
3.18. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) fez a seguinte intervenção:

"Muito obrigada, Senhora Presidente.
Eu gostaria de começar por perguntar, uma vez que nós nos aproximamos do mês de
dezembro, como é que está o processo da elaboração das Grandes Opções do Plano e Orçamento
para dois mil e vinte e cinco, e quando pensa o Executivo agendar as reuniões de Direito de
Oposição, que devem ser feitas, obviamente, antes da aprovação do documento na reunião de
Câmara e depois aqui na Assembleia.
Segundo, gostaria de aproveitar a presença da Senhora Vereadora Teresa Bacelar para
questionar a Senhora Presidente da Assembleia quando é que reuniu ou reúne o Conselho de Saúde
aqui no Município, o novo Conselho de Saúde, e pedir à Senhora Vereadora que faça um ponto de
situação sobre o estado da saúde em Oeiras, nomeadamente o número de oeirenses sem médico de
família em cada uma das freguesias, que eram dados que nós tínhamos oportunidade de questionar
na Comissão de Saúde na qual os deputados tinham assento e deixámos de ter e, portanto,
deixámos de ter oportunidade de colocar lá essas questões. Quando solicitámos aqui que fosse
criada uma comissão de saúde na Assembleia Municipal para acompanhar estes temas, essa
proposta foi rejeitada aqui pela Assembleia e, portanto, não tendo oportunidade noutro local de o
fazer, solicitamos esse ponto de situação à Senhora Presidente, que depois entenderá o que fazer.
Depois, por último, gostaria de me referir a um assunto que também já veio aqui à
Assembleia e já colocámos aqui na Assembleia, já referimos este assunto, que se reporta à viagem
do Executivo à China no mês de setembro, e que motivou a alteração da agenda de reuniões de
Câmara sem aviso prévio e sem justificação maior. Esta visita foi efetuada pelo Executivo da
Câmara, na pessoa do Senhor Presidente, do Senhor Vereador da Educação, acompanhados por
elementos da Câmara Municipal, nomeadamente da adjunta do Presidente e de um técnico do
Departamento de Educação, mas também por dois professores e doze alunos de cada escola do
Município, portanto os doze melhores alunos. E ainda dois elementos externos à Câmara
Municipal e às escolas. Ora, o Grupo Político Evoluir Oeiras, na pessoa da Senhora Vereadora





Carla Castelo solicitou um relatório ao Executivo, relatório esse que não foi enviado com a informação que tinha sido solicitada, mas que mostra uma verdadeira viagem turística e que não menciona nem o montante pago pelo Município, nem o nome dos elementos externos à Câmara convidados a acompanhar os doze estudantes premiados e os dois professores. Além de quatro elementos da Câmara, o Município pagou a viagem a dois adultos, num total de seis adultos para acompanhar estes estudantes. Na passada reunião de Câmara ficámos então a saber que além das viagens da Câmara, estes dois elementos externos são dois elementos que primeiro eram monitores, mas depois afinal já eram estudantes de doutoramento, e ficámos a saber que se trata então dos dois elementos Tomás Barra e André Cotrim da Silva. Nesta passada reunião de Câmara solicitámos então os esclarecimentos e votámos obviamente contra a proposta para pagamento dos vistos. Pedimos inclusive que a proposta viesse a esta Assembleia para conhecimento de todos os deputados, uma vez que o assunto já tinha sido aqui debatido e isso foi recusado! É um grande medo do escrutínio e que impede propostas de vir para aqui. Lembro que foi há pouco tempo que o Senhor Presidente da Câmara referiu que as propostas que interessavam vinham à Assembleia. Oh! Que surpresa! Esta afinal não interessava, mesmo tendo sido pedido. Que fique claro que nós não somos contra que se paguem as viagens e que se paguem os vistos aos doze alunos premiados e aos dois professores e a duas ou três pessoas da Câmara Municipal, o que não concordamos é que não tenha a devida justificação, que não tenha o devido enquadramento, e que se escolham pessoas externas à Câmara Municipal e às escolas para acompanhar "só porque sim". ---------- Entendemos que têm de ser prestadas declarações e esclarecimentos e, assim ----- Ao Senhor Presidente, quais foram as razões para terem sido convidados elementos externos a viajar à custa de dinheiros públicos? ---------- Porque na reunião de Câmara finge o Senhor Presidente não conhecer estes elementos, quando na verdade são membros do seu Grupo Político INOV, um deles secretário na Junta de

Barcarena e o outro secretário da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas?
Porquê esta escolha? O que esconde o Senhor Presidente querendo impedir que a
proposta viesse aqui à Assembleia? Tudo isto é muito estranho. Primeiro são monitores, depois
são alunos de doutoramento. Vamos ficar por aqui ou vai existir uma terceira justificação?
Em que moldes foram estes funcionários das Juntas convidados a participar? Tiraram
férias, não tiraram? Como é que foram participar?
Muito obrigada."
3.19. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
da Ordem do Dia? Bem, portanto, encerramos as inscrições para o Período Antes da Ordem do
Dia com a intervenção da Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)
Devo dizer-lhe que ainda não foi convocado o Conselho Municipal de Saúde. Tanto
quanto sei, porque ainda não estão indicados todos os elementos para esse Conselho,
nomeadamente os indicados pelo Ministério da Saúde. De resto, não tenho mais informações a
dar-lhe. Aquilo que a Senhora acabou de frisar, pois é conhecimento de todos nós e houve essa
deslocação à China e que os alunos foram acompanhados. Certamente não se manda uma
delegação de alunos para a China sem serem devidamente acompanhados
Não sei se o Senhor Vice-Presidente quer dar alguma informação Então faça favor."
3.20. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. interveio e disse o seguinte:
"Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, cumprimento todos
Sobre a piscina de Barcarena, eu creio que a forma como a questão foi colocada, não
foi a mais ajustada. Não pode haver falta de manutenção, que foi inaugurada há menos de um ano.
Não é uma questão de manutenção. Talvez seja Uma funcionária não faz manutenção, faz
limpeza e não é uma funcionária, permita-me esclarecer, Senhor Deputado. Ouvir primeiro. Sobre
a limpeza, temos um funcionário das sete e trinta às catorze e trinta e dois funcionários no turno





das catorze e trinta às vinte e duas e trinta. Afetos à limpeza. Ao final de semana há reforço destes funcionários. Não há, ao que nós sabemos, uma única reclamação na piscina ou na empresa municipal responsável pela gestão e manutenção da mesma, a Oeiras Viva. Portanto, muito nos surpreende esta questão.---------- Sobre o transporte do Bairro dos Navegadores. A questão dos transportes tem a ver com escala. O Município de Oeiras contrata os transportes, solicita-se que sejam colocadas as carreiras, naturalmente que é uma questão que nós temos de ter muita atenção, sabemos muito melhor do que a generalidade de Vossas Excelências as dificuldades que é haver transporte, particularmente nos bairros municipais, portanto, está no foco da nossa atenção e da nossa preocupação. Portanto, se há moradores no Bairro dos Navegadores que estão necessitados a essa hora de transporte, tem que ser revisto. É só. ---------- Sobre a questão das bombas da Galp. Diz a Senhora Deputada que deixámos de ter um local aprazível para passear os peões, ou compatível. Nós nunca deixámos de ter esse local. Quando foi desmantelada a bomba de gasolina não foi solicitado à bomba de gasolina que repusesse ou que fizesse a obra final, foi solicitado que fosse colocada a gravilha porque está previsto um projeto de requalificação total da Vinte e Cinco de Abril em Linda-a-Velha, relacionado com a obra do quartel. Todavia, a obra do quartel, por algumas questões relativas ao licenciamento, demorou mais tempo ou está a demorar mais tempo do que aquele que devia ter tomado, portanto, o que se vai fazer é mandar repor, ainda que provisoriamente, o local com pavimento adequado, porque a gravilha, com o tempo... O que é que se queria? Que com a gravilha houvesse alguma porosidade, para não tornar já impermeável. Mas com o tempo a gravilha foi-se libertando, suja, depois os moradores (ou quem ali estaciona, não são necessariamente os moradores, é quem ali estaciona) abusa dos lugares de estacionamento, mete os carros uns em cima dos outros, torna intransitável não haver espaço para peões, a situação é conhecida e já foi solicitado que fosse feita a intervenção ainda que provisória, porque toda a avenida tem que ser

requalificada. Aliás, já começou a ser na zona do Lidl. Falta trazer até este ponto do cruzamento
com a Tomás Ribeiro, este ponto será a cargo do promotor imobiliário que vai fazer, ou que é
proprietário do quartel, terá a obrigação de refazer toda aquela zona. Nós apenas não quisemos
sujeitar os moradores a obras profundas duas vezes, mas temos que solucionar nos próximos
tempos
Sobre a questão das GOP, que a Senhora Deputada do Evoluir Oeiras aqui nos trouxe.
Muito me espantam as dificuldades de comunicação de Vossa Excelência tem com a Vereadora.
Agora estou eu no uso da palavra, não seja totalitária, respeite. Surpreende-nos a vossa dificuldade
de comunicação, já que foi dito ao vosso Vereador que podia agendar uma reunião para tratar das
propostas. Portanto, o vosso grupo político no órgão correspondente sabe o ponto em que estão as
negociações. Será marcado tempestivamente como sempre é marcado tempestivamente.
Lamentavelmente, também parece haver alguma dificuldade de compreensão de quando é que se
discutem as propostas. Eu não me lembro, quando pelo menos uma das forças políticas que faz
parte do vosso movimento, quando negociava orçamentos com o Partido Socialista, fazia-o em
gabinetes. Foi o mesmo que foi solicitado à Senhora Vereadora Carla Castelo: se faz propostas,
que as discuta com o Presidente da Câmara Municipal de Oeiras. A Senhora Vereadora tem alguma
dificuldade em discutir fora de um ambiente espetacular para ter audiência, não vai ter. Já foi
questionado à outra Vereadora que a foi substituir numa das sessões de Câmara se estava em
condições de negociar as propostas, a Senhora Vereadora dizia que não tinha condições para
negociar as propostas, portanto, é um "bocadinho" difícil negociar convosco, Vossas Excelências
não sabem muito bem o que querem
Depois, o Conselho Municipal da Saúde já foi respondido
Sobre a questão da viagem à China. Olhe, devo dizer que eu não sabia quem foi à
viagem à China. Nem me interessa. Não tenho esses problemas que Vossas Excelências têm de
apontar o dedo aos outros, de andar à procura de alguma questiúncula. O que soube é que foi o





Presidente da Câmara, o titular do pelouro, dirigentes do departamento, os alunos, foram dois professores, creio eu das escolas (é isso, não é, Senhor Vereador?) e foram dois jovens para acompanhar. Foram escolhidos dois jovens de mérito académico extraordinário, eu nem sabia que eles tinham ido. Soube depois de ter visto nas redes sociais. Volto a dizer, dois jovens de mérito académico superlativo, peço desculpa de não ter usado o adjetivo correto. Não é extraordinário, é superlativo, tão extraordinário é o percurso académico deles. Porque acreditou-se que eram pessoas que podiam acompanhar os jovens naquela deslocação. Nada mais. Tão só. Depois, explicar o seguinte: ainda que façam parte de órgãos, que sejam eleitos, não são funcionários. Vossa Excelência já devia saber isso, Vossa Excelência também é colaboradora da administração pública portuguesa e não é funcionária. É uma prestadora de serviços ou uma tarefeira, não é funcionária. Aqueles jovens também não são funcionários. ----------É só. Muito obrigado, Senhora Presidente." -------É ------ A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:----------- "Obrigada. ----------- Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO), a Senhora tem dezasseis segundos."--3.21. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) referiu o seguinte:---------- "Obrigada, Senhora Presidente, por sempre me relembrar o meu tempo. ----------- Queria só referir ao Senhor Vice-Presidente que, pelos vistos, a falta de comunicação não é deste lado, é do seu. Primeiro, acho extremamente de má educação estar constantemente a referir a falta de Democracia quando deste lado ninguém abriu a boca. ---------- Em segundo lugar, a reunião está marcada com a Senhora Vereadora amanhã às onze da manhã, para discussão das propostas. Não foi isso que eu questionei, eu questionei as reuniões do Direito de Oposição que todos os grupos políticos com assento na Assembleia Municipal têm direito de fazer com a Câmara Municipal pela lei. ----------- Em segundo, a viagem da China não lhe interessa. Devia-lhe interessar, devia-lhe

preocupar. E a questão aqui foi precisamente com esses dois elementos. A questão é a Câmara
pôde convidar, a Câmara convidou. A questão aqui central é: era necessária a sua presença? Era
necessário esse convite? Estamos a falar de dinheiros públicos
Muito obrigada. Se não o preocupa, devia preocupar."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
3.22. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. observou o seguinte:
"Senhora Deputada, quem me julga a mim, não é Vossa Excelência, ponha-se no seu
lugar. Quem me julga mim é o povo, sobre a utilização dos recursos do Município. Portanto, sem
problema nenhum com isso, e vale para Vossas Excelências todas da oposição, senhores
deputados. A mim não me assustam. Não me assustam
Vejam, não estou preocupado. Não estou preocupado com a reunião, porque a reunião
não é minha. É do Senhor Presidente com a Senhora Vereadora. O Senhor Presidente informar-
me-á e, naturalmente, haverá lugar ao Direito de Oposição, quando estiver estabilizado. Se ainda
não se reuniu com a Senhora Vereadora do vosso movimento por dificuldade de agenda anterior,
ao que parece Primeiro, por geografia, não queriam fazer no gabinete, depois por dificuldade de
agenda. Eu vou reunir sem ter estabilizado o Orçamento? Vossa Excelência gosta de usar qualquer
questiúncula para levantar celeumas. Permita-me que lhe diga, não tenho paciência para esse
género de política, guarde-a para si. Quem me julga a mim, quem me julgará no final são os
munícipes. Vossas Excelências ainda não perceberam isso passado estes anos todos. Não são
assustadores. Não são assustadores, Senhora Deputada."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Bem, meus senhores, está encerrado este Período Antes da Ordem do Dia e vamos
entrar Senhor Deputado E vamos entrar nos trabalhos da Ordem do Dia."
4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA





4.1. Apreciação da Proposta CMO N.º 1003/2024 – GMA – relativa à Oeiras Viva – Gestão
de Equipamentos Culturais e Desportivos, E.M. – Relatórios do 1.º e 2.º Trimestre e 1.º
Semestre de 2024 (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos,
na pasta desta Sessão)
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Senhora Deputada Fátima Filipe (PS), faça favor."
A Senhora Deputada Fátima Filipe (PS) fez a seguinte intervenção:
"Senhora Presidente, Senhor Vice-Presidente e Executivo, Senhoras e Senhores
Deputados
Como todos sabemos, a Oeiras Viva cumpre uma função social, delegada pelo
município
A Oeiras Viva depende do Contrato Programa, e do contrato In House para proceder
a toda a manutenção das infraestruturas, que são muitas e diversificadas, que a Câmara Municipal
delega na sua área de intervenção
O Plano de Atividades, apresentado a esta Assembleia em fevereiro deste ano,
considerava o subsídio à exploração do Contrato Programa, o mesmo valor de dois mil e vinte e
três, seiscentos e cinquenta mil euros. Na ocasião o Partido Socialista alertou para a necessidade
da homologação deste contrato e do contrato In House por forma a ser possível refletir nas contas
dos primeiro e segundo trimestres e primeiro semestre da Oeiras Viva
Estamos em novembro, o Contrato Programa foi homologado em maio, as contas do
primeiro semestre revelam que a falta de compromisso do executivo condiciona negativamente a
operação da Oeiras Viva com a consequente apresentação de resultados negativos neste período.
É preciso acabar com este círculo vicioso e garantir as transferências financeiras
correspondentes a partir de janeiro de cada ano
Senhora Presidente, Senhor Vice-Presidente,

No Plano de Atividades de dois mil e vinte e quatro, estava prevista a saída do Palácio
Flor da Murta da órbita da Oeiras Viva, que por esse facto não dispõe de previsão orçamental para
dois mil e vinte e quatro. Acontece que, não só não saiu, como tem novos inquilinos, a
Universidade Nova SBS e as Clínicas Joaquim Chaves
Este passa, não passa do Palácio Flor da Murta para o âmbito de ação da Fundação
Marquês de Pombal, parece selar o destino deste edificio enquanto património cultural do
Concelho de Oeiras, o que é de lamentar
De referir igualmente as quebras na procura do Auditório Ruy de Carvalho, e uma taxa
de execução negativa de setenta e um por cento da unidade de negócios do Turismo, a qual como
sabemos está dependente do Contrato In House cujos rendimentos não foram ainda contabilizados,
embora os gastos relacionados com os serviços prestados estejam já refletidos nos resultados
Esta irregularidade, que penaliza fortemente os resultados da Oeiras Viva, tem de ser
resolvida
Disse."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Muito obrigada
Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH), faça favor."
A Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) interveio e disse o seguinte:
Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH), faça favor."





demonstra o potencial da empresa para gerar maior valor a partir de investimentos recentes
Os rendimentos totais cresceram sete por cento, impulsionados pelo reconhecimento
parcial do contrato-programa e por um aumento significativo na procura dos serviços em diversas
unidades, incluindo piscinas e pavilhões desportivos. A expansão de serviços foi acompanhada
por uma gestão eficiente de pessoal, que aumentou de setenta e quatro para oitenta e um
colaboradores, fortalecendo a capacidade operacional concretizada
Unidades como o Pavilhão Carlos Queiroz registaram resultados positivos, com um
crescimento de dezasseis por cento nos rendimentos, enquanto a Piscina de Barcarena apresentou
um impressionante crescimento financeiro. Além disso, a liquidez geral melhorou em nove vírgula
cinco por cento, sinalizando maior capacidade para cumprir obrigações financeiras no curto prazo.
Apesar de desafios, como a ausência integral do contrato-programa e do contrato In
House, a empresa conseguiu fortalecer a sua posição em áreas estratégicas. A evolução positiva
em setores como o desporto e lazer, ressalta a importância de alinhar apoios financeiros às
necessidades operacionais, permitindo que a Oeiras Viva continue a atender os utilizadores com
qualidade e inovaçãoqualidade e inovação
Com foco na otimização de despesas e na captação de recursos, a Oeiras Viva
demonstra potencial para superar os desafios, e alcançar maior sustentabilidade no futuro
Disse."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Senhor Deputado David Ferreira (EO), faça favor."
O Senhor Deputado David Ferreira (EO) fez a seguinte intervenção:
"Muito obrigado, Senhora Presidente. Gostaria de cumprimentá-la a si, a todos e todas
as presentes e aqueles que nos acompanham nas plataformas digitais
Ora, a Oeiras Viva como a conhecemos é uma empresa cem por cento municipal, que
serve a sua comunidade e a sua função social é forte e essencial no dia a dia dos oeirenses

principalmente no plano das atividades desportivas e de todo o tecido social e desportivo do
Concelho que utiliza as infraestruturas da Oeiras Viva
Dito isto, parece-nos óbvio que a mesma não serve para dar lucro, assim como
qualquer outra empresa que seja cem por cento municipal. As contas que hoje analisamos são
menos positivas do que aquelas que nos têm chegado nas últimas vezes, porém justificadas de
forma linear nestes relatórios. Importa afirmar que talvez nos próximos anos seja de avaliar um
aumento dos valores do contrato-programa que se mantiveram iguais nos últimos dois anos,
mesmo perante a inflação dos materiais e o aumento de gastos, tanto em salários como em energia.
Importa, acima de tudo, que as infraestruturas da Oeiras Viva sejam adequadas e não sejam
colocadas para segundo plano por falta de investimento ou por falta de fundo de maneio. Importa
salvaguardar isso no futuro e queremos também que as infraestruturas sejam acessíveis do ponto
de vista financeiro para quem as utiliza. E se isso significar a necessidade de um aumento do
contrato-programa para cobrir tais custos, então que seja feito, não podemos é, perante isso, ter
um aumento do custo das utilizações nas piscinas e nos pavilhões
Do ponto de vista da gestão, importa também à Oeiras Viva esforçar-se para cumprir
prazos e também à Câmara garantir que nada da sua responsabilidade chega às suas empresas
municipais fora de tempo, ou seja, que os contratos-programa sejam cumpridos no seu devido
tempo, para que a gestão das empresas municipais seja mais proveitosa e ágil perante as
adversidades
Por fim, gostaria de deixar aqui um elogio à intenção de colocar painéis fotovoltaicos
nas infraestruturas da Oeiras Viva. Serão a longo prazo uma fonte de poupança nos custos da
energia e na ótica do Grupo Político Evoluir Oeiras, este investimento deveria ser também alargado
e realizado em todos os edifícios públicos do Concelho
Obrigado."
A Senhora Presidente da A M disse o seguinte:





"Muito obrigada
Mais alguém pretende? Senhora Deputada Anabela Brito (IL), faça favor."
A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) interveio e disse o seguinte:
"Obrigada, Senhora Presidente
Queria dar três notas sobre a Oeiras Viva
A primeira diz respeito à Piscina Oceânica que, como todos sabemos, fecha a quinze
de setembro de cada ano e atendendo - é certo que coincide com o início do ano escolar - mas
atendendo às alterações em termos de clima, acho que fazia todo o sentido, pelo menos aos fins de
semana, esse período ser um "bocadinho" mais alargado, e ir até outubro, ou algo similar
O segundo diz respeito ao porto de recreio, que continuamos a não perceber porque é
que isto faz parte, ou porque não é concessionado, ou para um tipo de exploração diferente.
Contudo, em relação ao porto, vejo que houve trabalhos de manutenção, o que é satisfatório,
porque as críticas são muitas relativamente às portas. Atendendo ao valor que se paga para ter as
embarcações no local, as portas estão sistematicamente avariadas, o guincho está sistematicamente
avariado. Também não entendemos porque é que a lista de pedidos para amarrações não é pública,
portanto, as pessoas inscrevem-se, nunca sabem quantas pessoas têm à frente, nem em que lugar
estão, nem quanto tempo falta, enfim, não é pública, ponto final. Não há transparência
A terceira diz respeito também à escola de vela, que acho interessante num Município
onde temos uma frente ribeirinha, onde o mar faz parte da nossa vida, que esta escola de vela não
sirva as escolas. Não há nenhum programa (corrijam-me se estou errada) que faça com que as
escolas, e dado estarmos a falar de um equipamento que é Como? Há um programa? Pronto, ok,
mas de qualquer forma que seja, se há algum programa, alargado a todas as escolas, não sei se está
alargado a todas as escolas do Município, que faça com que as pessoas, as crianças possam utilizar
esse serviço que, se existir, é bom saber
Obrigada."

A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Senhor Deputado António Moita (IN-OV), faça favor."
O Senhor Deputado António Moita (IN-OV) fez a seguinte intervenção:
Sobre a Oeiras Viva, temos que dizer que, ao longo destes últimos tempos, já são mais
do que meses, já são anos, temos que reconhecer que a qualidade da informação que é prestada
tem sido cada vez melhor, que é muito fácil detetar aquilo que de bom e de mau se passa nesta
empresa municipal e devemos, obviamente, por isso, felicitar quem é o autor desta informação,
não só o órgão de gestão, o conselho de administração, mas também as pessoas que participam
neste processo
Devia dizer, relativamente ao primeiro semestre de dois mil e vinte e quatro, que
aparentemente as coisas não iam correr bem, ou não estariam a correr bem, e não estariam a correr
bem desde logo pelo resultado que apresentam. Verificamos que, falou-se aqui da questão do lucro,
e disse aquilo que é sentimento da Câmara Municipal, que as empresas municipais visam cumprir
um conjunto de objetivos onde o lucro não é a questão principal. A obtenção do lucro não é a
prioridade das prioridades. Mas também não podemos, ao contrário, deixar que haja estímulo a
resultados que não são positivos. Nem a lei o possibilita, porque, obviamente, como se sabe, a lei
diz-nos que este tipo de empresas, ou qualquer tipo de empresas com uma atividade deficitária
constante, terão que introduzir modificações sensíveis na sua atividade, sob pena de se assim não
acontecer, terem que encerrar.
Felizmente, não é esse o caso da Oeiras Viva, e daí a importância que temos que dar
às soluções que têm a ver com os contratos-programa que são celebrados, com os contratos "in
house" que são celebrados, e que se o tivessem sido a tempo e horas, estes resultados apresentados
não seriam aqueles que foram. Seriam resultados positivos. Porquê? Porque há uma relação entre
o serviço prestado de utilidade pública, de interesse municipal pela Oeiras Viva e as contribuições





que a Câmara Municipal dá em cada momento.
Espera-se por isso que no ano dois mil e vinte e cinco este atraso não aconteça, para
permitir que a Oeiras Viva possa apresentar aqui resultados que são resultados reais e condicentes
com a atividade que desenvolve
Deixem-me aqui apenas dar uma pequena nota para salientar o facto de alguma quebra
de procura que a Oeiras Viva nos traz relativamente a alguns equipamentos. A informação que é
prestada não vai muito para além disto, quebra de procura, e era importante perceber se esta quebra
é algo que já vem acontecendo há mais tempo, se é algo que vai ser continuado no tempo, porque,
se assim for, julgo que relativamente a alguns auditórios, ou relativamente a alguns outros
equipamentos, deverá a Oeiras Viva ter isso em conta e tomar medidas que visem ultrapassar as
dificuldades, porque não podemos manter de um lado os custos fixos que temos com esses
equipamentos e, por outro, assistir de forma passiva a uma eventual diminuição da procura. É
preciso perceber porque é que isso acontece e conviria que, em informações futuras, a Oeiras Viva
nos informasse da razão de ser dessa quebra de procura
Quanto ao mais, os resultados, se houvesse contrato "in house" e se houvesse contrato-
programa já incluído nestas contas, eram resultados positivos, a Oeiras Viva tem vindo a conhecer
uma atividade muito importante em muitos aspetos, tem vindo a crescer, tem vindo a consolidar a
sua posição. Aquilo que eram algumas dúvidas que havia, que eram manifestadas nesta
Assembleia relativamente à atividade da Oeiras Viva, felizmente hoje não acontecem. Isso deve-
se fundamentalmente à sua equipa de gestão e, portanto, não podemos deixar de manifestar o nosso
apreço pela informação que nos prestam e pelos resultados que têm vindo a ter
Muito obrigado."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Muito obrigada
Senhora Deputada Celina Mendonça (IN-OV), faça favor."

A Senhora Deputada Celina Mendonça (IN-OV) interveio e disse o seguinte:
"Boa tarde novamente, Senhora Presidente
Eu ouvi aqui umas questões colocadas pela nossa colega da Iniciativa Liberal em
relação à Oeiras Viva e à Piscina Oceânica. Porque é que ela não é prolongada mais alguns dias?
Efetivamente, eu ao princípio também tinha essas dúvidas, mas se a Senhora lá passar
nesses dias, viu perfeitamente que havia muita chuva, em muitos dias de setembro havia mau
tempo, havia uma depressão, e entenderam (e bem) fechar até dia quinze. Porque eu sei, porque
eu já falei sobre isso, e sei que até era vontade deles prolongar por mais dias, mas não é viável.
Efetivamente não é viável estar mais tempo. Tomara eles que estivessem abertos mais dias, porque
mais receita teriam também, isso era lógico
A escola de vela. Há um programa efetivamente, porque quando se passeia na Oeiras
Viva ao fim do dia, eu vejo o autocarro, por exemplo, da Junta de Freguesia, cheio de crianças que
as vão buscar em vários dias, por isso tem um programa. Não sei qual, mas sei que tem um
programa
Quanto ao porto de recreio, os nomes não são públicos e, se calhar, querem, também
privilegiam a privacidade de quem deixa lá os barcos e vai-se embora, e também não quer ser
público. Com certeza também uma das razões deve ser esta
Tenho dito."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Obrigada
Faça favor, Senhora Deputada Anabela Brito (IL)."
A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) referiu o seguinte:
"Obrigada, Senhora Presidente
Primeiro, o que eu disse é que a piscina fecha a quinze, fecha há muitos anos, acho que
desde sempre que conheço a piscina a fechar a quinze. A única coisa que eu disse, foi propor que





podia ser uma medida, nada mais do que isso, apenas porque o tempo o permite, e aos fins de
semana
Queria também dizer que relativamente ao porto de recreio, não é os nomes das pessoas
que têm as embarcações que não são acessíveis, são as pessoas que estão em lista de espera para
poderem ter as embarcações no porto de recreio
Obrigada."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Obrigada
Portanto, terminadas as inscrições, vou perguntar ao Senhor Vice-Presidente se que
usar da palavra e, seguidamente, fazemos um intervalo."
O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção:
"Quero sim, Senhora Presidente
Apenas para balizar algumas questões relativas ao que estamos aqui a tratar, que é os
dois relatórios trimestrais e um relatório semestral
Dizer o seguinte: naturalmente que houve alguns incumprimentos no passado relativos
ao técnico oficial de contas que já estão ultrapassados. Já temos a capacidade interna colocada
portanto, já no futuro a Oeiras Viva não terá que se haver com esta questão de não ter tido os seus
contratos-programa a tempo e horas e, por isso ter alguma dificuldade nas contas. Parte da questão
das contas tem a ver com isso, não estão sequer contabilizadas as verbas do contrato-programa
devidamente, portanto, só no final do ano é que nós poderemos ter isto devidamente estabilizado
Agradecia a todos os senhores deputados que tivessem alguma paciência, porque esta avaliação
far-se-á no fim do ano e não é a meio do ano
Sobre as questões relativas aos horários da piscina e questões conexas. Não é altura
quando se está a analisar um relatório trimestral, de discutir isto. Nós temos que ver é a evolução
do relatório trimestral. Com certeza, mas não é aqui que se trata dessa matéria

Depois, atividades das escolas. O Senhor Vereador Pedro Patacho já esclareceu,
naturalmente, nós não podemos ter todas as atividades com todas as escolas, ou então já não
éramos Município, éramos "mundicípio". Urbi et orbi, era para todo o mundo
Na marina não houve quebra de atividade, até aumentou, exceto nos passantes que
diminuíram, decorrente das orcas em Sesimbra. As orcas têm sido um problema nos últimos anos.
Na piscina, também em dois mil e vinte e cinco estamos a pensar fazer a experiência
com os fins de semana, quando houver ou quando for previsível tempestivamente, que o tempo e
a temperatura estejam adequados para isso, durante o inverno e durante a primavera.
É só, Senhora Presidente. Muito obrigado."
APRECIADA
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Muito obrigada
Vamos então fazer um intervalo de quinze minutos por favor, para depois podermos
continuar os trabalhos."
INTERVALO
A Senhora Presidente da A.M. interrompeu os trabalhos para a realização de um breve
intervalo
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Bem, meus caros diga."
O Senhor Deputado António Moita (IN-OV) disse o seguinte:
da Águas do Tejo Atlântico fosse feita em conjunto. Se for possível."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
podem-se juntar estes dois pontos, apreciamos em conjunto e nem sequer é preciso votar, é só





apreciação."
4.2. Apreciação da Proposta CMO N.º 1004/2024 - GMA - relativa às Águas do Tejo
Atlântico, S.A. – Relatório e Contas de 2023 com Relatório e Parecer do Conselho Fiscal e
Certificação Legal de Contas (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados,
como anexos, na pasta desta Sessão)
4.3. Apreciação da Proposta CMO N.º 1005/2024 - GMA - relativa às Águas do Tejo
Atlântico, S.A. – Plano de Atividades e Orçamento para 2024 (os documentos relativos a esta
Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Sobre os pontos dois e três da Ordem de Trabalhos, alguém pretende intervir?
Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) faz favor."
A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) fez a seguinte intervenção:
"Muito obrigada, Senhora Presidente
Nestas duas propostas analisamos o Relatório de Atividades de dois mil e vinte e três
e o Plano de Atividades de dois mil e vinte e quatro da Empresa Águas do Tejo Atlântico que tem
por missão explorar e gerir o sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais, garantindo
a qualidade, a continuidade e a eficiência dos serviços públicos de água
Ora o Município de Oeiras detém três ponto quarenta e sete por cento do capital social
desta empresa. E, eu começo por lamentar que os documentos que deveriam por lei ter sido
entregues até trinta e um de março deste ano, só estejam agora a ser apresentados a esta
Assembleia
Verificámos que a empresa aprovou em Assembleia Geral, o Plano de dois mil e vinte
e três, o Relatório de dois mil e vinte e quatro e também o Plano de dois mil e vinte e quatro. O
que acontece é que é um atraso considerável e é muito significativo, o que obviamente os mesmos
perdem o sentido útil e passam a ser meras formalidades virem aqui a esta Assembleia, porque

qualquer contributo não é em tempo útil, para se fazer alguma coisa. E, portanto, eu vejo que este atraso foi por parte da empresa até agosto, mas de agosto a novembro também vai algum tempo, e esse tempo foi de facto devido a demora na análise dos documentos por parte da Câmara Municipal,- -----------Relativamente à documentação, acho que é de lamentar que a ata do Conselho de Administração da Empresa não se faça acompanhar dos respetivos anexos que são referidos na ata, nomeadamente a lista de presenças. E, portanto, ficamos sem saber se o Município tendo parte do capital social participou ou não nesta Assembleia. ----------Relativamente às contas da empresa, o ano de dois mil e vinte e três apresenta um Resultado Líquido de sete milhões zero doze zero dezasseis euros superior em relação a dois mil e vinte e dois em mais de um milhão e quatrocentos mil, e este acréscimo dos rendimentos é justificado pela rubrica Vendas e Prestações de Serviços que representa cerca de oitenta por cento do peso dos rendimentos totais.-----------Ainda dizer que saudamos as principais conquistas do ano de dois mil e vinte e três que são enumeradas no relatório, o Plano veio ao mesmo tempo que o relatório, enfim. E também saudamos que a empresa em dois mil vinte e três apresente como prioridade e em linha com os princípios sustentáveis da economia circular, a valorização dos recursos endógenos e naturais. Neste espeto, no que respeita ao recurso da água, a empresa já conta com cinco fábricas de água com licenças de produção, ao nível da energia já atingiu autossuficiência energética e também referir que a este propósito nós verificamos que o relatório indica que "A procura de água reutilizada pelos municípios parceiros desta Empresa continuou a marcar dois mil e vinte e três. E que continuam a ser delineados o Plano Estratégico para a Reutilização de Água no Município de Lisboa, de Mafra e de Loures. Em paralelo, verificou-se também a procura de utilização de água reutilizada pelo setor agrícola e pelo setor do turismo (campos de golfe), na área de concessão da Águas do Tejo Atlântico. E a questão que fica é porque é que não está aqui também Oeiras. Só





neste Município tão avançado e tão tecnológico que é Oeiras é que não há meio de se conseguir
concretizar as propostas de reutilização de água em Oeiras, que já no mandato passado foi
aprovada aqui nesta Assembleia, uma proposta de recomendação para a utilização da água
reciclada. Foi votada por unanimidade nesta Assembleia e, pronto, já abordámos aqui durante este
mandato, várias vezes esta situação e aqui está uma boa oportunidade de melhoria também para o
Município de Oeiras
Muito obrigada."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
O Senhor Deputado António Moita (IN-OV) fez a seguinte intervenção:
"Senhora Presidente, eu sei que nesta Assembleia, por vezes, se perde algum tempo
com coisas, enfim, que não merecem a nossa atenção, mas, neste caso concreto, de facto, a
tempestividade para a apreciação destas duas propostas, quer do Relatório e Contas de dois mil e
vinte e três, quer do Plano de Atividades para dois mil e vinte e quatro, não devia ser feita. Ou
seja, estamos a perder o nosso tempo com algo com o qual já não podemos sequer tecer um
comentário, porque é algo que aconteceu, é algo que pertence ao passado, é algo que não serve
para mais do que nos ir informando das expectativas que esta empresa, que é uma empresa recente
mas que é uma empresa com uma dimensão muito grande, tem
Oeiras tem apenas, como já foi aqui dito, uma participação de três virgula quarenta e
sete por cento. Como disse, li atentamente o Relatório, li atentamente o Plano de Atividades, mas
não vou produzir aqui nenhuma análise sobre os mesmos
Os principais indicadores de gestão aparecem corretos e aquilo que é a atividade
normal da empresa está lá e, portanto, do nosso ponto de vista, é isso que importa aqui dizer
passado tanto tempo
Uma coisa que eu próprio fiz a sugestão e julgo que seria de todo o interesse que

acontecesse. Apesar, como digo, do Município de Oeiras ter apenas uma participação de três
vírgula quarenta e sete por cento, ainda assim é das maiores participações. As Águas de Portugal,
obviamente, têm cinquenta vírgula qualquer coisa e dos municípios, Oeiras está para aí, é o quarto
ou o quinto em termos de participação
Eu julgo que seria de todo o interesse que se fizesse um convite ao Conselho de
Administração das Águas do Tejo Atlântico para virem junto desta Assembleia Municipal dar-nos
conta daquela que é a sua atividade ou então, se tal não for possível, que uma delegação desta
Assembleia Municipal possa fazer uma visita a esta empresa. Parece-me que é tempo de isso
acontecer. Parece-me que isso nunca aconteceu atendendo também ao facto de a empresa ter uma
vida ainda relativamente curta. Mas, julgo que era importante, é uma das empresas da qual fazem
parte todos os municípios da Área Metropolitana julgo eu que é da Área Metropolitana e que,
por isso, impacta diretamente com a nossa atividade e com a nossa vida aqui neste Concelho.
Portanto, se a Senhora Presidente tomar como boa esta proposta, pedia-lhe que quando entendesse
mais adequado, fizesse um convite ao Senhor Presidente das Águas do Atlântico para que pudesse
aqui vir, obviamente, partindo do princípio que a Câmara Municipal e o Senhor Presidente não
têm nada a opor a esta visita ou a um convite que seja feito
Muito obrigado."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Obrigada, Senhor Deputado
Vamos pensar nessa visita
Ainda tenho inscrito o Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH), faz favor."
O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) fez a seguinte intervenção:-
ao Plano de Atividades e Orçamento para dois mil e vinte e quatro, em primeira instância quanto
a uma análise do Relatório e Contas de dois mil e vinte e três e do Plano de Atividades e Orçamento





dois mil e vinte e quatro, destaca avanços estratégicos das Águas do Tejo Atlântico, como o
compromisso com a sustentabilidade, eficiência energética e economia circular essenciais em
termos de mudanças climáticas
No entanto, o atraso na sua apresentação como verificável na proposta apresentada em
novembro de dois mil e vinte e quatro, levanta preocupações sobre a gestão interna de processos
e a eficácia no seu planeamento. Questionamos, enquanto Partido Chega, como a empresa pode
garantir maior pontualidade na elaboração de documentos críticos assegurando alinhamento
estratégico e confiança dos stakeholders?
Em segunda instância, no que concerne à apreciação do Plano de Atividades para dois
mil e vinte e quatro, constatamos enquanto Partido Chega que os valores de dívida em atraso da
empresa para dois mil e vinte e três, à semelhança de dois mil e vinte e dois, resultam de
divergências entre valores encomendados e faturados. Estes valores encontram-se pendentes de
esclarecimentos ou emissão de notas de crédito por parte dos fornecedores, não constituindo,
portanto, friso, não constituindo atrasos de pagamento, a nosso ver, enquanto Partido Chega, a
nível contabilístico e financeiro.
A empresa declara estar em conformidade com a resolução do Conselho de Ministros,
trinta e quatro barra dois mil e oito de vinte e dois de fevereiro relativamente ao Programa Pagar
Mais a Tempo e Horas tratando estas situações como pontuais e atípicas
O texto destaca a importância da adesão aos padrões da compliance que se traduz como
o maior antídoto das empresas contra os problemas causados pela corrupção e falhas na conduta
humana e à transparência na gestão de passivos financeiros reforçando o compromisso da empresa
em evitar atrasos reais e cumprir obrigações financeiras rigorosamente. Levanta-se aqui uma
questão: qual é o impacto das pendências de notas de crédito e dos prazos extensivos para
recebimentos sobre fluxos de caixa operacional e a liquidez imediata na empresa? Disse."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:

"Muito obrigada
Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) faz favor."
A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) fez a seguinte intervenção:
"Muito obrigada, Senhora Presidente
Para dizer que o Partido Socialista manifesta o seu tremendo incómodo pelo facto de
estar a apreciar o Plano de Atividades de dois mil e vinte e quatro, em novembro de dois mil e
vinte e quatro e a apreciar o Relatório e Contas de dois mil e vinte e três também quase a tempo
de entregar o Relatório e Contas de dois mil e vinte e quatro
Desta forma, e tive agora conhecimento pela voz do Deputado António Moita (IN-
OV) que terá feito a proposta em sede de comissão para se poder convidar as Águas de Portugal
para uma visita ou para que haja uma deslocação por parte de uma delegação desta Casa às Águas
de Portugal, manifestar enquanto Partido Socialista a nossa total concordância sobre a mesma.
Muito obrigada."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Mais alguém pretende intervir sobre este ponto? Passamos então ao quarto ponto da
Ordem de Trabalhos"
APRECIADAS
4.4. Apreciação da Proposta CMO N.º 1011/2024 – GMA – relativa à Parques Tejo, E.M. –
Relatórios do 2.º Trimestre e 1.º Semestre de 2024 (os documentos relativos a esta Proposta
ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Há um parecer feito por faz favor."
O Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) disse o seguinte:
"Obrigada, Senhora Presidente
Oueria apenas que ficasse em Ata, uma vez que sou Técnico Superior na empresa, que





não vou participar na discussão e na apreciação."
A Senhora Presidente da A.M. respondeu, dizendo o seguinte:
"Sim, com certeza. Não tem votação, esta proposta é só para apreciação
Portanto, o Senhor Deputado não precisa de sair da sala. Não participa no debate, mas
não tem que sair, não tem votação
Senhor Deputado Rui Pessanha (IN-OV) faz favor."
O Senhor Deputado Rui Pessanha (IN-OV) referiu o seguinte:
"Obrigado, Senhora Presidente. Senhoras e Senhores Deputados, Vice-Presidente da
Câmara, Senhores Vereadores
Em relação ao Relatório do Primeiro Semestre do ano em curso da Parques Tejo, o
mesmo espelha uma evidência continuada de boa situação económico-financeira que, aliás, nunca
foi posta em causa, mas que mesmo assim demonstra melhoria e consolidação. Se, por um lado, o
volume de negócios não atingiu o valor orçamentado, o mesmo apresentou um crescimento do
primeiro para o segundo trimestre baseado nas receitas dos parques e das zonas de estacionamento.
Por outro lado, foram realizados vários investimentos, gerando um aumento em
relação ao verificado no período homólogo de dois mil e vinte e três com claros reflexos na
atividade económica e na situação financeira da empresa
Perante estes factos, refira-se que os mesmos se verificam face ao cumprimento dos
contratos-programa e de gestão com a execução dos projetos já existentes, bem como o surgimento
de novos, direcionados para a mobilidade e a tecnologia projetada para a informação e utilização.
Quanto à análise económico-financeira releva-se o facto de a Parques Tejo ter atingido
um resultado líquido, que foi realmente superior não só em relação ao período homólogo, mas
também ao orçamentado. Igual tendência se verifica ao nível dos rendimentos com um aumento
na ordem dos sessenta por cento em relação ao período homólogo. Por outro lado, e, obviamente,
dada a atividade da empresa, face ao exposto em vários domínios, houve igualmente um aumento

nos gastos em diversas rubricas
Neste sentido, tendo em conta a situação financeira da Parques Tejo, a mesma
contribuiu para uma melhoria generalizada dos indicadores económico-financeiros
Por fim, sobre a atividade da Parques Tejo note-se que, no seguimento do que tem
vindo a ser implementado durante o semestre em análise, a empresa tem-se dedicado à gestão
generalizada do estacionamento público através da aposta em novas soluções, bem como na área
na mobilidade suave e no reforço da oferta do transporte público
Obrigado."
O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) referiu o seguinte:
proposta mil cento e onze (deverá querer dizer mil e onze) relativa à Parques Tejo
Os rendimentos dos bloqueadores de veículos atingiram trezentos e quarenta e sete mil
seiscentos e trinta e sete euros, no primeiro semestre de dois mil e vinte e quatro. Um aumento de
trinta e quatro vírgula nove por cento em relação a dois mil e vinte e três, e vinte e dois vírgula
oito por cento acima da meta orçamentada. Esse crescimento é resultado de uma fiscalização mais
rigorosa certamente nas zonas de estacionamento de duração limitada e áreas circundantes,
priorizando penalizações a infrações de estacionamentos
Com a entrada em vigor do decreto-lei cento e sete barra dois mil e dezoito a
autossuficiência financeira da entidade foi comprometida, tornando dependente, friso
"dependente" de uma transferência da Câmara Municipal de Oeiras no valor de cento e cinquenta
e um mil quatrocentos e trinta euros para cobrir despesas operacionais, a ter em atenção
A dependência crescente de recursos municipais revela uma estratégia que prioriza a
arrecadação de multas, em vez de uma abordagem sustentável e preventiva para o ordenamento
urbano. Disse."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:





"Senhor Deputado Ricardo Fernandes (PS) faz favor."
O Senhor Deputado Ricardo Fernandes (PS) fez a seguinte intervenção:
"Boa tarde, Senhora Presidente, Senhor Vice-Presidente e restante Executivo,
Senhoras e Senhores Deputados,
Público presente e on-line
Sobre o Relatório do Primeiro Semestre de dois mil e vinte e quatro, da empresa
municipal "Parques Tejo", temos a dizer sumariamente o seguinte:
Depois de uma primeira tese de passar o transporte de proximidade para a Carris
Metropolitana, em junho de dois mil e vinte e quatro, é atribuído o alvará à Parques Tejo para o
exercício da atividade de transporte público de passageiros em autocarro. Esperamos que não seja
uma navegação à vista e que haja um estudo de viabilidade, com custos de arranque e de operação
e de retorno esperado. Aproveitamos para requerer esse estudo e questionar para quando será o
início da operação?
Também foram realizados trabalhos de acompanhamento do LIOS e trabalhos técnicos
no âmbito do SATU. Qual o ponto de situação do LIOS e qual o principal calendário de
implementação? A Parques Tejo vai cumprir o prazo de dezembro de dois mil e vinte e quatro para
entrega dos estudos previstos no contrato-programa com a Câmara Municipal? Quando será do
conhecimento desta Assembleia?
A Parques Tejo criou no Primeiro Semestre de dois mil e vinte e quatro, oitocentos e
oitenta e três novos lugares em ZEDL. Quando vai parar este aumento de lugares pagos? Não há
estratégia? É tudo sem limites?
A ansiedade na expansão do estacionamento pago é tão grande, que em Miraflores, a
Parques Tejo, pretende trocar um polidesportivo desativado por pouco mais de uma dúzia de
lugares de estacionamento. Como não temos confiança na Câmara, confiamos no bom senso da
população, na intenção de reativação do polidesportivo ou na reconversão de um espaço verde

para a população
Passados alguns meses, voltamos a perguntar:
Já está concluída a negociação com o STMO, prevista no artigo sexagésimo quinto do
acordo da empresa, que já deveria estar concluída?
Está a ser cumprido o artigo trigésimo quarto da revisão de acordo celebrado em
dezembro de dois mil e vinte e três?
Os funcionários estão a folgar com respeito de acordo de empresa?
O subsídio de turno, obrigatório por lei, é pago a todos, sem discriminação?
Vai ser pago o prémio de produtividade?
Por fim, a atual Administração irá fazer três anos de exercício daqui a quatro meses.
Reconhecemos o mérito de algumas medidas, mas o saldo é negativo
Os problemas continuam e em alguns casos agravam-se, com mais horas no trânsito e
com a falta de uma alternativa real ao automóvel. Disse."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Muito obrigada
Senhora Deputada Anabela Brito (IL) faz favor."
A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) fez a seguinte intervenção:
"Obrigada Senhora Presidente
Dar duas notas:
A primeira diz respeito ao número de funcionários. Ora bem, entre o terceiro trimestre
de vinte vinte e três e o final de vinte vinte e três, houve uma redução de trabalhadores, reduziu-
se de oitenta e três para setenta e oito. Portanto, a trinta e um de dezembro de vinte vinte e três a
empresa terminou com setenta e oito trabalhadores. Interessante que a trinta de junho de vinte vinte
e quatro já estamos com oitenta e oito, portanto, houve um aumento. Não percebemos muito bem
como é que diminuímos e logo a seguir contratamos tantos mais trabalhadores





----- Outra nota... sim, houve um aumento das zonas, mas, pronto. Outra nota interessante é reparar no rearranjo de cores em relação aos parquímetros. Muito interessante. Foi introduzida a cor castanha, foi diminuída a cor vermelha, enfim, neste rearranjo interessante de cores, temos o potencial de faturação de mais três virgula três milhões, quer dizer que houve um aumento em termos de custos de nove por cento. Nós fizemos as contas tendo por base quinze minutos. Portanto, o que existia antes da introdução da cor castanha em termos de faturação e o que existe agora com a introdução da cor castanha, significa que a Parques Tejo vai conseguir ter um potencial de faturação de mais de três vírgula três milhões e isto sem considerar o aumento das novas zonas que estão a entrar agora. ------------ Era só, obrigada." ------------ A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:---------- "Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) faz favor." ----------- O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) disse o seguinte: ---------- "Muito obrigado, Senhora Presidente e na sua pessoa cumprimento todos os presentes, Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados e caro público que assiste presencialmente e à distância. ----------- Queria só fazer um ponto prévio para estranhar que o partido que está sempre a falar de bandidos e de malfeitores depois ficou muito surpreendido, porque as receitas de uma empresa municipal de fiscalização de trânsito aumentaram, porque houve pessoas que, certamente não são nem bandidos nem malfeitores, mas que incumpriram determinadas regras e leis referentes ao trânsito. Portanto, assim se vê a coerência do partido da extrema-direita, mas, enfim, não vale a pena perder muito tempo com isso, porque já sabemos que a coerência não abunda naqueles lados. ------ Depois, eu queria falar sobre a situação económico-financeira da Parques Tejo, muito brevemente, para dizer que efetivamente a saúde económica e financeira da empresa não está em causa, muito pelo contrário. Os resultados são bons, têm sido bons nos últimos trimestres,

semestres, nos últimos anos. Nós mantemos as nossas divergências de fundo em relação à política que a Parques Tejo tem seguido, em linha com a estratégia que a Câmara tem definido, com a qual nós também temos muitas divergências. As consequências dessa estratégia têm-se vindo a manifestar cada vez mais no espaço público em Oeiras, a nível de mobilidade, a nível de trânsito, ao nível do aumento do congestionamento rodoviário. O Senhor Deputado Ricardo Fernandes (PS) já referiu isso e é verdade basicamente. Isto obviamente, advém de uma estratégia errada da Câmara, advém de uma execução da Parques Tejo com a qual nós também não concordamos, que tem muitas proclamações em relação a modos de mobilidade alternativos ao automóvel. Muitas proclamações, muitas promessas, muito termos em inglês nos relatórios e contas sempre, mas mudanças e alternativas reais muito pouco ou nada conseguimos vislumbrar. ------------As questões dos direitos dos trabalhadores da Parques Tejo que aqui já foram faladas também as secundamos, também consideramos que são importantes e gostaríamos de ouvir um comentário seja de alguém da Parques Tejo, seja da Câmara em relação a isso. ----------Por fim termino, aludindo também às questões levantadas pelo Tribunal de Contas a que a Vereadora Carla Castelo, também já aludiu em Reunião de Câmara, nomeadamente às recomendações que o Tribunal de Contas fez quanto a documentos deste género da Parques Tejo e também considerações que o Tribunal de Contas fez sobre alegadas ilegalidades nos estatutos da Parques Tejo. A Vereadora Carla Castelo levantou isto na Reunião de Câmara, o Senhor Presidente prometeu uma informação escrita a abordar todo este assunto e queria perguntar ao Senhor Vice-Presidente, se já há algum desenvolvimento em relação a isto ou se vamos continuar mais algum tempo à espera, e saber se o Senhor Vice-Presidente tem um horizonte temporal para quando é que estas respostas chegarão e quando é que esta informação será compilada.----------Muito obrigado." ------------A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: ------





Mais alguém pretende intervir sobre este ponto? Ia pedir ao Senhor Vice-Presidente,
se quer responder a algumas questões aqui colocadas."
O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. prestou os seguintes esclarecimentos:
"Senhora Presidente, eu creio que as questões pertinentes devem ser respondidas pelo
representante da Parques Tejo, com a sua licença
Muito obrigado."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
Obrigada
Muito obrigada, dentro do tempo que está atribuído à Câmara."
O Senhor Nuno Patrão, Administrador da Parques Tejo, interveio e disse o
seguinte:
"Boa tarde Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Vice-Presidente,
Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais. Não sou Presidente, sou só Vogal da
Administração e gostaria de começar então por responder a alguns dos pontos que aqui foram
colocados
Em primeiro lugar, a análise que foi feita pelo Senhor Deputado Rui Pessanha (IN-
OV). Agradecer a análise sucinta e lúcida do documento que aqui foi apresentado. Acho que foi
uma análise bem conseguida daquilo que tem sido a atividade da Parques Tejo durante o primeiro
semestre, que é o período está em causa
Esclarecer, face à questão levantada pelo Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH), o
aumento dos bloqueios que aconteceram deve-se também ao aumento do número de fiscais que
estão neste momento a fiscalizar na rua, que não acontecia em finais de dois mil e vinte e dois e
no início de dois mil e vinte e três. Tem vindo a existir um aumento de número de fiscais na rua e,
obviamente, se os fiscais estão na rua têm que estar a exercer a sua função, fiscalizar, mas, quando
há situações que requerem mesmo uma intervenção de maior que não passe apenas pela multa,

os veículos têm que ser bloqueados e há situações em que têm que ser rebocados, quando estão a colocar em causa a segurança de peões ou da circulação de outros veículos. ----------Por outro lado, quando referiu que deveria haver uma aproximação da parte da fiscalização não apenas ao nível do bloqueamento e ter uma atitude mais pró-ativa. Eu relembro, e penso que isto já foi aqui por diversas vezes dito e está nos relatórios, mas eu relembro que antes da intervenção de qualquer fiscal, todos os veículos que estão estacionados sem o devido pagamento, os condutores usufruem de uma tolerância que é no mínimo de quinze minutos e eu digo que é no mínimo porquê? Isto porque, cada fiscal tem a obrigatoriedade de fazer um primeiro registo com a hora quando passa junto de um veículo que está em incumprimento de pagamento, regista essa primeira passagem e regista a hora em que efetivamente o veículo foi autuado. As indicações que os fiscais têm, e que eles cumprem, é que há essa tolerância de pelo menos quinze minutos. Eu digo pelo menos, porquê? Porque há situações em que se estivermos a falar de uma ZEDL com a extensão do arruamento longo, pode acontecer que o fiscal entre o momento em que passa pela primeira vez junto de um determinado veículo, vai até ao final do arruamento e regressa, pode passar dezoito, vinte, vinte e dois minutos. Por isso, essa tolerância, é uma tolerância mínima e eu considero que esta ação que a empresa dá orientação aos seus fiscais, passa também por ter uma atitude mais proativa e de alguma... e passo o pleonasmo, tolerância face ao incumprimento de pagamento. Isso não acontece, obviamente noutras situações em que dentro de uma ZEDL um veículo esteja estacionado em cima de uma passadeira de peões, em cima de um passeio não permitindo a circulação pedonal, a dificultar a circulação ou o entrecruzamento de outros veículos, aí não há essa tolerância, porque não é uma falta de pagamento, mas sim um incumprimento do Código da Estrada que está em causa. ------------As questões levantadas pelo Senhor Deputado Ricardo Fernandes (PS) relativamente à questão do alvará que a Parques Tejo solicitou como operador interno. Sim, solicitámos esse alvará que permitir-nos-á no futuro, se for esse o entendimento do Executivo Municipal e se for





essa a orientação que for dada à Parques Tejo e sempre em articulação com a Carris Metropolitana e friso este ponto "sempre em articulação com a Carris Metropolitana", utilizar a Parques Tejo como experiência para algumas carreiras que consideramos que podem ser importantes, que podem dar resposta a franjas de procura que a oferta da Carris Metropolitana poderá não dar. A Carris Metropolitana, apesar de ter melhorado significativamente aquilo que era o panorama dos transportes coletivos em Oeiras face ao que existia no tempo da Vimeca não responde a tudo, não responde a todas as situações de procura e a Parques Tejo, com este alvará de operador interno poderá, mais uma vez, repito, caso seja essa a orientação do Executivo Municipal, ter esta operação. - ---------- Em relação ao LIOS, neste momento, o processo está a aguardar que seja a Câmara Municipal de Lisboa a apresentar um conjunto de dados que ficou de apresentar já há cerca de dois meses. Já houve um conjunto de reuniões agendadas com a Câmara Municipal de Lisboa que têm vindo sucessivamente a ser canceladas pela Câmara de Lisboa e continuamos a aguardar que a Câmara Municipal de Lisboa, faça ou agende definitivamente essa reunião com os dados que ficaram de dar.---------- Eu peço desculpa, parece-me que também falou do SATU, relativamente à apresentação dos estudos. Os estudos estão concluídos e sim, irão ser apresentados ao Executivo cumprindo o prazo de dezembro de dois mil e vinte e quatro. Acredito que depois, o Executivo irá dar a sequência normal relativamente a isso. ---------- Quando falou também da questão de Miraflores. A questão de Miraflores, não foi a Parques Tejo que se lembrou de ver ali um quadrado de betão inutilizado e se lembrou de "vamos aqui pôr mais estacionamento". Há pedidos para que aquele espaço seja utilizado para aumento da oferta de estacionamento no local. Tal como há pedidos para que o polidesportivo seja mantido. Tal como há pedidos para que o espaço de betão seja transformado num espaço verde. Tal como há pedidos para que seja instalado street food. Há diversos pedidos, agora a Parques Tejo não trata

de espaços verdes, não trata de equipamentos polidesportivos, nem trata de street food, trata de estacionamento. Como tal apresentou uma proposta, que o Executivo da Câmara entendeu por bem dar conhecimento às seis administrações das seis torres que mais próximas estão daquele espaço para que as administrações se pronunciassem quanto à ideia da Parques Tejo/Município de aproveitamento daquele espaço para estacionamento. Foi dado um prazo de resposta até ao final do mês de novembro, por isso ainda não temos a totalidade das respostas, mas já temos várias respostas. Muitas referem que deve ser aproveitado para outros fins, deve ser mantido o polidesportivo ou deve ser aproveitado para estacionamento. Vai ter que, no final do mês de novembro, ser feito um computo do que é que realmente a maioria das pessoas quer para aquele espaço, sendo os residentes de maior proximidade e depois será tomada uma decisão face a essa resposta. Aqui parece-me que o processo mais democrático não pode ser, estamos a dar às pessoas a palavra para a decisão do que vai ser ali feito. ----------Falou também relativamente à estratégia de expansão das ZEDL, do número de lugares e de que não haveria estratégia nessa expansão. Eu acho que essa estratégia está espelhada no Plano Estratégico da Parques Tejo que está em vigor. Foi apresentado e não me recordo agora se foi em dois mil e vinte e dois ou dois mil e vinte e três, de memória não tenho aqui, mas há um plano estratégico que está em vigor e tem sido de acordo com aquilo que está nesse Plano Estratégico que a expansão das ZDEL tem vindo a ocorrer. ----------Em relação aquilo que a Deputada Anabela Brito (IL) referiu da introdução de uma nova de taxa, a taxa castanha, nas tarifas. Esta pretendeu muito simplesmente aproximar aquilo que são as tarifas do estacionamento em Oeiras, das tarifas do estacionamento dos concelhos vizinhos (Lisboa e Cascais). Antes da introdução destas tarifas o preço médio hora para estacionar em Oeiras era de oitenta cêntimos. O preço médio hora para estacionar em Lisboa e em Cascais era um euro e trinta. Ora, não nos parece que o espaço público em Oeiras deva ser tratado de uma forma menos nobre e menos digna do que o espaço público em Cascais ou o espaço público em





Oeiras. Se nós pretendemos um espaço público organizado, se nós também pretendemos e tem
sido muitas vezes dito que o objetivo é fomentar a mobilidade e reduzir a dependência do
transporte privado, então também têm que ser dados sinais a esse nível
A tarifa de regulação do estacionamento é uma ferramenta de gestão do
estacionamento, obviamente que sim, mas de gestão da mobilidade e num sentido mais lato da
gestão da mobilidade no seu todo, desincentivando as pessoas de utilizar tanto o transporte privado,
talvez até em deslocações de curta distância que podem ser feitas às vezes até a pé, mas se for
barato ou se for fácil estacionar, estamos a incentivar a isso. Basicamente esta introdução desta
taxa castanha teve a ver com a aproximação daquilo que existe em Lisboa e em Cascais e que as
tarifas em Oeiras estão claramente abaixo dos valores que eram praticados nos concelhos vizinhos.
Para terminar, e acho que não me estou a esquecer de nada, relativamente às questões
que têm a ver com os acordos de empresa, o STMO e tudo isso, eu permitir-me-ia enviar
posteriormente a resposta por escrito a essas questões que foram levantadas pelo Deputado Ricardo
Fernandes (PS) e pelo Deputado Tomás Pereira (EO), acho que foram os dois que falaram nas
questões
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Muito obrigado
Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) faz favor."
A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) disse o seguinte:
"Muito obrigada Senhora Presidente"
A Senhora Presidente da A.M. interrompeu e disse o seguinte:
"Atenção que a Senhora não tem tempo para responder praticamente."
A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) continuou a sua
intervenção e disse o seguinte:
"Ok certo e então? A gestão do tempo corresponde a cada um "

A Senhora Presidente da A.M. respondeu dizendo o seguinte:
"Não a Senhora Deputada fará a sua intervenção. Só lhe estou a chamar à atenção
porque se, eventualmente, quer colocar questões depois, não serão respondidas porque tem muito
pouco tempo. Faz favor."
A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) disse o seguinte:
Sublinhar que ficamos então à espera da resposta por escrito às questões dos recursos
humanos que já haviam aqui sido levantadas da última vez e que, até agora, não nos foram dadas
respostas, quaisquer que sejam, pelo menos minimamente satisfatórias e, portanto, agradecer essa
sua disponibilidade
E pese embora eu não tenha tempo, eu quero deixar aqui um comentário, em modo de
requerimento no final
Tem que ver com o facto de a Parques Tejo ter solicitado o alvará de operador interno,
e eu compreendo os motivos que alega, de que a Câmara Municipal depois ponderará e decidirá,
e que tudo será em estreita articulação com a Carris Metropolitana, mas há uma coisa que é bom
ficarmos claros, é que já foi adquirido um autocarro pela Parques Tejo. E, portanto, se já foi
adquirido um autocarro e se há um pedido de alvará de operador interno, alguma coisa isto, estes
dois factos têm que ter ligação, não são factos por si só. São factos que estão ligados e que,
provavelmente, já há até alguma decisão subliminarmente tomada e não conhecida da Assembleia
Municipal. Portanto, sobre esse aspeto só posso, naturalmente, manifestar a minha total estranheza.
Dizer então que, sobre isso, gostaríamos de requerer o estudo de operação que foi feito
sobre a viabilidade económico-financeira sobre a Parques Tejo passar a fazer de operador interno
de pequenos percursos e, portanto, deixamos este requerimento feito à Senhora Presidente que,
naturalmente, depois quando o receber nos entregará
Muito obrigada."





A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
Muito obrigada, Senhora Deputada
Senhora Deputada Anabela Brito (IL) faz favor."
A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) disse o seguinte:
"Obrigada Senhora Presidente
Primeiro de tudo agradecer os seus esclarecimentos e depois dar aqui uma nota que,
então pelo que eu entendi das suas palavras, a valorização e a nobreza dos espaços é feita através
do valor do preço que nós pagamos hora, foi isso que justificou o aumento. Também não entendo
qual é o racional de termos de acompanhar Cascais e Lisboa a nível de preços do estacionamento,
porque se assim fosse também podemos acompanhar Lisboa em relação à taxa de IRS que eles vão
devolver na totalidade
Portanto, não entendo, porque é que numa coisa temos que ser parecidos com Cascais
e com Lisboa. Tem que haver um racional nas coisas e é esse racional que eu não encontro
realmente. Uma nova cor e nessa nova cor encontro um aumento de nove por cento a nível do
preço que nós pagamos por estacionamento
É só, obrigada."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) faz favor."
O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) referiu o seguinte:
"Muito obrigado, Senhora Presidente
Agradecer os esclarecimentos prestados pelo representante da Parques Tejo
Queria só referir duas questões. A primeira, lamentar que o espaço em causa de
Miraflores que disse que não tinha sido por imaginação da Parques Tejo que se ia transformar num
estacionamento, mas lamentar, porque há de ter sido por imaginação de alguém e não me parece
que aquela zona esteja particularmente carente de estacionamento, quando praticamente toda a sua

envolvente são lugares de estacionamento, ou prédios, ou ruas. Mas é um espaço, é uma zona,
aliás, ao pé de uma escola secundária que tem, provavelmente umas largas dezenas, se não mesmo
mais do que isso de lugares de estacionamento. Parece-nos que transformar aquele espaço que
dava outro tipo de valências àquele local, em mais estacionamento, parece-nos um retrocesso
Depois queria também insistir junto do Senhor Vice-Presidente, nas questões
relacionadas com o Tribunal de Contas para as quais já pedimos esclarecimento em Reunião de
Câmara. Sabemos que está a ser preparado uma informação escrita, mas gostava, se possível, de
saber o ponto de situação disso e qual a previsão para obtermos essas informações que requeremos
em reunião de Câmara
Muito obrigado."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Senhora Deputada Paula Neto (IN-OV) faz favor."
A Senhora Deputada Paula Neto (IN-OV) disse o seguinte:
"Muito obrigada, Senhora Presidente
Agradecer aquilo que aqui foi dito. Em todo o caso, dizer o seguinte:
As zonas são divididas por cores como é feito em toda a Europa, portanto, não é uma
novidade. Oeiras deu continuidade aí sim, a zona castanha é muito pequena, na verdade está na
baixa de Algés e beneficia largamente os comerciantes de Algés e em volta do Joaquim Chaves
em Miraflores
Depois dizer ainda que e para contrabalançar isto, e porque Oeiras não vai atrás não
sei quê, não sei quê, em sessenta por cento dos lugares há taxas semanais, que são de cerca de nove
euros
Dizer que há uma app que os munícipes podem descarregar e essa a app garante cento
e vinte minutos gratuitos por dia a todos os residentes em Oeiras. Na verdade, esta modalidade, eu
não conheço noutras cidades, é possível que haja, naturalmente, mas, de facto, há aqui uma





proteção aos munícipes, de modo a que eles possam circular por todo o Concelho. É evidente que
a Parques Tejo tem como missão ordenar o tráfego e tem conseguido
Na verdade, uma pequena declaração de interesses, o sítio onde eu vivo beneficiou da
intervenção da Parques Tejo, de resto até os jardins tinham carros por cima. Portanto, compreendo
que haverá mais para fazer, mas há uma relação de equilíbrio, entre o modo como a Parques Tejo
age, atua e protege os seus residentes.
Já agora também dizer que os veículos fiscalizados, tanto quanto eu percebi e conforme
foi dito aqui, na verdade, os veículos têm um hiato de tempo, não são autuados imediatamente. Há
um hiato de tempo, um hiato de espera e isso é um movimento que me parece bastante razoável e
até racional
Disse, Senhora Presidente."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) faz favor."
O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) referiu o seguinte:
"Muito obrigado, Senhora Presidente
Estive atento às intervenções, nomeada a intervenção do representante da Parques
Tejo, a quem agradeço os esclarecimentos prestados, mas criaram-se aqui algumas dúvidas e em
nome do PSD tenho, de facto, colocá-las
A primeira pergunta é, com esta escalada de preços quando é que vem a zona negra?
Ora bem, o problema aqui de base é que não colocamos em causa a necessidade de disciplinar o
trânsito nas grandes cidades. Eu, aliás, como todos sabem, trabalho em Lisboa, dirijo-me
diariamente para lá e sei que, de facto, a vantagem deste estacionamento tarifado. O problema é
que não podemos comparar o incomparável, ou seja, a Parques Tejo para justificar a criação de
uma nova zona vem comparar-se a Lisboa e a Cascais, eu pergunto, porque não a Sintra ou a
Amadora? Porque é que se compara majorando e não se compara minorando? Portanto, não

entendo, como, aliás, já foi dito pela Senhora Deputada da Iniciativa Liberal, o racional desta
solução
O que é certo é que se o objetivo é definir e concretizar um melhor fluxo de trânsito, e
não me venham dizer que é para regular o problema da diminuição do trânsito do automóvel
privado, isto porque, infelizmente, esse objetivo é louvável, mas tinha que estar em sintonia com
as empresas de transportes públicos que infelizmente, não existe uma realidade que nos permita
com segurança aceitar, participar, viajar em transporte público. Este é o grande problema. É claro
que isto é história e desculpem a expressão do ovo e da galinha, mas alguém tem que começar a
colocar o problema em cima da mesa. De facto, se não se cumprem horários, se a diligência dos
transportes públicos é ineficaz, naturalmente que as pessoas continuam a optar, ainda que
forçadamente, entre o transporte privado muito mais caro, com maiores efeitos. Portanto, esta é
uma realidade que somos confrontados nas grandes cidades, não é só aqui em Oeiras
Ora bem e, portanto, eu não consigo entender a razão clara do aumento da criação de
uma nova zona a não ser, naturalmente, para a Parque Tejo aumentar o seu rendimento, não tenho
outra explicação. Não é a criação de uma nova zona que vai disciplinar aquilo que já estava
disciplinado e é isto que eu não consigo entender. A explicação que é dada, enfim, é uma decisão
vossa, naturalmente, mas eu tenho que questionar a realidade e a justificação para a mesma, porque
não me parece que seja a criação dessa zona que esteja diretamente conectada com a necessidade
de uma melhoria do fluxo e do estacionamento no nosso Município, quando ele afinal, já está, e
julgo que o Senhor assim o referiu, disciplinado e melhorado. Portanto, não entendo e era uma
questão que aqui eu gostava, se puder, de me explicar melhor. Qual é a verdadeira razão de ter que
criar mais uma zona, porque de zonas em zonas continuaremos a ter uma escalada de preços que
não sei onde vai parar e esta é que é a realidade
Disse."
A Senhora Presidente da A.M. intervejo, mas dado que o fez com o microfone





desligado, não foi possível transcrever o que foi dito
O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. prestou os seguintes esclarecimentos:
"Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados
Senhora Presidente, duas ou três notas muito breves para dar algum tempo a
representante Parques Tejo
Senhor Deputado do PSD, eu tenho algum problema de solidão quando m
comparam quando comparam Oeiras. Nós estamos num patamar em que temos sempre de no
comparar com municípios com índice de desenvolvimento socioeconómico mais baixo
independentemente disso, estes são os mais próximos. Não nos peça para baixar mais o nível d
comparação. Portanto, é por isso que nós nos compramos, é com os mais próximos connosco
Depois, a Senhora Deputada da Iniciativa Liberal colocou aqui uma questão que nã
compara uma coisa com a outra. Nós já vamos discutir o IRS e Vossa Excelência já vai ter
oportunidade de perceber um bocadinho melhor. Isso é uma questão de política financeira d
Município, nada tem a ver com a gestão trânsito
Senhora Presidente é só, e passava a palavra ao senhor representante da Parques Tejo
Eu tinha respondido na primeira volta às questões pertinentes, todas as outras que não
tinha respondido era porque não eram pertinentes
Obrigado."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
responder a nada praticamente."
O Senhor Nuno Patrão, Administrador da Parques Tejo, interveio e disse o
seguinte:
"Vou tentar ser muito rápido
Em relação à questão do autocarro e do operador interno, é condição para ser operado

interno uma entidade ser proprietária ou ter como locador um autocarro ser proprietário ou estar
alocado a. Por isso, se a Parques Tejo queria ser operador interno e queria ter o alvará, tinha que
ter uma frota mínima de um autocarro
Relativamente, à questão do Deputado Jorge Pracana (PSD), é preciso não esquecer
que Oeiras é o único município da Área Metropolitana de Lisboa, que tem um equilíbrio nas
deslocações para dentro e para fora do Concelho. Nós temos cinquenta por cento das deslocações
que são internas ao Concelho e cinquenta por cento das deslocações que vêm de fora. E, grande
parte dessas deslocações que vêm de fora, vêm de Lisboa e de Cascais. A introdução da taxa
castanha que foi feita maioritariamente na zona de Algés, permitiu uma coisa, permitiu o equilíbrio
do preço da tarifa de Oeiras face à tarifa de Lisboa. Libertar também, de alguma forma, a zona da
baixa de Algés de veículos que vinham daqueles arruamentos mais próximos, mas já em Lisboa,
onde pagavam uma tarifa superior e vinham estacionar em Algés. Tal como acontece, por exemplo,
na orla ribeirinha ou acontecia na orla ribeirinha, com um conjunto muito significativo de veículos
que não querendo estacionar junto às praias de Carcavelos vinham estacionar ou junto à Praia da
Torre ou junto à Piscina Oceânica/Marina ou junto ao Alto da Barra. Com o redesenho das taxas,
com a introdução da nova taxa castanha permitiu-se também colmatar algumas distorções que
existiam e que muitas delas têm a ver com os movimentos de proximidade com os concelhos
limítrofes nas zonas de fronteira."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Muito obrigada
Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) faz favor."
A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) disse o seguinte:
"Muito obrigada, Senhora Presidente.
Para dizer então à Parques Tejo que a questão que colocam, a maneira, a forma como
resolveram a potencialidade ou possibilidade de serem operadores internos poderia ter sido





resolvida com um comodato com a Câmara Municipal e, portanto, também era uma solução, razão
pelaeu não vou discutir isso agora consigo. Portanto, para lhe dizer que nós percebemos que há
uma intenção, tanto assim é que até há viagens à Turquia, onde se vão perceber como é que
funcionam melhor alguns operadores internos
Muito obrigada."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) faz favor."
O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) referiu o seguinte:
"Obrigado, Senhora Presidente
Apenas para sublinhar que o Senhor Vice-Presidente da Câmara considerou que não
era pertinente responder ou, pelo menos, dar-nos uma indicação relativamente às considerações
que o Tribunal de Contas fez sobre alegadas ilegalidades, nomeadamente nos estatutos da Parques
Tejo. O Senhor Vice-Presidente acha que isso é um assunto de somenos, queremos apenas
sublinhar isso, e lamentar que o Senhor Vice-Presidente não nos possa então, ou porque não sabe
ou porque não quer, nenhuma das duas nos parece particularmente satisfatória, atualizar
relativamente à informação que nos foi prometida em relação a estes assuntos que o Senhor Vice-
Presidente depreendemos não considera pertinente, a nós parecem-nos bastante pertinentes,
lamentamos que o Senhor Vice-Presidente tenha um entendimento diferente, que nos parece
obviamente absurdo
Muito obrigado."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Muito obrigada
Muito rápido Senhor Vice-Presidente."
O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) interveio, mas dado que o fez com o
microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito

A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
responder."
O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. referiu o seguinte:
resposta será dada quando a informação estiver reunida, é simples. Logo a questão não é pertinente.
É só isso."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) não me diga que quer Defesa da Honra? É?"
O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) respondeu e disse o seguinte:
"Não, é que eu ao contrário do Senhor Vice-Presidente, eu ainda tenho cinquenta e
quatro segundos
Eu queria apenas comentar que o Senhor Vice-Presidente sentiu a honra tão atacada,
tão atacada que o que ele fez foi provavelmente a coisa mais longínqua de uma Defesa da Honra
que eu já vi nesta Assembleia Municipal. Dando razão ao meu comentário, não dando razão à
Senhora Presidente, dar a palavra ao Senhor Vice-Presidente e lamentar mais uma situação nesta
Assembleia Municipal que, quer dizer, se tivesse sido ao contrário a Senhora Presidente não me
teria deixado Defender a Honra muito menos de uma maneira que não é defesa da honra
Muito obrigado."
A Senhora Presidente da A.M. respondeu o seguinte:
"Senhor Deputado, sempre deixei a Defesa da Honra. E, para não irmos muito mais
longe, ainda na semana anterior, eu dei a palavra a uma senhora vereadora, para Defesa da Honra.
E ela usou a Defesa da Honra, e tudo mais o que quis
Bem"
O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) questionou o seguinte:





"Senhora Presidente, eu gostava que me dissesse onde é que eu feri a honra do Senhor
Vice-Presidente?"
A Senhora Presidente da A.M. respondeu o seguinte:
"Já, sim senhor
Chegámos ao fim Muito obrigada Chegámos ao fim da apreciação deste ponto.
Vamos passar para o ponto seguinte."
APRECIADA
4.5. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 1027/2024 – DMAG/DFP/DPOC – relativa
ao Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) para 2025 (os documentos
relativos a esta proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)
A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) interveio dizendo o seguinte:
"Senhora Presidente, um Ponto de Ordem à Mesa, se faz favor."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Já
O conhecido IRS, para dois mil e vinte e cinco.
Senhora Deputada Sónia Gonçalves, faz favor."
Mesa:
deliberação foram todas retratadas, aliás (como já tinha acontecido no ano anterior), no mesmo
parecer. E, portanto, nós aqui eu propunha à Senhora Presidente, que pudéssemos discutir estas
propostas de deliberação todas em conjunto, e depois faríamos as votações individuais
Muito obrigada."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:

do que é aquilo que somos capazes. Vamos fazer aqui assim, aquilo que é correto fazer-se. E eu
parece-me que todos estes impostos, discutidos em conjunto, é capaz de ser uma certa confusão.
Resulta que não ganhamos muito com isso
Vamos discutir cada um por si
A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) tem alguma coisa?"
A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) interveio, mas dado que o fez com o
microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito
A Senhora Presidente da A.M. continuou dizendo o seguinte:
"Como? Quer intervirAh, muito bem Em qual deles? Logo no IRS?"
A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) referiu o seguinte:
"Senhora Presidente, uma vez que fui eu a relatora do parecer da Comissão, vou falar
do parecer no seu todo, e depois farei as minhas intervenções de acordo à medida que formos
apreciando as propostas."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Muito bem."
A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) perguntou o seguinte:
"Posso?"
A Senhora Presidente da A.M. respondeu o seguinte:
"Pode, faz favor."
A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) continuou dizendo o seguinte:
"Muito obrigada
Ora, no seguimento do parecer que foi elaborado pela Comissão de Economia,
determinou-se que a fixação, e no que diz respeito à proposta de deliberação do IMI, determina-se
que a fixação da taxa de IMI cabe à autarquia local, pelo que os municípios fixarão a taxa a aplicar
em cada ano, dentro dos intervalos previstos na lei





Sabemos que relativamente aos prédios rústicos, há uma percentagem limite a aplicar
de zero vírgula oito por cento, e nos prédios urbanos, de zero vírgula três a zero vírgula quarenta
e cinco por cento
Ora, é da competência desta Assembleia Municipal, entre outras, fixar a taxa a aplicar
em cada ano e deliberar as reduções e majorações que o Município entende incutir ao imposto em
causa
Relativamente ao IMI, propriamente dito, em Oeiras, a taxa aplicada atualmente pelo
Município situasse num valor mínimo de zero vírgula três por cento, o que acontece já desde o ano
de dois mil e vinte e um
Ora, em dois mil e vinte e dois falávamos num valor a rondar os vinte e nove milhões
e setecentos mil, em dois mil e vinte e três – trinta milhões e cento e vinte e cinco mil, em dois mil
e vinte e quatro - cerca de trinta e dois milhões
O peso da receita estimada do IMI, a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e
quatro, a liquidar em dois mil e vinte e cinco, representa cerca de quinze vírgula dezanove por
cento da receita total do Município. Em dois mil e vinte e três representava quinze vírgula setenta
e seis, e em dois mil e vinte e um – dezasseis trinta e cinco.
Para dois mil e vinte e quatro, a liquidar em dois mil e vinte e cinco, a Câmara
Municipal de Oeiras vem submeter hoje, aqui à Assembleia Municipal, nos termos da lei, a
manutenção desta taxa de IMI em zero vírgula oito para prédios rústicos, e zero vírgula três para
os prédios urbanos
Salientamos ainda, a decisão da Câmara Municipal de aplicar uma majoração de trinta
por cento da taxa de IMI aplicável aos prédios urbanos degradados, e uma majoração em triplo da
axa de IMI, nos casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos ou em ruínas há mais de
ım ano

encontrem arrendados ou afetos a habitação própria e permanente do sujeito passivo, aumentam
em cinquenta por cento para sujeitos passivos singulares e cem por cento para uma pessoa coletiva.
A aplicação, também determinada pela Câmara Municipal de Oeiras, de uma redução
de vinte por cento da taxa de IMI aos prédios urbanos arrendados para habitação, desde que esta
renda mensal não ultrapasse os valores que estão indicados na proposta, e que se aplicam à
tipologia de cada uma das frações
Ora, debruçamo-nos também, sobre o IRS (o Imposto de Rendimento de Pessoas
Singulares)
Em Oeiras, esta receita fiscal tem vindo a apresentar um crescimento gradual desde
dois mil e dezanove, e representa uma valoração de onze vírgula quarenta e um por cento, na
receita estimada (a trinta e um de dezembro) para dois mil e vinte e cinco, no valor de vinte e três
milhões e quinhentos mil, aproximadamente
A taxa aplicada pelo Município de Oeiras na participação variável de IRS, tem vindo
a diminuir nos últimos anos, tendo desde dois mil e vinte estabilizado nos quatro vírgula sete por
cento. Mais uma vez vem a Câmara Municipal submeter à deliberação desta Assembleia, uma taxa
percentual de quatro vírgula sete por cento, numa participação do IRS dos sujeitos passivos com
domicílio fiscal no nosso Concelho, aplicada aos rendimentos de dois mil e vinte e cinco
Ora, relativamente à Derrama: sabemos que este é um imposto local que incide sobre
o lucro tributável sujeito e não isento de IRS, e é um imposto sobre o lucro das atividades de
natureza comercial, industrial ou agrícola
Os municípios podem deliberar lançar anualmente uma Derrama, até ao limite máximo
de um vírgula cinco por cento, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC
No Município de Oeiras, à semelhança de outros municípios da Área Metropolitana
de Lisboa, aplica-se a isenção de Derrama para empresas com um volume de negócios inferior a
cento e cinquenta mil euros, como estímulo e incremento à atividade económica





No corrente ano, a dez de setembro, a receita de Derrama cobrada pelo Município foi
dezoito vírgula quatro milhões de euros. E, estima-se que até trinta e um de dezembro, seja cobrado
um valor absoluto de vinte e um vírgula um milhões de euros
Para o ano de dois mil e vinte e quatro, ainda que o valor absoluto da Derrama aumente,
diminui-se o peso da mesma (dez vírgula vinte e sete por cento), uma vez que face aos anos
anteriores, o orçamento corrente previsto é significativamente superior
Por fim, a Taxa Municipal dos Direitos de Passagem
Esta é uma prorrogativa dos municípios devidamente prevista na lei e constitui uma
percentagem aplicada sobre o total da faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes
e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes
finais
Chamar a atenção para o facto de que, nos termos do Regime Jurídico aplicável às
Redes e Serviços de Comunicações Eletrónicas, o valor da taxa, no caso de ser prescindida pelo
Município, representa um ganho para os operadores e não um benefício para os consumidores, ou
seja, a isenção desta taxa não repercutida na fatura dos consumidores finais
O valor a aplicar não pode ser superior a zero vírgula vinte e cinco porcento, o que,
atualmente, traduz uma receita municipal na ordem dos cento e dois mil euros
Para o ano dois mil e vinte e cinco, a Câmara Municipal vem propor a manutenção
deste valor percentual de zero vírgula vinte e cinco pontos percentuais
Nós na Comissão de Economia, fizemos a apreciação destas propostas de deliberação.
Avaliámos a validade técnica do conteúdo das mesmas
Não houve qualquer pressuposto, ou qualquer indício, a assinalar
Já sabemos que estes impostos são, de facto, impostos que as autarquias têm direito a
cobrar, e cuja receita é sua. E sabemos também que, a decisão das taxas a fixar, são decisões
políticas. E, portanto, relativamente a essas decisões políticas, a Comissão de Economia não se

pronuncia, e, portanto, remetemos para o plenário, os comentários a essas mesmas decisões.
Nada mais tendo a acrescentar, muito obrigada, Senhora Presidente."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
a discussão das quatro propostas em conjunto, e a Senhora fez disso tábua rasa, e fez o comentário
sobre as quatro propostas em conjunto."
A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) referiu o seguinte:
de Economia, decidimos em sede de comissão, que o parecer que iria ser feito, iria retratar as
quatro propostas de deliberação
Que, no meu comentário, enquanto Deputada do PSD, iria respeitar essa decisão da
Senhora Presidente.
Como na Comissão de Economia, o parecer tinha retratadas quatro propostas de
deliberação, era impossível conseguir dividir o parecer para fazer uma intervenção em que é"-
A Senhora Presidente da A.M. interveio dizendo o seguinte:
"Pois, Mas, Senhora Deputada, o parecer"
A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) interveio dizendo o seguinte:
"Eu fiz essa referência no início."
A Senhora Presidente da A.M. continuou dizendo o seguinte:
A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) interveio dizendo o seguinte:
"Sim. E, eu na qualidade de relatora, fiz esta intervenção"
A Senhora Presidente da A.M. referiu o seguinte:
"A Senhora, não tinha que repetir isto
Mas muito hem agora a Senhora tem neste momento nem seguer foi contabilizado





durante um bocado, a sua intervenção, até eu reparar que realmente estava a ultrapassar,
largamente o seu tempo de intervenção. Portanto, quando começou a ser feita essa contagem
estamos naquilo
Eu vou dar a palavra ao Senhor Deputado António Moita (IN-OV), que estava inscrito
seguir, e que é o relator dessa comissão"
Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se
inaudível o que foi dito
A Senhora Presidente da A.M. continua dizendo o seguinte:
" É o Coordenador dessa Comissão, peço desculpa É o Coordenador dessa
Comissão
Senhor Deputado António Moita, faz favor."
O Senhor Deputado António Moita (IN-OV) disse o seguinte:
"Muito obrigado, Senhora Presidente
Eu, pedi a palavra para me pronunciar sobre este tema em concreto, sobre o IRS."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"O IRS É sobre isso que nós estamos a falar. É sobre o IRS."
O Senhor Deputado António Moita (IN-OV) continuou dizendo o seguinte:
"É sobre isso que, se me permite, farei. E não como coordenador, obviamente e não
como coordenador desta Comissão
Muito bem
Posso então?"
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Faz favor."
"Não é fácil, num país em que todos achamos todos não, quase todos, achamos que

a carga fiscal é pesada, não é fácil vir aqui fazer a defesa de uma faculdade que a Câmara Municipal
tem, de alguma forma contribuir para que essa carga fiscal seja, embora de uma forma muito
tímida, inferior àquela que é
Dá-se a circunstância de, em concreto sobre o IRS, há cerca de dez anos (julgo que
esta prática vem desde dois mil e treze), eu, aqui nesta Assembleia, defender a tese de que a Câmara
Municipal devia, em sede de taxação de IRS, devia aplicar a taxa máxima. Já assim foi, depois tem
vindo a descer, embora de forma muito tímida e, neste momento, encontra-se, desde alguns anos
a esta parte, em quatro vírgula sete por cento. E, por esse facto, porque eu também sou daqueles
que acha que a carga fiscal devia ser menor do que aquela que é, impõe-se explicar a razão pela
qual eu concordo que a taxa fique nos quatro vírgula sete por cento, e digo mais, se a taxa proposta
fosse de cinco por cento, também concordaria
A questão, aqui que se coloca é a de perceber se, por um lado, este imposto, ou esta
faculdade que a Câmara Municipal tem, tem a ver com aquilo que foi feito há uns anos atrás, de
retirar uma transferência que a administração central fazia para as autarquias. E esta faculdade foi
dada no sentido de transferir este ónus para os presidentes de câmara: "não tens receita de um lado,
mas tens a possibilidade de, incompatibilizando com os contribuintes do teu concelho, ires buscar
um valor parecido"
Ora bem, obviamente que essa receita fazia falta aos municípios e, obviamente que, a
sua substituição por esta fórmula, fez com que muitos municípios entendessem que não deviam
prescindir dela. É o caso do Município de Oeiras. E porquê? Por uma questão que também tem a
ver com a forma como se distribui o rendimento, e a forma como o Estado, ou neste caso o
Município, vê a arrecadação num conjunto de receitas que são fundamentais para fazer face aos
objetivos, e aos compromissos que tem
É disso que se trata
Temos consciência de que, cerca de quarenta por cento (isto são dados de dois mil e





vinte e dois, ou dois mil e vinte e três), dos trabalhadores por conta de outrem, ou dos
independentes, não pagam IRS
Em Oeiras, eu não sei qual é a percentagem (provavelmente será um pouco inferior a
esta), mas ainda assim, é um número muito importante de pessoas cujo rendimento é muito baixo
e que não beneficiariam desta redução, dos cinco por cento do IRS
E, portanto, desde logo aqueles que acham que fazem justiça social com a distribuição
dos cinco por cento estão, enfim, a incorrer num erro. Não é, de facto, assim. A redução deste
imposto não incidiria sobre aqueles que mais precisam
Por outro lado, é evidente que há um conjunto de necessidades que a Câmara
Municipal tem para fazer face a um conjunto de despesas, despesas de investimento desde logo,
mas também despesas correntes. E, aí, nós conhecemos o peso que as despesas sociais têm no
âmbito do conjunto de despesa que a Câmara Municipal tem
É nosso entendimento, que a aplicação desta verba (que vai na casa dos vinte e quatro,
ou vinte e cinco milhões de euros), é feita de forma muito mais equilibrada, de forma muito mais
justa, de forma a proteger os interesses dos que mais precisam, feita pela Câmara Municipal, e
feita através das verbas que estão consagradas no orçamento, ou no orçamento que nos será aqui
apresentado muito em breve. É mais equilibrado fazê-lo desta forma do que, distribuir cinco por
cento sobre pessoas que têm um rendimento, apesar de tudo, um rendimento médio, ou um
rendimento médio alto, em que aquilo que contribuiria para a satisfação das necessidades de cada
um desses contribuintes seria, com certeza, do ponto de vista das escolhas, ou dos pesos, seria
menos importante do que a aplicação que a Câmara Municipal vai dar a estes fundos
E, é por isso, com esta explicação que me acompanha há dez anos, que é nosso
entendimento que, a Câmara Municipal faz bem em manter a taxa nos quatro vírgula sete por
cento, face ao conjunto de despesas, e realço, também despesas sociais que têm pela frente
Muito obrigado."

A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Muito obrigada
Senhor Deputado Rui Pessanha, faz favor."
O Senhor Deputado Rui Pessanha (IN-OV) interveio, mas dado que o fez com o
microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito
A Senhora Presidente da A.M. referiu o seguinte:
" Não?
Senhor Deputado Tomás Pereira."
O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) fez a seguinte intervenção:
"Muito obrigado, Senhora Presidente
Nós consideramos que não se pode olhar para a carga fiscal como se fosse tudo a
mesma coisa
Em relação àquilo que se passa em Portugal a nível fiscal, há impostos, e há setores da
carga fiscal que estão adequados, há outros onde nós também consideramos que a carga fiscal é
excessiva, e há outros onde até consideramos que, se calhar, a carga fiscal não é suficiente,
nomeadamente sobre grandes fortunas e sobre grandes empresas
Relativamente àquilo que nos traz aqui do IRS, nós consideramos que a carga fiscal
nos impostos sobre o trabalho, em particular sobre a classe média, efetivamente, é elevada. Agora,
aquilo que nós também consideramos, e aquilo que temos defendido aqui ao longo deste mandato,
é, que, não se resolve este problema, devolvendo estes cinco por cento, nem sequer uma pequena
parte destes cinco por cento, em IRS, às pessoas, e aos cidadãos de Oeiras, neste caso
Nós, consideramos que a participação do Município no IRS devia ser cinco por cento,
é a posição que temos defendido e, aliás, esta posição é alicerçada em vários estudos nacionais e
internacionais, em relação ao que é que esta devolução de IRS configura. O estudo mais recente
que saiu em relação a isto, saiu, se não me engano, na sexta-feira passada, é um estudo da Comissão





Europeia, que alerta para o facto de as borlas fiscais, em sede de IRS em Portugal, beneficiarem
principalmente trinta por cento os mais ricos, agravando o fosso entre mais ricos e mais pobres
Não estamos aqui a falar propriamente de um beneficio fiscal do ponto de vista formal,
mas na prática é daquilo que se trata. E, aquilo que nós sabemos, é que devolver IRS
posteriormente à sua liquidação, e não através de ajustes nos escalões de IRS, aquilo que faz é
precisamente aquilo que, este estudo da Comissão Europeia, diz que é, beneficiar os contribuintes
que mais rendimentos e riqueza têm. E, portanto, nós achamos, como temos dito desde o início do
mandato, que a participação do Município de Oeiras no IRS devia ser cinco por cento, porque é
esta participação de cinco por cento, por muito que queiram fazer aqui raciocínios em sentido
oposto, um bocado populistas até ao nível fiscal, aquela que garante mais justiça social. É uma
participação total no IRS, porque não beneficia os mais ricos, não agrava as desigualdades, nem
agrava o fosso, a discrepância, entre mais ricos e aqueles que têm menos rendimentos
E, portanto, nós, considerando que esta participação deveria estar nos cinco por cento,
não estando ela nos cinco por cento, estando nos quatro vírgula sete, consideramos também que a
diferença, efetivamente, entre os quatro vírgula sete, e os cinco por cento, na participação, não é
muito elevada, mas porque consideramos que devia ser cinco por cento, não vamos votar a favor
desta proposta
Também não a vamos inviabilizar porque, de facto, a discrepância é pequenina, mas
mais uma vez, instamos a Câmara Municipal a não fomentar a devolução de rendimentos, ou o
alívio fiscal, ou o que quer que seja, aos oeirenses, através deste mecanismo que tem as mesmas
consequências práticas que um beneficio fiscal, e que agrava, como diz este estudo da Comissão
Europeia, e como dizem muitos outros estudos, agrava o fosso das desigualdades na distribuição
de rendimentos em Portugal
Muito obrigado, Senhora Presidente."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:

"Muito obrigada
Senhor Deputado Jorge Rato, faz favor."
O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) referiu o seguinte:
"Muito obrigado, Senhora, Presidente.
Cumprimento a Mesa, o Vice-Presidente, senhores vereadores, as colegas, quem
assiste aqui ou em casa
Nós, ao longo destes anos, assistimos sempre à mesma narrativa relativamente à
questão dos impostos
Uma medida que foi tomada, há mais de vinte anos pelo Governo da República, é
sistematicamente apontada aqui como "a grande causa para a discrepância nas receitas dos
municípios, na história do IRS com esta margem de cinco por cento para recuperar aquilo que os
malandros do Estado nos tiraram no orçamento de Estado patati patata", é sempre a mesma
coisa. É sempre, sempre a mesma conversa há vinte anos
Esta medida foi tomada há mais de vinte anos, pois, curiosamente, ninguém a mudou.
De lá para cá, ninguém a mudou, mesmo quando as pessoas que se queixam têm responsabilidades
governativas no Governo da República, é curioso
O Partido Socialista, defendeu, e defende, que os municípios devem prescindir de uma
parte da participação municipal variável dos cinco por cento do IRS. Porque isso contribui para
uma política de apoio às famílias residentes no Concelho. E, portanto, tendo por base essa
referência, parece-nos que é uma medida importante, e não aceitamos que se utilize o velho chavão
de que esta redução no IRS, aumenta mais o fosso entre ricos e pobres. Basta dizer que, a maior
parte, se calhar, da população de Oeiras, nem sequer paga IRS. E, portanto, alguma coisa está
errada nesta avaliação
O facto de o IRS no Concelho de Oeiras ter sido reduzido já no mandato anterior, e de
se ter mantido ter sido reduzido, novamente, no ano dois mil e vinte, em zero vírgula dez por





cento, parece-nos que contraria um bocadinho este discurso alarmista, de que isso é um grande
prejuízo para o Município. Até, porque, os valores que a própria proposta identifica, são, de facto
expressivos, e apesar de tudo, o valor liquidado tem sido significativo, e aumentou no Concelho.
E, portanto, nesta matéria, nós consideramos que faz bem, o Executivo, em manter a
taxa que vem sendo praticada desde dois mil e vinte, dos quatro vírgula sete por cento
Muito obrigado, Senhora Presidente."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Muito obrigada
Senhor Deputado António Moita (IN-OV), pretende usar de novo da palavra?"
O Senhor Deputado António Moita (IN-OV) fez referiu o seguinte:
"Era só para dar aqui uma breve explicação, e que tem a ver com o seguinte: nós não
nos insurgimos contra o facto de há vinte anos, esta transferência de fundos ter deixado de
acontecer. Aquilo que nós não podemos é, ao mesmo tempo, referirmos esse aspeto, que é do ponto
de vista histórico um facto, e, ao mesmo tempo, querer que esta taxa dos cinco por cento, que
representa um eventual sucedâneo para essa receita, deixe de a ser. Ou seja, eu, não posso estar
e com isto não quero voltar, mais uma vez, a referir aquilo que há vinte anos aconteceu, o que eu
não posso é hoje pedir que, uma receita que tem a ver com a substituição de uma outra, ou que deu
a possibilidade de substituir uma outra, que é importante para os cofres públicos, venha a ser, por
razões que têm a ver com a demagogia, em alguns casos, ou com essa ideia de que estamos a deixar
que o fosso entre mais ricos e mais pobres se atenue, propondo que esses tais cinco por cento,
sejam, como é o caso de outros municípios, praticamente zero
E, portanto, achamos que faz o todo o sentido, que é consistente, o que a Câmara
Municipal ao longo do tempo tem vindo a fazer, aquilo que é correto, que é de o ponto de vista
fiscal ter uma política parecida todos os anos, acentuando uns casos ou outros, fazendo aquilo que
é possível. Mas não podemos é estar a pedir para deixar de falar de um determinado assunto e,

depois, em contrapartida não foi o caso do Partido Socialista, porque a conclusão foi de que, de
facto, se deveria manter esta taxa, mas há outras forças políticas que defendem que a devolução
possa ser mesmo dos cinco por cento
E, portanto, para ficar claro, ou uma coisa, ou outra. O Município faria uma flor se
resolvesse hoje (ainda por cima com um ano das eleições que se aproxima), faria uma flor dizendo,
como outros municípios: "que resolveu fazer a devolução de uma determinada taxa, e que isso vai
contribuir para a melhoria das condições de vida dos contribuintes em Oeiras"
Felizmente, que não o faz, felizmente que é estável nas políticas públicas, e nas
políticas fiscais. E, portanto, não me parece que fazer referência a uma questão histórica como é,
a de: porque é que esta dedução apareceu? Ou porque é que esta faculdade, dada ao Município
apareceu? Que seja sujeito de crítica
Muito obrigado."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Muito obrigada
Senhora Deputada Sónia Gonçalves, a Senhora quer usar da palavra de novo?"
A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) referiu o seguinte:
"Quero, Senhora Presidente
Há bocado não me percebeu. E, portanto, eu agora quero falar do IRS."
A Senhora Presidente da A.M. interveio dizendo o seguinte:
A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) continuou a sua intervenção dizendo
o seguinte:
"Não, Senhora Presidente, não percebeu."
A Senhora Presidente da A.M. interveio dizendo o seguinte:
"Desculpe, percebi E a Senhora já falou sobre o IRS Mas "





Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) referiu o seguinte:
A Senhora Presidente da A.M. continuou dizendo o seguinte:
de intervenção?"
A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) interveio dizendo o seguinte:
"Pretendo falar na qualidade de Deputada do PSD, sobre o IRS."
A Senhora Presidente da A.M. continuou dizendo o seguinte:
" Porque até aqui, não falou na qualidade de Deputada do PSD"
A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) interveio dizendo o seguinte:
"Não,
Falei na qualidade de relatora do parecer da Comissão de Economia."
A Senhora Presidente da A.M. referiu o seguinte:
"Olhe, Senhora Deputada, a culpa é minha. Porque devia ter ficado bem explícito na
Comissão, o que é que na realidade iam ser feitos de pareceres, não ficou. E, agora, também não
ficou bem explícito que a Senhora iria falar, ou pelo menos, eu não o entendi"
A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) interveio dizendo o seguinte:
"Senhora Presidente, mas, ao longo deste mandato tem sido sempre assim, ao longo
deste mandato tem sido sempre assim. Eu não percebo o que é que hoje mudou"
A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte:
"O que é que tem sido sempre assim?"
A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) respondeu o seguinte:
"Todos, inclusivamente antes de mim, os relatores dos pareceres intervieram e falaram
sobre os pareceres. Eu pedia para intervir na qualidade de relatora, e a Senhora Presidente está-me
dizer que eu não posso intervir na qualidade de relatora."

A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Nunca houve intervenções na qualidade de relatores. Mas, a culpa"
Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se
inaudível o que foi dito
A Senhora Presidente da A.M. continuou dizendo o seguinte:
"Oh, espere lá, desculpe Tudo tem o seu limite. A Senhora não vai agora começar a
falar. Deixa-me dizer o que eu tenho para dizer Não lhe admito isso, está bem? Estamos
entendidos?
Senhora Deputada Sónia Gonçalves, faz favor de falar."
A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) fez a seguinte intervenção:
"Muito obrigada, Senhora Presidente
Relativamente ao IRS, dizer que em Oeiras"
A Senhora Presidente da A.M. interveio dizendo o seguinte:
"Olhe, eu vou lhe dar cinco minutos, e não tem nem mais um minuto
Faz favor Quanto tempo é que tem o PSD?"
Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se
inaudível o que foi dito
A Senhora Presidente da A.M. continuou a sua intervenção dizendo o seguinte:
" Três minutos"
A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) interveio dizendo o seguinte:
"Presidente, eu não preciso. Pode deixar os três minutos, que eu não vou ultrapassar."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Vai falar em nome do PSD.
Faz favor."





o seguinte:
"Relativamente ao IRS, o PSD tem a dizer que, à luz do que tem sido a votação nos
anos transatos, sobre o IRS, nós consideramos que a taxa (ao contrário daquilo que o IN-OV veid
dizer hoje), deve ser o mais baixo que nós conseguirmos. E porquê? Em Portugal, o esforço das
famílias é um esforço em impostos muito grande
Em Oeiras, nós temos, talvez, a população ativa que mais ganha, que mais altos
salários aufere. E, portanto, falarmos de uma taxa de quatro vírgula sete por cento em Oeiras,
significa que temos um produto de imposto de IRS muito alto. Ora, um, ou dois pontos
percentuais zero vírgula um, ou zero vírgula dois pontos percentuais, este imposto não iria
alterar (e uma vez que as tendências dos salários tem sido o aumento), o orçamento da Câmara
Municipal
E, portanto, consideramos que, estando as pessoas já tão sacrificadas com o pagamento
de impostos, com as várias taxas que lidam no seu dia a dia, não perderíamos nada se em Oeiras,
houvesse aqui um decréscimo da taxa de IRS
Portanto, considera o PSD, em consonância com aquilo que tem sido a posição adotada
nos anos transatos de que, de facto, esta taxa deveria baixar para se aliviar a carga fiscal das
famílias oeirenses
Muito obrigada."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Senhor Deputado Tomás Pereira (EO), faz favor."
O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) referiu o seguinte:
"Muito obrigado, Senhor Presidente
"Eu queria apenas lamentar que, na intervenção do Partido Socialista, pela voz do
Senhor Deputado Jorge Rato, se tenha dito que falar do fosso de desigualdade entre os mais ricos
e os mais pobres seja um chavão

O Senhor Deputado Jorge Rato (PS), e nós todos, estamos no país, no Estado membro
da União Europeia, onde as borlas no IRS aumentam mais as desigualdades. Isto não é um chavão,
isto são dados, estão em estudos da Comissão Europeia. Eu acho que a Comissão Europeia não faz
os seus estudos com base em chavões, faz-se com base em dados
Em Portugal vemos, neste estudo da Comissão Europeia, por exemplo, que as borlas
fiscais em sede de IRS, como eu disse anteriormente, beneficiam, principalmente, os trinta por
cento mais ricos, e agravam este fosso. Não é um chavão. São dados
O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) disse que: "Há muita gente no Concelho de Oeiras
que nem IRS paga" Não sei números, não sei se é muita gente, algumas pessoas certamente há,
e certamente, será uma fatia expressiva da população Esta devolução de IRS não os beneficia.
Vai beneficiar quem paga IRS E, é verdade que nem toda a gente que paga IRS é rica, nem
sequer está na classe média alta, há pessoas que pagam IRS que, definitivamente, não são ricos,
mas só alguns. E, a verdade é que, essas pessoas da classe média vão beneficiar menos da
devolução IRS, do que as pessoas que estão nos escalões mais altos
Portanto, o Senhor Deputado Jorge Rato (PS), identifica corretamente o problema,
parte do problema, a outra parte chamou chavão, erradamente, são dados de estudos da Comissão
Europeia, e a outra parte identifica corretamente o problema, mas não propõe a solução para o
resolver. Portanto, eu esperava essa retórica dos partidos da direita, em particular dos partidos da
direita mais populistas a nível fiscal. Não esperava essa retórica do Partido Socialista, e devo dizer
que fico muito surpreendido pela negativa, da retórica ser essa e de alinharem, e de alinharem no
populismo de quem quer devolver rendimentos às famílias, através de benefícios fiscais errados,
do ponto de vista da justiça fiscal
Lamento imenso esta intervenção do Partido Socialista, e não podia deixar de o
assinalar
Muito obrigado."





A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Obrigado
Senhora Deputada Anabela Brito (IL), faz favor."
A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) fez a seguinte intervenção:
"Obrigada, Senhora Presidente
Sinceramente, hoje tenho imensa pena que o Executivo não diga que somos os
primeiros. Os primeiros a ter a taxa de retenção mais baixa de IRS. Mas, enfim, seremos os
primeiros a contar do fim, também somos primeiros
E, também gostava de saber que, nestas comparações com outros concelhos, se há
concelhos, que estão ao nosso lado, que conseguem, realmente, reduzir essa taxa, e com um
rendimento per capita inferior, não sei, porque é que Oeiras não consegue, ou não quer"
Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se
inaudível o que foi dito
A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) continuou a sua intervenção, dizendo o
seguinte:
" Não quer Exatamente, não quer
Também recordar que, a redução da carga tributária, ou da carga faz com que haja
menos impostos, logo mais renda disponível. E, essa renda disponível vai ajudar imenso no
crescimento da economia do Município, e vai ajudar também, em termos de competitividade do
Município
Tudo isto, era interessante que fosse pensado, e que fosse estudado
Nesse sentido, iremos votar contra
Obrigada."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Senhor Deputado António Balção Vicente (IN-OV), faz favor."

O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) referiu o seguinte:
"Obrigado, Senhora Presidente
Só para referir que, por estranho que pareça, estou totalmente de acordo com a
intervenção do Senhor Deputado Tomás Perestrelo (EO), nomeadamente, quando refere que "há
determinado tipo de intervenções que eram mais próprias nos partidos da direita". E, é nesse
sentido, que eu gostava de lembrar à Senhora Deputada Sónia Gonçalves do PSD que, salvo erro,
neste momento, está em debate na Assembleia da República, o Orçamento
Talvez, o discurso que fez aqui, devesse ser feito na Assembleia da República, e o
Governo da República reconhecesse que, efetivamente, temos taxas exagerada
Era aí que o problema devia ser resolvido, era aí que o problema devia ser resolvido
Senhora Deputada"
Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se
inaudível o que foi dito
O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) continuou a sua intervenção dizendo
o seguinte:
não no Concelho de Oeiras
Já agora, lembrar a Senhora Deputada da Iniciativa Liberal que, quando comparado
com alguns concelhos vizinhos, convinha comparar, por exemplo, com os concelhos da Amadora
e de Sintra, e talvez percebesse porque é que elas podem fazer coisas que, efetivamente, nós não
podemos fazer
Disse, Senhora Presidente."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU), faz favor."
O Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU) referiu o seguinte:





"Muito obrigado, Senhora Presidente
Estamos identificados com a nossa posição política de há anos a esta parte, em relação
a esta matéria, e o nosso voto negativo a esta proposta, tem a ver por o Município, não optar por
obter uma receita superior em um milhão e meio, se fosse para a taxa de cinco por cento
Um milhão e meio na mão do Município, faz uma intervenção de coesão social
bastante importante na nossa perspetiva. Exatamente, vai buscar esse valor ao segmento de
rendimentos mais elevados do Concelho (porque há, de facto, muitos munícipes que nem IRS
pagam, e, portanto, não são chamados, tidos e achados, nesta discussão). E, faz todo o sentido, o
Município, ganhar coragem para estabelecer a taxa nos cinco por cento, até porque este valor tem
um valor residual num orçamento que em vinte vinte e cinco, a Câmara nos vai apresentar
brevemente, de trezentos e quarenta milhões de euros
Portanto, estamos a falar de verbas que são relativamente pequenas, um milhão e meio,
mas faz todo o sentido cobrá-las e ficar com elas, para utilizar em prol de políticas de ação social.
O nosso voto contra, é por este motivo: é por não atingir os cinco por cento, e não é
por outra razão
Muito obrigado."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Muito obrigada
Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD), faz favor."
O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) fez a seguinte intervenção:
"Muito obrigado, Senhora Presidente
A discussão que temos tido aqui, realmente, resulta numa verdadeira divisão entre
aquilo que é a esquerda e a direita
A política fiscal, é um dos elementos mais demonstrativos desta linha
Não critico, naturalmente, as opções de cada um, agora o que entendo é que, de facto.

isto é uma situação, a carga fiscal que nós temos em Portugal, e não apenas geral, mas também em
alguns municípios, seja aquilo que é
É claro que é difícil (e isto a propósito de responder ao Senhor Deputado Balcão
Vicente (IN-OV)), os factos históricos são o Orçamento do Estado, o que é certo é que o PSD não
tem maioria absoluta, e, portanto, terá que se condicionar aquilo que for condicionado nessa
matéria
Agora uma coisa é certa, eu gostava de perceber, e tivemos há pouco aqui (e termino),
o senhor representante da Parques Tejo, que nos comparou a Lisboa para efeitos de
estacionamentos, de zonas, de valores
Porque é, que nós não somos comparados quanto ao IRS a Lisboa?
Disse, Senhora Presidente."
A Senhora Presidente da A.M interveio, mas dado que o fez com o microfone
desligado, torna-se inaudível o que foi dito
O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) fez a seguinte intervenção:
"Muito obrigado, Senhora Presidente
É curioso como estas matérias, de facto e eu peço desculpa ao Jorge Pracana
(PSD), mas eu acho que estas matérias não dividem a esquerda com a direita"
Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se
inaudível o que foi dito
O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) continuou a sua intervenção dizendo o seguinte:
há uma componente da esquerda e da direita, mas também há uma importante fatia, que tem a
ver com o oportunismo político do discurso político, e do sentido de votos
Muito obrigado."
A Sanhara Presidente de A M. disse e seguinte:





"Ora bem, vou passar a palavra, ao Senhor Vice-Presidente, para encerrarmos este
ponto."
O Senhor Vice-Presidente da C.M.O fez a seguinte intervenção:
"Senhora Presidente, não sei se acabei de ouvir uma afirmação de um socialista de
direita, mas parecia
Dizer uma nota simples"
Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se
inaudível o que foi dito
O Senhor Vice-Presidente da C.M.O continuou a sua intervenção dizendo o
seguinte:
" Vou pedir-lhe que ouça com o mesmo silêncio com que eu o ouvi, Senhor
Deputado
Não percebo os problemas com a história. A história é o que é
Não foi o Governo, não foi o Estado, que criou esta situação. Foi um governo do
Engenheiro António Guterres, na década de noventa"
Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se
inaudível o que foi dito
O Senhor Vice-Presidente da C.M.O retomou a sua intervenção dizendo o seguinte:
"Vossa Excelência, quando diz, não deve dizer o Estado longínquo, factos. Não
tenha medo das palavras O Governo do Engenheiro António Guterres, retirou a alguns
municípios uma verba, entregando o valor do IRS. Colocando aquilo que o Senhor Deputado
António Moita (IN-OV), com muito mais propriedade e elegância do que eu, referiu, colocando o
ónus, o ónus da Justiça redistributiva dos impostos, nos presidentes de câmara. Em linguagem
assim, mais popular: "eu tiro a massa aos municípios, e dou-lhes o IRS. Tiro adquirido, assim uns
trinta "milhõeszitos" (que é o que nos tiraram, que os municípios à volta têm), e dou-vos o IRS.

E, agora, atribui-te a faculdade, se quiseres, podes diminuir"
E, Vossa Excelências que são deputados municipais, defendem não o interesse do
Município (desculpem-me jogar desta maneira), mas defendem uma artimanha qualquer política.
Então, mas nós devemos reduzir ao mínimo o valor de uma verba que já nos foi retirada
por outro lado?
Então não há problema nenhum: nós entregamos esta faculdade, naturalmente, e
devolvam-nos o que nos foi tirado, os trinta milhões. Não há problema nenhum
Não é uma questão de Oeiras precisa, Senhora Deputada. É uma questão de justiça,
sabe
Não sei se já perceberam o que o Oeiras produz para o país. Oeiras produz para o país,
felizmente, felizmente
E, cabe ao Estado, e aos titulares de cargo público eleitos (e espanta-me muito que
alguém que passe pelo Ministério de Solidariedade Social não tenha compreensão para isto), cabe
ao Estado fazer a justiça social. O Estado é que faz a justiça social, não faz caridade, faz justiça
social. E, para fazer justiça social precisa de recursos
Vossa Excelência, vem me dizer paraeu adoro que me deem cordaVossa
Excelência falam, eu estou a ver aqui a mão a rodar, a darem-me corda Então, mas estão a
comparar a justiça social do Município de Oeiras, com o dos municípios vizinhos? Não viram, o
lançamento de primeira pedra que nós tivemos ontem? Os dois lançamentospara habitação
pública? Não acham que é justiça social? Ou acham que estamos a brincar com aquilo? Para que
é que acham que servem as casas? Não é para dar para atribuir (desculpem, nós não damos,
atribuímos), não é para atribuir a quem delas necessita? Seja as populações efetivamente mais
carenciadas, a tal faixa que não paga IRS, seja à classe média, alguma delas que já é abrangida
pelo IRS, que já paga IRS? Nós não estamos a fazer justiça social? Estamos. Como é que se faça
essa justiça social? Não é com caramelos, é com dinheiro, com euros, com o dinheiro dos impostos.





Para se poder fazer a habitação jovem que nós temos feito, precisamos de dinheiro, precisamos
dos impostos, é com os impostos
E, é por isso que nós quando atribuímos casas, o Senhor Presidente recorrentemente
diz, a quem as recebe, que as casas foram construídas do esforço coletivo dos contribuintes. Para
que toda a gente perceba que, quando é atribuída uma habitação municipal, uma habitação do
Estado, ou quando é atribuída uma bolsa, ou quando é atribuído um subsídio, isso resulta do
esforço coletivo de solidariedade social, e solidariedade entre os membros da comunidade, para
com aqueles que menos têm. Por uma questão de decência na nossa sociedade, para construção de
uma sociedade decente. A decência exige que o Estado tenha recursos
Eu perceboagora peço imensa desculpa eu percebo que Vossas Excelências,
ideologicamente sejam contra isto. E, eu volto-vos a dizer, para isso, têm que mudar o paradigma
de governação do Município de Oeiras
Mas volto a dizer, tal como digo em algumas questões ao Evoluir, digo a Vossas
Excelências: Digam ao que vêm. Porque têm depois que explicar que, retirando estes recursos não
há bolsas. Digam isso às pessoas, têm de dizer
Naturalmente, que esta diferença dos cinco, para os quatro ponto sete, é uma torção
ligeira. É de modo a tentar reduzir um bocadinho a carga sobre esta classe média
E, também percebo a rigidez do Partido Comunista Português (nós temos muito boa
relação, naturalmente, um pequeno aparte) mas percebo a vossa rigidez de princípios, percebo a
rigidez de princípios. Mas também percebam que nós estamos convosco nisto
Quem faz justiça social é o Estado. O Estado é o cobertor que tapa quem tem frio, não
há outro (o outro, chama-se caridade). E, o Estado só pode fazer isso com recursos
Não nos retirem, nós não toleramos que nos retirem os recursos que nos foram
retirados há alguns anos
Se isso tem algum problema histórico, como disse o próprio: "É da vida.""

A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Deputado Jorge Rato (PS)."
O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) referiu o seguinte:
"Muito obrigado, Senhora Presidente
Senhor Vice-Presidente, sabe uma coisa?"
A Senhora Presidente da A.M. interveio dizendo o seguinte:
"Senhor Deputado, olhe para o seu tempo de intervenção."
O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) continuou a sua intervenção dizendo o seguinte:
" Eu sei
Senhor Vice-Presidente, sabe uma coisa?
Com todo o respeito, não lhe encontro estatuto para criticar-me como um militante do
Partido Socialista, porque eu não ando salta-pocinhas, de um lado para o outro. Primeira questão.
Segunda questão: Não precisa, Vossa Excelência, de dizer aqui, que o Senhor
Deputado António Moita (IN-OV) é mais delicado do que o Senhor a dizer coisas, todos nós
sabemos. Porque, todos nós conhecemos o seu discurso trauliteiro, muitas das vezes aqui nesta
Assembleia
Finalmente, finalmente, dou-lhe os parabéns, porque gostei da sua analogia de si
próprio, a ver-se ao espelho, se calhar, como boneco de corda
Muito obrigado."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Senhor Deputado"
Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se
inaudível o que foi dito
A Senhora Presidente da A.M. continuou a sua intervenção dizendo o seguinte:
" Desculpem As coisas têm limites "





Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se
inaudível o que foi dito
A Senhora Presidente da A.M. retomou a sua intervenção dizendo:
" E, nós devemos de ter contenção nas nossas intervenções."
Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se
inaudível o que foi dito
A Senhora Presidente da A.M. continuou a sua intervenção dizendo o seguinte:
" Todos, sim senhortodos
Senhor Vice-Presidente, faz favor."
O Senhor Vice-Presidente da C.M.O fez a seguinte intervenção:
"Senhoras e senhores deputados Senhor Deputado, eu tenho que lhe agradecer a
elegância com que Vossa Excelência me tratou
Pedir-lhe que me ouvisse melhor, que eu não disse delicadeza, não chamei delicado ao
Senhor Deputado António Moita (IN-OV), disse, muito mais propriedade e elegância
Mas percebo, percebo a analogia
Perceba que eu não me ofendendo
Eu percebo o seu desconforto Senhor Deputado, percebo o seu desconforto perante
a sua contradição"
Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se
inaudível o que foi dito
O Senhor Vice-Presidente da C.M.O continuou a sua intervenção dizendo o
seguinte:
"Senhora Presidente, eu gostava de conseguir falar o Senhor Deputado, podia
tentar"
A Senhora Presidente da A.M. interveio dizendo o seguinte:

"Não há mais intervenções Deixam o Senhor Vice-Presidente fazer a sua
intervenção Senhores deputados, já terminou o vosso tempo
Fazem o favor, deixam-no falar."
O Senhor Vice-Presidente da C.M.O retomou a sua intervenção dizendo o seguinte:
"Senhora Presidente, queria terminar e com toda a elegância dizer: Senhor Deputado,
quando me chama trauliteiro, "quando o Pedro me fala de Paulo, eu sei mais de Pedro do que de
Paulo."
Muito obrigado."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Meus senhores, vamos passar à votação deste ponto
Senão estamos aqui num plano inclinado Vamos passar à votação."
4.5.1. VOTAÇÃO
A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada, por
maioria, com vinte e seis votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino
Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão
Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula
Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller,
António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel
de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro,
Maria Carolina Candeias Tomé, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Acácio Silva de
Oliveira e Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso), quatro do Partido Socialista
(Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima
da Silva Fernandes Brito Filipe e Ricardo Correia Fernandes), um do Partido Pessoas-Animais-
Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar
União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar





Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), com quatro votos contra, sendo dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e Aníbal José Gonçalves Guerreiro), um do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos Brito) e um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), e com seis abstenções, sendo três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho) e três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira). ---------- O Senhor Deputado João Viegas, Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, não estava presente na altura da votação. ----------- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: ---------- "DELIBERAÇÃO N.º 135/2024 ---------- PROPOSTA C.M.O. N.º 1027/2024 - DPOC - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS SINGULARES (IRS) PARA 2025 ---------- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número mil e vinte e sete barra dois mil e vinte e quatro, a que se refere a deliberação número quarenta e sete da Reunião da Câmara Municipal realizada em vinte e três de outubro, e deliberou por maioria, com vinte e seis votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paco de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, com quatro votos contra,

sendo dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal e um do Partido
Chega, e com seis abstenções, sendo três do Partido Social Democrata e três do Grupo Político
Municipal Evoluir Oeiras, aprovar a taxa de quatro vírgula sete por cento, na participação do
Município de Oeiras no IRS, dos sujeitos passivos, com domicílio fiscal no Concelho de Oeiras,
aplicada aos rendimentos de dois mil e vinte e quatro, calculada sobre a respetiva coleta líquida
das deduções, configurando receita municipal em dois mil e vinte e cinco, conforme proposto pelo
órgão Executivo do Município traduzido naquela deliberação
Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da
ata."
A Senhora Presidente da A.M. referiu o seguinte:
"Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD), pretende fazer o quê? Uma declaração de
voto? Não, não sei o que é
Senhor Deputado Jorge Rato (PS), quer uma Declaração de Voto?"
4.5.1.1. O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) disse o seguinte:
"Muito obrigado, Senhora Presidente
Era só para informar a Mesa, e a Câmara, de que apresentaremos no último ponto da
Ordem de Trabalhos, uma Declaração de Voto conjunta, sobre todas as quatro propostas fiscais."
A Senhora Presidente da A.M. referiu o seguinte:
"Sim senhor."
4.6. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 1028/2024 – DMAG/DFP/DPOC – relativa
ao Lançamento de Derrama relativa ao ano de 2024 a ser cobrada em 2025 (os documentos
relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Senhor Deputado Tomás Pereira (EO), faz favor."
O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) fez a seguinte intervenção"





"Muito obrigado, Senhora Presidente
Eu, sobre esta proposta, tenho algumas considerações, mas tenho também uma
pergunta
O Município na proposta que aqui apresenta, no ponto um da proposta, da parte da
proposta diz que, "determina a manutenção da Derrama na taxa de um vírgula cinco por cento
sobre o lucro tributável sujeito", e, por aí a fora. Mas, depois na tabela, um pouco mais acima, nos
considerandos da proposta, nós podemos verificar que, nos anos anteriores, a taxa não estava em
um vírgula cinco. Portanto, eu queria perguntar como é que se mantinha uma taxa num valor
diferente da taxa anterior, ou se há aqui algum erro?
Porque, nós vemos que em dois mil e vinte e três estava um vírgula quatro, aqui diz-
se a manutenção para um vírgula vinte e cinco, em dois mil e vinte e quatro. E queria perceber
qual era a questão aqui"
Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se
inaudível o que foi dito
O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) retomou a sua intervenção dizendo o
O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) retomou a sua intervenção dizendo o seguinte:
O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) retomou a sua intervenção dizendo o seguinte:
O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) retomou a sua intervenção dizendo o seguinte:
O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) retomou a sua intervenção dizendo o seguinte:
O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) retomou a sua intervenção dizendo o seguinte:

Muito obrigado."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD), faz favor."
A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) referiu o seguinte:
"Muito obrigada, Senhora Presidente
No seguimento daquilo que dissemos para o IRS, dizemos também para as empresas
o investimento económico vem no seguimento da atividade das empresas
O nosso Presidente Doutor Isaltino Morais, está sempre a dizer que as empresas são
chamadas a Oeiras, que queremos as empresas em Oeiras, e que é necessário que o tecido
empresarial se desenvolva em Oeiras. E, nós achamos que, favorecer fiscalmente as empresas e
uma forma de as chamar, de as atrair, e de incentivar essa atividade económica
Portanto, parece-nos que, assim como tem havido, por parte do Governo Central, uma
aposta forte, naquilo que é um incentivo fiscal ao investimento das empresas, parece-nos também
que aqui em Oeiras, deve haver realmente este incentivo
Portanto, para nós a Derrama, quanto mais baixa melhor
E, portanto, apelamos a que, também aqui, haja esse incentivo às empresas
Muito obrigada."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Senhor Deputado Rui Pessanha da Silva (IN-OV), faz favor."
O Senhor Deputado Rui Pessanha (IN-OV) fez a seguinte intervenção:
"Obrigado, Senhora Presidente
Senhoras e senhores deputados
Em relação à proposta da Derrama, como já foi referido, desde dois mil e dezanove
que a Câmara Municipal vinha aplicando uma taxa de um ponto quatro por cento, um vírgula
quatro por cento, e, entretanto, com o recente aumento, portanto, para um ponto cinco, conforme





está plasmado na presente proposta
De qualquer modo, a taxa aplicada continua a visar, apesar desta ligeira subida, o
estímulo da atividade económica das empresas, tão mais com a particularidade de isentar o tecido
empresarial que apresente um volume de negócios reduzido, ou seja inferior a cento e cinquenta
mil euros, num claro apoio, ao núcleo de micro e pequenas empresas
Saliente-se, que a política fiscal no que concerne à Derrama, potenciou o reforço da
atividade económica, com a atração para a fixação das atuais e futuras empresas no Concelho, bem
como é de salientar que, tende a manter, e a gerar, a criação de postos de trabalho
No fundo, em resumo, para além do que disse, a proposta da Derrama globalmente
aponta para a confiança, e o estímulo à economia, a fim de potenciar de riqueza local."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Mais alguém pretende usar Senhora Deputada Anabela Brito (IL), faz favor."
A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) referiu o seguinte:
"Obrigada, Senhora Presidente
Exatamente o que dissemos para o IRS, vamos manter para a Derrama
Mas, gostaríamos também de perguntar, atendendo a que, em relação ao IRS há um
histórico, que suporta a manutenção da taxa, ou a existência da taxa, gostaríamos de saber para a
Derrama, qual é o histórico que suporta essa taxa?
Outra coisa, também que gostaríamos de dizer é que, as empresas já pagam o IRC, e
depois têm que pagar, também"
Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se
inaudível o que foi dito
A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) retomou a sua intervenção dizendo o
seguinte:
" Como?"

Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se
inaudível o que foi dito
A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) continuou a sua intervenção dizendo o
seguinte:
"Ah, é uma parte, uma parte do IRC
De qualquer forma, também"
Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se
inaudível o que foi dito
" Não, não Ok Não é bem assim, mas, pronto
Mas, de qualquer forma, também gostaríamos de dizer que, está já comprovado que
esta taxa é perversa. E é perversa porquê? Porque, as empresas estando isentas até aos cento e
cinquenta mil, significa que não têm muita vantagem em crescer. E, isso verificou-se, e isso
verifica-se que, aparecem várias empresas, mas a primeira não cresce
Portanto, não vemos qual é a vantagem de ter esta taxa
Achamos que não deveria ser
Por isso, vamos votar contra
Obrigada."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Senhor Deputado Jorge Rato (PS), faz favor."
O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) fez a seguinte intervenção:
"Muito obrigado, Senhora Presidente
Relativamente à Derrama, nós assistimos desde dois mil e dezanove, a uma fixação no
valor de um vírgula quatro pontos percentuais, valor esse que, o ano passado subiu para um ponto
cinco





Câmara, relativamente a quais as razões que justificavam um aumento da taxa aplicável, quando
isso, aparentemente, ia ao arrepio, ou contrariava, aquela que era a estratégia de captação de
empresas para o território, contrariava o estímulo ao crescimento económico e à criação de
emprego, e não correspondia, àquilo que, no nosso entender, deveria ser feito no momento em que
ainda se estava a recuperar da pandemia, mas já com uma guerra à porta da Europa
Não houve uma, uma única justificação dada nesta Casa pela Câmara, relativamente a
esta mudança repentina de estratégia, e consequentemente no agravamento de zero vírgula um
pontos percentuais
Ora bem, a proposta que este ano nos apresentam, vai exatamente no mesmo sentido:
não explica o racional do ano passado, não dá qualquer argumento que justifique a sua manutenção.
E, portanto, é absolutamente contrária àquilo que nós defendemos, e, portanto,
naturalmente, não concordamos com esta proposta
Muito obrigado."
A Senhora Presidente da A.M. referiu o seguinte:
"Muito obrigado
Não sei se o Senhor Vice-Presidente pretende usar da palavra? Ou se podemos passar
à votação?"
O Senhor Vice-Presidente da C.M.O fez a seguinte intervenção:
"Senhora Presidente, apenas para explicar à Senhora Deputada da Iniciativa Liberal,
porque foi quem colocou as questões importantes, do ponto de vista ideológico, explicar-lhe o
seguinte: Qual é que é a ideia da redução, da isenção da Derrama até aos cento e cinquenta mil
euros?
Para microempresas, quase todas, ou autoemprego, ou de empresas familiares
pequenas. É só isso
É claro, que essas empresas tendencialmente não é a Derrama que vai impedir a

empresa de crescer. Não tenho nenhum estudo científico a que possa alicerçar isto, mas não creio
que seja por aí. Isto são empresas muito pequenas, e com uma capacidade de crescimento
relativamente diminuta
Depois dizer o seguinte Por acaso estive hoje à tarde, cheguei atrasado (não
expliquei), exatamente, porque estive na Local Summit, da ECO, a falar exatamente sobre isto,
sobre estas questões Qual é que é o histórico? Em linguagem anglo-saxónica, trinta e quatro
bis, trinta e quatro bis. É o histórico, é a faturação empresarial não financeira do Município de
Oeiras, a segunda maior do país. O histórico é esse
Nós, estamos numa posição em que não precisamos de criar nenhuma vantagem
competitiva para atrair empresas para vir para o Concelho, desta natureza. Pura e simplesmente
não precisamos. Se precisarmos, temos esta alavanca pequenina, verdadeiramente diminuta, mas
não precisamos
Oeiras fatura mais, as empresas de Oeiras faturam mais que o Porto e Gaia, juntos.
Quatro vezes de Cascais. Só superado por Lisboa, e Lisboa, naturalmente, tem Portugal, é um
país macrocéfalo, não é, e a capital é muito grande em relação aos outros Mas Oeiras, tornou-
se hoje, como o Senhor Presidente diz, a segunda economia local do país
Portanto, o êxito do modelo justifica a manutenção da estratégia. Tão simples quanto
isto. O histórico é esse. É o histórico de estar a correr bem
Muito obrigado."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Vamos passar à votação."
4.6.1. VOTAÇÃO
A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada, por
maioria, com vinte e sete votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino
Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balção





Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, Maria Carolina Candeias Tomé, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Acácio Silva de Oliveira e Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e Aníbal José Gonçalves Guerreiro), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), com cinco votos contra, sendo quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Ricardo Correia Fernandes) e um do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos Brito), e com três abstenções, sendo duas do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho) e uma do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques) ----------- Os Senhor Deputados João Viegas, Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras e Jorge Pracana, do Partido Social Democrata, não estavam presentes na altura da votação. ---------- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:----------- "DELIBERAÇÃO N.º 136/2024 ------------ PROPOSTA C.M.O. N.º 1028/2024 – DPOC – LANÇAMENTO DE DERRAMA

RELATIVA AO ANO DE 2024 A SER COBRADA EM 2025
A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número mil e
vinte e oito barra dois mil e vinte e quatro, a que se refere a deliberação número quarenta e oito da
Reunião da Câmara Municipal realizada em vinte e três de outubro, e deliberou por maioria, com
vinte e sete votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, três
do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do
Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do
Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxido
Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo
Político Municipal Inovar Porto Salvo, com cinco votos contra, sendo quatro do Partido Socialista
e um do Partido Iniciativa Liberal, e com três abstenções, sendo duas do Partido Social Democrata
e uma do Partido Chega, aprovar a manutenção da Derrama, na taxa de um vírgula cinquenta por
cento, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, gerado no Município de Oeiras referente
ao ano de dois mil e vinte e quatro, conforme proposto pelo órgão Executivo do Município
traduzido naquela deliberação
Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da
ata."
4.7. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 1029/2024 – DMAG/DFP/DPOC – relativa
à Taxa Municipal dos Direitos de Passagem (TMDP) (os documentos relativos a esta
Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Algum dos senhores deputados pretende intervir, sobre este ponto?
Não há intervenções?
Vou passar à votação."
4.7.1. VOTAÇÃO





------ A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria, com trinta e três votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balção Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller. António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, Maria Carolina Candeias Tomé, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Acácio Silva de Oliveira e Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Ricardo Correia Fernandes), dois do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), um do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos Brito), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes) e com dois votos contra da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e Aníbal José Gonçalves Guerreiro). ------------ Os Senhores Deputados João Viegas, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras e Jorge Pracana, do Partido Social Democrata, não estavam presentes na altura da votação.

Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:
"DELIBERAÇÃO N.º 137/2024
PROPOSTA C.M.O. N.º 1029/2024 – DPOC – TAXA MUNICIPAL DOS
DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP)
A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número mil e
vinte e nove barra dois mil e vinte e quatro, a que se refere a deliberação número quarenta e nove
da Reunião da Câmara Municipal realizada em vinte e três de outubro, e deliberou por maioria,
com trinta e três votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras,
quatro do Partido Socialista, dois do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal
Evoluir Oeiras, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-
Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político
Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do
Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal
Inovar Porto Salvo e com dois votos contra da Coligação Democrática Unitária, aprovar o
percentual de zero vírgula vinte e cinco por cento, sobre a faturação mensal emitida pelas empresas
que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo,
para todos os clientes finais do Concelho de Oeiras, face à Taxa Municipal de Direitos de
Passagem, a aplicar para o ano de dois mil e vinte e cinco, conforme proposto pelo órgão Executivo
do Município traduzido naquela deliberação
Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da
ata."
4.8. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 1030/2024 – DMAG/DFP/DPOC – relativa
ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) respeitante ao ano de 2024 a liquidar em 2025 (os
documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)
A Senhora Presidente da A.M. interveio, mas dado que o fez com o microfone





desligado, torna-se inaudível o que foi dito
A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) fez a seguinte intervenção:
"Muito obrigada, Senhora Presidente
Como referi há pouco, a Câmara Municipal pode decidir majorações relativamente
majorações ou benefícios relativamente a determinado tipo de situações
Ora, há aqui duas majorações, uma de trinta por cento e uma do triplo
E, ainda bem que está cá hoje, o Senhor Vice-presidente, porque é ele que tem os
pelouros relativos a esta situação da qual eu vou falar agora, que é a seguinte: Vamos colocar aqui
uma situação hipotética, de alguém que adquire um edifício em ruínas, e que submete um projeto
à Câmara para o reabilitar. O projeto na Câmara demora dois, três, quatro anos, até ser licenciado
e até habilitar o particular ou a pessoa coletiva, a fazer as suas obras. Então, vamos partir do
pressuposto de que, o particular vai ser penalizado nos termos, ou no entendimento da Câmara,
por uma situação que lhe é alheia, que tem única e exclusivamente a ver com o normal
funcionamento dos serviços camarários, e que dificultam, que ele próprio possa ultrapassar uma
situação que efetivamente vai ao encontro daquilo que a Câmara quer evitar com estas majorações.
Portanto, caímos aqui numa situação de dualidade: o particular quer reabilitar o seu
prédio, submete um processo à Câmara, os serviços da Câmara dentro da sua morosidade que, hoje
em dia é bastante longa, não consegue obter as licenças necessárias para ultrapassar essa situação,
e é prejudicado pela própria Câmara, cujos serviços não lhe dão a resposta necessária para ele
ultrapassar esta situação
Sabe o que é que me apetece dizer, Senhor Vice-Presidente? Sabe o que é que me
apetece dizer, Senhor Vice-Presidente?
"Quid júris"
Muito obrigada."
A Senhora Presidente da A.M. interveio, mas dado que o fez com o microfone

desligado, torna-se inaudível o que foi dito
O Senhor Deputado Rui Pessanha (IN-OV) disse o seguinte:
"Obrigado, Senhora Presidente, senhoras e senhores deputados
Já em relação, portanto, à presente proposta sobre o IMI, releva-se o facto de a taxa
aplicada para os prédios urbanos situar-se nos zero vírgula três por cento, em modo continuado,
desde dois mil e vinte e um, o que tem contribuído para um considerável benefício, aliviando o
peso fiscal das famílias. Bem como as deduções específicas do chamado IMI familiar, tendo em
conta as habitações próprias, e permanentes, consoante os agregados familiares, e os números de
dependentes existentes
Igualmente, a atenção dada aos prédios arrendados para habitação, traduz-se noutro
beneficio continuado, com redução da respetiva taxa em vinte por cento, para casas de várias
tipologias, e consoante as rendas cobradas entre os quatrocentos, e os mil e duzentos euros, tendo
precisamente em conta a referidas tipologias
Por outro lado, a proposta vem no sentido de agravar as taxas respeitantes aos prédios
urbanos degradados, os quais provocam insegurança de vários níveis. Para já não falar dos
devolutos e em ruínas que, por vezes (e isto é uma verdade, tem que ser dita) o seu estado deve-se
a motivos menos dignos do setor imobiliário
Por fim, uma nota para os agravamentos previstos para os prédios sem arrendamentos
para habitação, ou os que não se destinam a habitação própria
Disse
Obrigado."
A Senhora Presidente da A.M. referiu o seguinte:
"Mais algum senhor deputado Anabela Brito (IL), faz favor."
A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) fez a seguinte intervenção:
"Obrigada, Senhora Presidente.





Eu queria colocar também uma questão, e, é relativamente à majoração, mas, neste
caso é a majoração aplicável aos "prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que
face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar
a segurança das pessoas e bens"
Eu gostaria de perguntar, portanto, nós estamos num Município, num Concelho, onde
temos uma grande população envelhecida, e como sabem essas pessoas têm, em termos de renda,
umas condições específicas. Como é que os proprietários que têm prédios com esse tipo de
arrendamentos podem fazer essas obras, e cumprir com estas normas?
Obrigada."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Muito obrigada
Mais algum, senhor deputado pretende usar da palavra?
Bem, vou passar então a palavra ao Senhor Vice-Presidente, para depois, passarmos à
votação
Faz favor."
O Senhor Vice-Presidente da C.M.O fez a seguinte intervenção:
contra a administração
Então agora imaginemos:
Eu compro um prédio devoluto (eu, não o Vice-Presidente), o Francisco compra um
prédio devoluto. Ora, esse prédio foi construído em mil novecentos e trinta e quatro, quero
aumentar dois pisos, apesar da cércea dos prédios ao lado, ser só mais um piso, eu quero por mais
dois
Vou, e apresento o projeto à Câmara.

Naturalmente que os serviços municipais dão parecer negativo. É notificado
negativamente
No entanto, o proprietário continua a insistir, e tenta insistir vezes sem conta, tentando
ter uma capacidade construtiva que o prédio não tem
Naturalmente, o que é que acontece? O processo vai-se arrastando, e depois demora
três, quatro anos, até chegar ao fim o processo de licenciamento. Muitas vezes porquê? Porque se
tenta tirar o que não sai
Senhora Deputada, peço desculpa, modere a linguagem. Imagine que isto acontece.
Isto acontece recorrentemente
Qualquer pessoa que passe pelos serviços do Município de Oeiras, de urbanismo, ou
de qualquer outra câmara do país, sabe isto. Recorrentemente, os promotores imobiliários tentam
maximizar, e às vezes até para lá do que é a capacidade construtiva, seja de um prédio rústico, seja
de um prédio devoluto Agora, se for só recuperar fachadas, é muito rápido, muito rápido, não
tem grande dificuldade
Isto é uma lição do que é o preconceito
Naturalmente, que se for por alguma incúria do Município na aprovação, e objeto de
um requerimento, naturalmente, que os serviços municipais não têm problema em assumir, e os
órgãos municipais próprios também o assumem
Todavia, Senhora Deputada, a maior parte dos atrasos, desta natureza, não tem a ver
com má análise dos serviços. Tem a ver com tentativa normal de maximizar, ou tentar encontrar
brechas Ainda aqui, há quarenta e oito horas, tivemos uma reunião, de um senhor que adquiriu
um terreno destinado a equipamento, que quer fazer habitação. Sabendo que o terreno estava
destinado a equipamento
Naturalmente, quando eu compro um terreno para equipamento, adquiro o potencial
construtivo, a duzentos euros, o metro quadrado, trezentos. Se for a habitação já vale seiscentos.





Se, eu mudar o uso, tive essa valorização
Naturalmente, é recusado
E, o proprietário diz: "mas, porque é que é recusado? Porquê? Mas, é preciso
habitação". Por uma razão simples, por todos os outros que bateram à porta do Município, ate
agora, perguntando se podiam comprar o terreno para fazer habitação, foi-lhes dito que não, que o
terreno estava destinado para equipamento
E, se for permitido aquele, todos os outros terão sido afrontados nas suas expectativas
Que não compraram, porque sabiam que não podiam mudar o uso
Isto acontece todos os dias. É a vida dos municípios. É a vida do urbanismo e do
licenciamento dos municípios
Naturalmente, que quando há justa causa por parte do particular, o Município não pode
aplicar a majoração, e tem que reconhecer
Agora, partir do preconceito é que não, obrigado
É só, Senhor Presidente."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) interveio, dizendo o seguinte:
"Senhora Presidente, só uma pergunta, por favor."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Faz, favor."
A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) continuou dizendo o seguinte:
lizer, qual é a média de aprovação de um projeto de licenciamento de uma obra, na Câmara
Municipal de Oeiras?
Muito obrigada."

A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Que responder? Não é sobre o IMI."
O Senhor Vice-Presidente da C.M.O interveio, mas dado que o fez com o
microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito
A Senhora Presidente da A.M. continuou dizendo o seguinte:
"Bem, vamos passar"
Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se
inaudível o que foi dito
A Senhora Presidente da A.M. retomou a sua intervenção dizendo o seguinte:
" Estamos a tratar do IMI"
Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se
inaudível o que foi dito
A Senhora Presidente da A.M. interveio dizendo o seguinte:
" Meus senhores, estamos a tratar do IMI. Não de outras questões
E, a pergunta que fez não foi sobre a taxa do IMI. E é isso que vamos votar."
4.8.1. VOTAÇÃO
A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por
maioria com trinta e dois votos a favor, sendo catorze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar
Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente,
António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto
Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António
Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de
Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, Maria Carolina Candeias Tomé,
Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto e Acácio Silva de Oliveira), quatro do Partido
Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria





de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Ricardo Correia Fernandes), dois do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e Aníbal José Marques Santos), um do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos Brito), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), e com um voto contra do Partido Chega (Francisco José O'Neill da Silva Marques). ---------- Os Senhores Deputados António Caro, João Viegas e Celeste Dâmaso do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras e Jorge Pracana, do Partido Social Democrata, não estavam presentes na altura da votação. ---------- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:----------- "DELIBERAÇÃO N.º 138/2024 ---------- PROPOSTA C.M.O. N.º 1030/2024 – DPOC – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) RESPEITANTE AO ANO DE 2024 A LIQUIDAR EM 2025 ---------- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número mil e trinta barra dois mil e vinte e quatro, a que se refere a deliberação número cinquenta da Reunião da Câmara Municipal realizada em vinte e três de outubro, e deliberou por maioria, com trinta e dois votos a favor, sendo catorze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, dois do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir

Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido
Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo
Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas,
um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político
Municipal Inovar Porto Salvo, e com um voto contra do Partido Chega, aprovar a manutenção da
taxa do IMI em zero vírgula oito por cento, para prédios rústicos e zero vírgula trinta, para os
prédios urbanos avaliados nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, do ano de
dois mil e vinte e quatro, a liquidar em dois mil e vinte e cinco
A majoração em trinta por cento da taxa de IMI, aplicável aos prédios urbanos
degradados, considerando-se como tais, os que face ao seu estado de conservação, não cumpram
satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens
Majorar em triplo, a taxa fixada de IMI, nos casos de prédios urbanos que se encontrem
devolutos ou em ruínas há mais de um ano
No caso de se tratar de prédios urbanos ou frações autónomas de habitação que não se
encontrem arrendados para habitação ou afeto à habitação própria e permanente do sujeito passivo,
o agravamento previsto no número anterior é aumentado em cinquenta por cento para sujeitos
passivos singulares e cem por cento para pessoa coletiva
Aplicar uma redução de vinte por cento da taxa de IMI, aplicável aos prédios urbanos
arrendados para habitação, desde que a renda mensal não ultrapasse os seguintes valores:
T Zero e T Um - Quatrocentos euros;
T Dois - Setecentos e cinquenta euros;
T Três - Novecentos euros;
T Quatro e superior - Mil e duzentos euros, conforme proposto pelo órgão Executivo
do Município traduzido naquela deliberação
Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da





ata."
4.8.1.1. O Senhor Deputado Jorge Rato (PS), fez a seguinte Declaração de Voto:
"Informar a Mesa, e a Câmara Municipal que apresentaremos no último ponto d
Ordem de Trabalhos, uma Declaração de Voto conjunta, sobre as quatro propostas fiscais."
Dá-se por transcrita a respetiva Declaração de Voto apresentada:
"Declaração de Voto relativa às propostas sobre o Imposto Municipal sobre Imóvei
respeitante ao ano de dois mil e vinte e quatro a liquidar em dois mil e vinte e cinco, o Imposto
sobre o Rendimento de Pessoas Singulares para dois mil e vinte e cinco, o Lançamento da Derrama
relativa ao ano de dois mil e vinte e quatro a ser cobrada em dois mil e vinte e cinco e a Taxa
Municipal dos Direitos de Passagem
O Partido Socialista defendeu, no programa eleitoral com que se apresentou às eleições
autárquicas de dois mil e vinte e um, prescindir de parte da participação municipal variável dos
cinco por cento do IRS, para criar uma política de apoio às famílias residentes no concelho, ben
como reduzir as taxas do IMI e introduzir uma Política Ativa de Derrama, com diferentes escalões
favorecendo as empresas de tecnologia inovadora, sustentáveis do ponto de vista energético, bem
como a recuperação de empresas afetadas pela pandemia, e ainda a introdução de beneficios a
empresas que apoiem o emprego a residentes em Oeiras
No mandato anterior, a Câmara Municipal procedeu à redução dos impostos
nomeadamente o IRS e o IMI e a Derrama, mantendo inalterado o valor da Taxa Municipal dos
Direitos de Passagem. E em dois mil e vinte e um, procedeu a uma nova redução do IMI
Já quanto à Derrama, assistimos em dois mil e vinte e três a uma inesperada subida, de
zero vírgula dez pontos percentuais, sem apresentar argumentos consistentes que justificassem o
agravamento então proposto e aprovado por esta Assembleia
Assim, e atento o teor das propostas agora apresentadas em reunião da Assembleia
Municipal, o Partido Socialista considera que as propostas sobre o Imposto Municipal sobre

Imóveis respeitante ao ano de dois mil e vinte e quatro a liquidar em dois mil e vinte e cinco, o
Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares para dois mil e vinte e cinco e a Taxa
Municipal dos Direitos de Passagem relativa ao ano de dois mil e vinte e quatro a ser cobrada em
dois mil e vinte e cinco, ao manterem os valores fixados nos anos anteriores, encontram-se em
linha com o defendido pelo Partido Socialista no seu programa eleitoral, pelo que, em coerência,
votamos favoravelmente estas propostas
Quanto à proposta de Lançamento de Derrama relativa ao ano de dois mil e vinte e
quatro a ser cobrada em dois mil e vinte e cinco, a Câmara Municipal optou por manter em um
vírgula cinquenta por cento a taxa aplicável sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto
sobre o rendimento das pessoas coletivas, agravada em zero vírgula dez por cento em relação aos
valores de dois mil e vinte e dois, o que contraria a estratégia de captação de empresas para o
território, não estimula o crescimento económico e a criação de emprego, não correspondendo ao
que defendemos pelo que, votamos contra."
A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:
"Nós tínhamos inscrito Portanto, o Senhor Miguel Partidário tinha-se inscrito para
falar no tempo do público, mas eu não o vejo na sala
Resulta que, deduzo, se terá ido embora."
5. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO
Não houve intervenção do público
6. A Senhora Presidente da A.M. concluiu dizendo o seguinte:
"Meus senhores, terminámos esta nossa reunião
Muito boa noite a todos, e também a quem nos acompanha em suas casas."
7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO
A Senhora Presidente deu por encerrada a reunião às vinte horas e dez minutos
Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pela Senhora Presidente, e



pelos Secretários da Mesa
A Presidente,
al the
O Primarina Caractéria
O Primeiro Secretário,
Ri Mer Gorto him
O Segundo Secretário,
Descripio

